



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E CATORZE

Acta n.º1/2014

Aprovada em 15/7/2014

No dia dois de janeiro de dois mil e catorze teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2013 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 - Aprovação dos documentos previsionais da Câmara Municipal de Coimbra para 2014

2.1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento;

2.2 - Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia;

2.3 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso;

2.4 - Autorização para contratação de empréstimo de curto prazo;

2.5 - Mapa de pessoal do Município de Coimbra

Ponto 3 - Aprovação dos documentos previsionais dos Serviço

Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2014

3.1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento;

3.2 - Mapa de pessoal da SMTUC;

Ponto 4 - Apoios e incentivos às acções de reabilitação urbana;

Ponto 5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2014. Coimbra, 20 de dezembro de 2013.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Rosa Isabel Cruz, Manuel Milagre de Sousa, António José Costa Sequeira, Maria Ângela Duarte C. Pinto Correia, Nuno Filipe Reis da Silva, Horácio José Campos Paz Santiago e André Gonçalo Dias Pereira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Ferreira Coelho, João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seica Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa e Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso.

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

António Maló de Abreu, Manuel Augusto Lopes Rebanda, Maria Helena Brandão Moura Ramos, Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Ana Filipa Janine Simões Martins, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos, Joana Margarida Alves Martinho, Dino Miguel Alves.

Presidentes de Junta: Manuel Correia de Oliveira, José Manuel Nunes Filipe, José Augusto Silva Simão, Hélder Rodrigues de Abreu e Ricardo Luís Rodrigues

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Manuel Vaz Pires da Rocha, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida Silva Fonseca, Jorge Freitas Seabra e Paulo Jorge Gaspar Coelho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Vitor Manuel Alves Carvalho e José Luís Faria Pimenta

Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CPC):

José Joaquim Dinis Reis, Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata, José António Oliveira Bandeirinha e Catarina Isabel Caldeira Martins.

Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):

Maria Helena da Silva dos Santos Mendes

Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB)

Rui Manuel Sousa Soares

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Manuel Augusto Soares Machado estiveram presentes os vereadores Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel Maranhas Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, João Paulo Lima Barbosa de Melo, José António Pinto Belo, Paulo Jorge Carvalho Leitão, Francisco José Pina Queiroz, José Augusto Moreira Ferreira da Silva e José António Raimundo Mendes da Silva.

Mesa:

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Brandão Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves como 2º Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira**, pelo período de 5 dias com início a 27 de dezembro;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Isabel Maria Fernandes de Carvalho Garcia**

Deputado municipal **Jorge Manuel Monteiro Lemos**, pelo período de 5 dias com início a 27 de dezembro;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Horácio José Campos Paz Santiago**.

Deputado municipal **José Joaquim Sampaio e Nora**, pelo período de 2 dias com início a 31 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Maria Helena da Silva dos Santos Mendes**.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão e deu conhecimento das seguintes informações:

“A minha primeira palavra, é uma palavra de desejo de um bom ano de 2014, quer do ponto de vista individual quer do ponto de vista político...

Mas, fundamentalmente, aquilo que conta é um desejo de bom ano na linha daquilo que são as vossas aspirações mais profundas, dos vossos amigos das vossas famílias e dos vossos projectos, e que 2014 seja um grande ano para todos nós.

Vamos começar a sessão e pedia aos membros da Assembleia Municipal para começarem a inscrever-se para o período antes da ordem do dia, para podermos controlar esses tempos, e a respectiva repartição do tempo que como sabem esse período é de uma hora.

A primeira informação que vos quero transmitir tem a ver com a realização primeira reunião informal de líderes, foi uma reunião interessante, produtiva com grande espírito de abertura e de cooperação entre todos os grupos políticos.

Cada um de nós exprimiu as suas preocupações relativamente ao regimento, temos uma comissão de regimento constituída, para o efeito a qual vamos convocar para se fazer a primeira reunião que trabalhará autonomamente

A segunda informação respeita à Moção que tinha sido apresentada pelos “Cidadãos por Coimbra”, relativamente ao Convento de S. Francisco, aliás já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

vinha na lógica da decisão anterior, que por razões regimentais não pode ser introduzida nos trabalhos da nossa primeira reunião, passando para esta Assembleia, sendo um dos pontos da ordem de trabalhos.

A terceira questão, que vos quero comunicar, tem a ver com as dificuldades que levaram a realização da Assembleia neste dia. São dificuldades que dependem em parte do calendário natural. Este mandato começou quase no final do ano de 2013, os prazos são muito curtos, a época natalícia e ano novo, é uma semana curta. Houve que reconhecer algumas dificuldades, naquilo que foram as convocatórias e na distribuição dos documentos básicos para esta sessão. Eu assumi as responsabilidades perante todos os líderes para adiarmos a data da sessão, com a mesma ordem do dia acrescentando apenas mais um ponto.

É evidente que os efeitos desta Assembleia, retroagem a 31 de Dezembro de 2013, porque hoje é o primeiro dia útil do ano 2014. Estamos a reunir nesta data com acordo unânime de todos os grupos políticos.

Outro assunto, que foi falado na reunião de líderes, tem a ver também com todas estas dificuldades de distribuição de documentos, principalmente um documento que é sempre caro às pessoas, que são as atas.

Há um consenso maioritário, e a ideia que ficou e que vai ser consensual partilhada por todos, é que, a ata tradicional, a ata que se produz *ipsis verbis*, aquilo que se passa nesta Assembleia existirá sempre disponível em registo cibernético, consultável por qualquer deputado, em qualquer momento quando o quiser. Agora, a ata fonográfica continua a ser feita, servirá esse registo, e estará sempre à disposição, é um registo que tem de ser tratado com algum cuidado, e da responsabilidade da Mesa da Assembleia. Quando algum presidente de grupo, ou deputado queira um excerto da ata ou a ata toda, tem de o solicitar por escrito. Isto, é uma decisão que tem de ser tomada no futuro no quadro da revisão do regimento.

Porque se concluiu de facto que esta ata *ipsis verbis* a ser distribuída normalmente quase com um mês de atraso, e que ocupa dois funcionários várias horas por dia a ter de fazer sempre a mesma coisa, muitas vezes com dificuldades em saber onde devem pôr a pontuação, porque o seu registo fonográfico não é dos melhores, tudo isto faz parte do século passado. É muito importante, vamos mantê-lo, é utilizável, é invocável, é requisitável, mas não tem que ser o trabalho fundamental do secretariado desta Assembleia. Teremos essa base de consulta, mas o que iremos distribuir sim, com alguma brevidade, é aquilo que a Assembleia deliberou, o conteúdo das intervenções principais, tentando fazer uma súmula, ou o mais aproximadamente possível daquilo que as pessoas dizem e as deliberações que forem aqui tomadas, para que imediatamente as pessoas e até os órgãos de comunicação saibam o que é que se passou e não estarem à espera tecnicamente e humanamente, seja possível fazer uma reprodução fonográfica de uma ata que, nós não temos um aparelho para uma coisa destas. A Assembleia da República eventualmente terá, os parlamentos modernos já estão a utilizar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

técnica de suporte cibernético e não de registos *ipsis verbis*. É matéria que será tratada pela nossa comissão de regimento, nos termos que isto tudo vai funcionar será deliberado por nós.

A propósito disso queria dizer que nada disso prejudica que não seja provável o conteúdo das nossas deliberações imediatamente porque, os documentos sobre os quais deliberamos, contém a deliberação, estão disponíveis, a partir do momento em que a deliberação é feita nos originais dos documentos. Isto independentemente de todas as modernizações ou alterações que se possam vir a fazer no regime das atas. É um dos assuntos que a comissão de acompanhamento ao regimento vai propor a esta Assembleia.

Penso que com esta informação respondo ao deputado do PSD que pediu cópia de um documento que foi aprovado na Assembleia anterior.

Com isto, termino o período das informações e pedia ao secretariado da Assembleia para distribuir a intervenção escrita do senhor Presidente da Câmara para que seja dado conhecimento, no cumprimento de umas das funções regulamentares, que caiu em desuso há alguns anos a esta parte, mas que me parece ser muitíssimo interessante e útil, e que corresponde a um compromisso escrupuloso do Senhor Presidente da Câmara de elaborar este documento que é o ponto 1 da nossa ordem de trabalhos.

Se, porventura algum deputado precisar de consultar a base documental da Ordem de Trabalhos, a mesma encontra-se na Mesa da Assembleia Municipal.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):

“IMI”

“Antes de ler a declaração, quero informar a Assembleia, tal como já informei o Senhor Presidente, que recebi da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional a resposta ao pedido que tinha feito, parecer sobre a controvérsia que tivemos aqui no início dos trabalhos desta Assembleia quanto a saber das competências da própria Assembleia, em matéria de IMI. Na altura defendi aqui que bastava ler com cuidado para se saber que esta Assembleia podia deliberar em alternativa.

Infelizmente, demorou a aperceber-se isso, não creio na verdade que fosse necessário um parecer para coisa tão simples, mas recebi esse parecer que confirma exactamente que *“Não estando a afixação do valor anual da taxa de IMI, incluindo nas alíneas que a lei das autarquias considera, que não podem ser alteradas, não estando incluídas, a Assembleia pode alterar a proposta respeitante a esta competência que lhe for apresentada pela Câmara.”*

Isto era óbvio, acho que era óbvio para todos nós, mas tivemos aqui um mau momento em que não se assumiu isto, e gostava de deixar para encerrar este ponto deixo este parecer.

Mas o que me aqui trás, é esta declaração que passo a ler:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declaração política

Na última sessão desta Assembleia, declarei, em nome do grupo político Cidadãos por Coimbra, que não apenas nos oporíamos, como denunciaríamos com veemência quaisquer práticas em que se confunda a gestão pública municipal com formas clientelares de ocupação de lugares públicos, especialmente quando eles exigem competência a técnica especializada e tal não esteja cabalmente demonstrado. Avisámos que a experiência nos mostra que a degradação democrática começa exactamente quando o Estado e os lugares cimeiros da administração em qualquer nível, são perversamente ocupados por quem pretenda cooptar a esfera pública a seu favor, em vez de servir competentemente o interesse geral e os bens colectivos. Em Coimbra, onde já sobram exemplos de confusão entre medíocres hierarquias partidárias e lugares da administração local que deviam ser servidos com rigor e competência, impunha-se uma ética de gestão pública competente e capaz, escrutinada pública e democraticamente.

Ora acontece que a Câmara Municipal, certamente através da maioria política que lidera, preencheu lugares de designação municipal na empresa Águas de Coimbra sem que qualquer critério de escrutínio técnico competente fosse claramente explicitado ou qualquer explicação substantiva fosse dada. Assistiu-se, como se o normal fosse isto, a nomeações por critérios estritamente partidários ou, mais estritamente, a um decalque a partir das estruturas de direcção partidárias concelhias, sem mais explicações e sem outro critério. O caso segue práticas antigas, é verdade, mas é particularmente grave. É triste. É triste, e resta que a Cidade assista pelos vistos calada, a situações desta natureza. Nós sabemos que a melhor ciência política e a melhor sociologia política mostram que quando estas situações ocorrem, o risco para a democracia e para o funcionamento do Estado local é enorme. Não é pois aceitável — é, pelo contrário, absolutamente censurável — o que se passou. Não estão em causa pessoas nem o seu nome. Está em causa a cultura democrática e uma elevada noção de Estado. Que pelos vistos não existe. É essa censura que aqui deixo, junto com a denúncia de que tais situações não são apenas indesejáveis como perigosas. Esperamos que Câmara emende a mão rapidamente. E que rapidamente faça dessas designações processos claros, tecnicamente avalizados, democraticamente transparentes, publicamente descortinado como já acontece em muitas áreas da administração pública.

Faço esta declaração ao abrigo do artigo 25 da Lei das Autarquias Locais, que estipula que é competência da assembleia municipal *“acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local”*.

Desejo que toda Assembleia me acompanhe neste respeito pelas competências deste órgão e pelo seu efectivo exercício.”

Intervenção da deputada municipal Joana Martins (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Apoio aos Clubes de Futebol”

“Começo naturalmente por desejar a todos os presentes um Feliz 2014.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Venho aqui hoje porque tivemos conhecimento que ainda não foram entregues as verbas destinadas a um apoio a sete clubes de futebol do nosso concelho.

Sem esse apoio os clubes: Adémia, Souselas, Eirense, Almalaguês, Brasfemes, Cernache e Esperança correm risco de encerrar, por terem já incorrido em despesas com base nesse compromisso.

Gostaria então que o Sr. Presidente explicasse a esta Assembleia porque é que esse financiamento ainda não foi atribuído, deixando assim mais de 300 atletas em risco de praticar a sua actividade.

Aproveito, também, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara em que situação está o Conselho Municipal de Juventude, uma bandeira sempre defendida por todos os deputados municipais jovens e que tarda em ser aplicada.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):

“Empreendimento Jardins do Mondego”

“Começou por desejar um bom ano de 2014, para todos.

Neste momento, em que se inicia o ano de 2014, venho perguntar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara quando terá finalmente solução a enorme vergonha urbanística que mancha a cidade de Coimbra, desde que, em 1996, o senhor decidiu licenciar ilegalmente a construção de um prédio de 7 andares em zona classificada como zona verde pelo PDM no empreendimento Jardins do Mondego. Foram precisos 17 anos, mas em outubro último, o Tribunal Central e Administrativo do Norte declarou ilegais tanto o lote 1 do empreendimento, autorizado por V. Exa. como o lote 18, licenciado pelo seu sucessor, Dr. Carlos Encarnação. Esta decisão do TCA implica a demolição dos lotes e a reposição da situação anterior à construção. Até agora, nada se viu e passaram já 2 meses. Assistimos também ao seu antecessor, Dr. Barbosa de Melo, defender uma solução bizarra perante a decisão do tribunal, que seria a demolição de um único lote – o lote 1 – passando o outro – o lote 18, correspondente a um estacionamento em silo, para o domínio público municipal, integrando o Parque Verde do Mondego. Nesta solução, o promotor, também ele implicado em duas ilegalidades para as quais parece não haver culpados, seria recompensado com a construção de um novo lote 1 noutra local do empreendimento.

Perguntamos: Senhor Presidente da Câmara, em que ficamos? Serão ou não demolidos os lotes declarados ilegais pelo TCA ou tentará este Executivo um novo arranjo que continue a acomodar os interesses das clientelas que, afinal, o senhor Presidente da Câmara procurou beneficiar há 14 anos atrás? Qual a posição da justiça perante isto? Houve, ou há, alguma negociação de que esta Assembleia deva tomar conhecimento? Quanto mais tempo terá a cidade que assistir à situação degradante daquele empreendimento numa das suas zonas mais nobres, recordando o pior da gestão municipal durante década e meia: a promiscuidade entre o poder local, o futebol e os negócios da especulação imobiliária e da construção?

O caso Jardins do Mondego necessita de uma solução urgente e exemplar. A solução a encontrar pelo executivo será prova da ética e da transparência da sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

gestão – ou da falta dela. Mas a Assembleia Municipal tem também um papel decisivo a desempenhar.

Não nos esqueçamos que o senhor Presidente da Câmara tem nas mãos uma decisão fundamental quanto ao novo PDM que foi revisto para o concelho – decisão que, aliás, desconhecemos. Virá ou não a esta Assembleia o documento elaborado pelo anterior executivo e já submetido a discussão pública? Quando e como pretende o senhor Presidente da Câmara dar andamento a este processo?

O PDM não é algo de somenos. Trata-se do instrumento de ordenamento urbanístico, com força de lei, que permite que o território da cidade faça sentido, arrumando espaços de construção com diferentes usos e espaços verdes de forma equilibrada e sustentável, não só para proporcionar qualidade de vida, mas para que o concelho possa ser gerido eficientemente, em termos de infraestruturas e transportes, por exemplo. É um documento que, em muitas cidades do mundo, é construído de forma participada pelas comunidades, aliando-se a esta elaboração participada uma forte dimensão de controlo pelos munícipes. Aqui, pelo contrário, o PDM foi revisto pelo executivo PSD cessante no maior secretismo e inclui – pasme-se, ou talvez não – a eliminação do corredor verde, cuja ocupação ilegal motivou a intervenção da justiça. Tal como fez com o Eurostadium, alterando o regulamento do PDM para corrigir uma outra infracção do género, o executivo PSD apagou a violação da lei não através da correção do ato ilegal, mas da própria lei – o que significa que, em rigor, todas as leis poderiam ser alteradas em função dos crimes cometidos para que estes deixassem de aparecer como tal.

Sucede que o PDM revisto ainda não foi submetido à Assembleia Municipal para aprovação. O momento em que isto acontecer deverá ser a oportunidade para os/as eleitos/as levantarem a voz defendendo muito mais do que um corredor verde. Trata-se de defender a legalidade e a ética no exercício do poder político no nosso município. Por tudo isto, o caso Jardins do Mondego não só está longe do fim como pode representar o sentido do que é, deve ou não deve ser a política autárquica em Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Defesa da Escola Pública”

“Aproveito para, dentro do possível, desejar a todos um bom ano de 2014.

O que me trás aqui em nome do Grupo municipal da CDU é falar da Defesa Escola Pública e do financiamento ao privado. Vamos apresentar uma Moção que deixo à Mesa da Assembleia, se não tiver tempo de a ler, porque não quero deixar antes de a apresentar, contextualizar a questão se ainda há coisas a contextualizar, porque esta diferença da forma como os sucessivos Governos tem tratado o público e o privado, é sobejamente conhecida.

Efetivamente estamos, perante um desenfreado processo de desmantelamento da escola pública que, com o atual Governo adquiriu uma dimensão mais explícita, sob várias formas, sendo uma delas o financiamento ou, melhor dizendo, o desfinanciamento. Da educação pré-escolar ao ensino superior, todos sabemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos sucessivos e avultados cortes que asfixiam a gestão das escolas públicas, universidades e politécnicos. A par disso, o favorecimento do privado, por via de avultadas verbas que o estado transfere para os colégios com contrato de associação, são um vergonhoso escândalo.

Concretizando, de modo a percebermos a dimensão dessa discrepância, apresentamos aqui os valores transferidos para os 13 colégios do Distrito de Coimbra, que correspondem, à soma das tranches, referentes ao 2º semestre de 2012 e ao 1º semestre de 2013 (valores já publicados em DR) — cujo valor global é de 18.984.479 euros.

Acho que era bom que todos ficássemos a saber quanto é que os Colégios com contratos de associação, e sobretudo do concelho de Coimbra, receberam do Estado até a este 1º semestre de 2013, portanto, em duas tranches.

Por Colégio o valor transferido foi:

- Concelho de Coimbra — Instituto de Almalaguês — 1.162.324€
- Instituto de Souselas — 1.958.110€
- Instituto de Lordemão — 1.930.334€
- Colégio de S. Martinho — 1.882.938€
- Colégio Imaculada Conceição — 2.443.978€
- Cooperativa de Ensino de Coimbra — 795.619€
- Colégio S. José — 436.773€
- Colégio Rainha Stª Isabel — 1.047.119€
- Colégio S. Teotónio — 1.708.903€
- Outros concelhos — Instituto Pedro Hispano — 1.802.181€
- Instituto de Ançã — 2.090.936€
- Escola Pedro Teixeira/ Cantanhede — 870.038€
- Colégio de Quiaios — 819.226€

Quase 19 milhões de euros, aplicados em estabelecimentos privados que se construíram fora da lei, em áreas geográficas onde existia oferta pública capaz de absorver os alunos que, entretanto, passaram a ser desviados para esses estabelecimentos, esvaziando a escola pública, implicando um duplo financiamento, desbaratando assim dinheiros públicos.

Perante tais factos, aos quais não podemos ficar indiferentes, em defesa de um ensino público, em escolas públicas de qualidade, inclusivé e para todos, a CDU apresenta nesta sessão da Assembleia Municipal de Coimbra, uma Moção que pretende que seja votada, para posteriormente endereçar ao Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Educação, Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, Grupos Parlamentares.

Defender a Escola Pública é também defender transparência na gestão dos dinheiros públicos que resultam dos impostos pagos por todos nós.

MOÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Escola Pública em Portugal está exposta a ataques dos seus adversários há vários anos, praticamente desde que foi consagrada em lei como garante do acesso de todos os portugueses a uma Educação de qualidade. Porém, nunca como agora, com este Governo, viu o seu espaço, e o seu futuro, tão claramente postos em causa.

Para a progressiva deterioração global do sistema educativo convergem múltiplos factores. Encerramento de escolas, criação de mega-agrupamentos, aumento do número de alunos por turma, alterações curriculares desastrosas, fortes limitações aos apoios a alunos com maiores dificuldades. Política criminosa de recursos humanos, com o maior despedimento colectivo de professores de que há memória, agravamento da falta generalizada de auxiliares de educação, com graves consequências no funcionamento e organização escolares. Destruição de meios de apoio, com despedimento de psicólogos e outros técnicos de educação. Mas o governo quer ir ainda mais longe e, por esse motivo, o Orçamento do Estado para 2014 prevê cortar ainda mais no ensino público e dar ainda mais dinheiro público aos colégios privados. E se dúvidas restassem sobre a intenção do governo bastaria olhar para o chamado guião sobre a reforma do Estado. Esse documento defende a privatização do sistema, apontando para diversas modalidades nesse sentido: cheque-ensino, novo ciclo de contratos de associação ou importação do fracassado modelo de “escolas independentes” noutros países. No que o governo não conseguir privatizar, pretende alijar de responsabilidades remetendo para os municípios ou para as próprias escolas, empurrando-as para a celebração dos chamados “contratos de autonomia”

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 2 de janeiro de 2014:

1. Reafirma a importância decisiva da educação e exige que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino — do pré-escolar ao superior - e a adopção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País;
2. Considera que, no momento de crise profunda em que vivemos, que agrava as dificuldades e acentua vertiginosamente a desigualdade social, impondo a muitos portugueses situações de pobreza e de exclusão, na educação, tal como nas áreas sociais e na saúde, são absolutamente exigíveis medidas adicionais de investimento e de discriminação positiva;
3. Considera que deverão ser rapidamente contidas e invertidas as medidas mais gravosas, de modo a recuperar e garantir o reforço das necessárias políticas de apoios e acção social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
4. Afirma a sua disponibilidade de acompanhar estes problemas e neles intervir de modo a contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa;”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

5. Exorta a comunidade educativa — professores, estudantes, funcionários e pais — para que tudo faça na defesa da Escola Pública, reafirmando que o futuro de Portugal passa, também, por uma aposta inequívoca e um investimento efectivo na Educação.”

Intervenção da deputada municipal Leonor Barata (CpC):

“O Quebra-Costas está a mexer”

“Aproveitando a frescura que sempre traz um novo ano, e porque nos parece fundamental estarmos atentos ao que de bom vai acontecendo nesta nossa cidade, gostava de vos convidar a olhar para o Quebra-Costas. Essa zona da cidade que é um corredor privilegiado entre a Alta e a Baixa e que faz inevitavelmente parte dos percursos de quem cá vive e de quem cá passa.

O Quebra-Costas, para além de ser uma zona popular de divertimento nocturno, soube contrariar a crescente desertificação da zona baixa e começa a afirmar-se com um comércio alternativo e de proximidade que é um caminho possível para resgatar a baixa do marasmo em que se encontra.

Entre mercearias e lojas vintage, começa a nascer uma nova cultura que aposta na qualidade e na originalidade e que merece a nossa atenção porque, alargando-se, poderia significar a mudança de paradigma em termos de gestão do Centro Histórico e transformar-se ela própria numa espécie de âncora para novas ideias e novos projectos.

Esta mudança, que se operou de forma quase silenciosa, foi feita através do sacrifício e do investimento dos comerciantes que perceberam a potencialidade daquele espaço e que, de há uns anos para cá, se unem na sua promoção como um todo, organizando, por exemplo, Os já famosos Mercados Quebra Costas, que servem como uma montra ao ar livre daquilo que ali se pode encontrar.

Foi para reconhecer tudo isto que fizemos uma visita ao local no passado dia 27, saudando quem o tornou possível, agradecendo-lhes, e deixando o nosso estímulo para que mais possa acontecer.

Do que precisam agora é de ganhar visibilidade e é de grande importância que se estruture e se organize o que nasceu de forma espontânea. Que quem passa não se distraia do que ali acontece e se enquadre toda a zona nos percursos turísticos, por um lado, e, por outro, que se saiba atrair pessoas à baixa e ao Centro Histórico.

Há um círculo vicioso bem conhecido: as pessoas não vão, o comércio decresce, o comércio decresce e as pessoas deixam de ir. É imperativo e uma nova política de gestão do centro histórico que leve as pessoas ao centro, para passear, sim, mas também para viver porque só assim teremos a cidade moderna e com a qualidade de vida com que sonhamos.

Temos falado repetidamente na criação de uma agência municipal de arrendamento que torne possível viver na baixa a estudantes e famílias. Temos também falado na urgência de uma rede de transportes públicos que inclua esta zona de forma inteligente nos seus percursos e que torne fácil ir à baixa para fazer umas compras ou beber um café.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Resta-nos esperar que a Câmara Municipal saiba olhar para o Quebra-costas com determinação e visão de futuro, ouça quem lá vive e trabalha, procure as parcerias necessárias para alargar o seu exemplo e ter de novo uma baixa viva. Há perguntas essenciais a fazer sobre a baixa. Por exemplo: o que se projecta para grandes espaços devolutos, o mais recente dos quais é o edifício dos correios junto ao mercado? A Câmara tem ideias, projectos, estratégia? Já sabemos tudo o que se acumulou em matéria de degradação de grandes espaços, no centro e nas periferias industriais. Está na altura de reverter tudo isto. Vamos ficar disponíveis para ouvir e voltaremos a perguntar se as respostas demorarem. Por agora, quisemos mostrar uma resposta que já começa a ser dada, e que é a resposta do Quebra-Costas...”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Antes de mais uma saudação de um bom ano novo para todos vós.

Quero ser muito breve, porém, tenho que referir aqui, que o Presidente da “Águas de Coimbra” é um engenheiro especializado no setor da água, um engenheiro hidráulico e que, com ele lá, já foi possível anunciar aos conimbricenses a redução da tarifa do preço da água.”

Também quero dizer ao senhor deputado José Reis, que no parecer que aqui invocou, não passa ele da opinião jurídica e pessoal de uma jurista aonde pediu parecer à Comissão de Coordenação, à minha colega Maria José Castanheira Neves, e que, aliás, teve a ocasião de chamar a atenção que, era apenas um esclarecimento sintético, como lá está bem escrito e que os pareceres deveriam ser pedidos através do Presidente do próprio órgão que não é V. Exa. senhor deputado, é antes o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cujo respeito nos é merecido por todos nós.

É por isso senhor Presidente da Assembleia Municipal, que venho pedir a vossa excelência que eu próprio formarei um requerimento a pedir um parecer à Procuradoria-Geral da República, porque esse sim é um parecer independente, disso, nós não teremos qualquer dúvida sobre a matéria, e assim sobre o que for esclarecido, todos nós nos pautamos no presente e no futuro para o bom funcionamento deste órgão.

Relativamente à moção aqui apresentada pelo deputado do Grupo “Cidadãos por Coimbra” na anterior sessão que hoje está aqui para ser discutida.

Entendo que, as moções deveriam ser previamente discutidas no seio dos líderes municipais também sei que ainda não houve tempo para isso, mas não quero esquecer que, a nossa função aqui, a função deste órgão é acompanhar a actividade da Câmara Municipal, e não a ela nos substituímos. Digo isto, porque a moção apresentada pelo Grupo Municipal “Cidadãos Por Coimbra” sobre o Convento de S. Francisco também aqui se substituí, desta feita não ao Presidente da Assembleia Municipal mas agora aqui a esta própria Assembleia, quando pretende que a Comissão de Acompanhamento exprima parecer junto na Câmara Municipal, que não antes nesta Assembleia Municipal e assuma funções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

consultivas também junto desta Câmara Municipal que não antes junto desta Assembleia.

É por isso, e de alguma forma acompanhando a moção Grupo Municipal “Cidadãos Por Coimbra”, porque esta de facto é a função desta Assembleia que o PS, apresenta aqui uma moção, para ser votada em alternativa ou em conjunto a moção apresentada pelo grupo “Cidadãos Por Coimbra”, a qual passo a ler:

MOÇÃO

A proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento do projecto de execução da obra do Convento de São Francisco, incluindo visitas ao local, o mesmo é dizer, ao estaleiro da obra é suscetível de interferir, prejudicando, o funcionamento e actividade normal da Câmara e o próprio património da Câmara Municipal.

É sabido que, ao longo dos anos manifestaram-se interesses conflitantes na empreitada em questão; por um lado a empresa construtora adjudicatária a reclamar dificuldades de interpretação e execução do projecto concursado. Por outro, o dono da obra, a Câmara Municipal, reclamando a correção de anomalias e irregularidades de execução que se verificam.

A construção do Centro de Congressos é fiscalizada pela empresa para o efeito contratada em concurso público na obra residente nela, fisicamente presente. A Pengest — Planeamento, Engenharia e Gestão, SA.

Além desta fiscalização existe ainda uma outra, uma Comissão de Acompanhamento constituída por seis técnicos municipais, quatro engenheiros, uma técnica de arqueologia e uma técnica de museologia. A par desta dupla fiscalização há ainda uma outra equipa de acompanhamento vocacionada para o estudo do funcionamento futuro do Centro de Congressos e que é constituída também por técnicos municipais, instalados no edifício do Chiado.

Uma nova Comissão de Acompanhamento como a que vem proposta na Moção do Movimento dos “Cidadãos Por Coimbra” poderá correr o risco, e seguramente isso não se pretende, de favorecer a empresa construtora eventualmente incumpridora e em eventuais litígios que não se desejam decorrentes da gestão da empreitada. Nada disto pode ser olvidado.

Atendendo que, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal propõe-se:

1 — Que se constitua, no seio da Assembleia Municipal, uma Comissão de Acompanhamento da Obra do Centro de Congressos a instalar no Convento de São Francisco constituída por um representante de cada grupo parlamentar municipal.

2 — Que esta Comissão a partir do acervo documental, dos relatórios produzidos pela empresa da fiscalização da empreitada, da Comissão de Acompanhamento constituída pela Câmara Municipal e formada por seis técnicos municipais e da equipa constituída para estudo e implementação do funcionamento futuro do Centro de Congressos instalada no edifício Chiado, elabore propostas, estudos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

propostas de recomendação a serem presentes à apreciação desta Assembleia Municipal.”

O Presidente da Mesa, interveio para dar resposta ao deputado Ferreira da Silva, que relativamente à parte da sua intervenção sobre o parecer, que acrescentou que não é parecer, sobre o ofício que me foi entregue gentilmente pelo senhor deputado José Reis, é um ofício que é assinado pelo vice-presidente da CCDR, e portanto tem o valor que tem, não é assinado por um jurista, tem o valor que tem, é uma opinião analisável e discutível.

Este esclarecimento tinha de ser feito para boa informação de toda a gente.

Intervenção da deputada municipal Ângela Pinto Correia (PS):

“Uma saudação fraterna a toda a Assembleia Municipal de Coimbra, na pessoa do seu Presidente, Dr. Luís Marinho, ao Executivo Municipal na pessoa do Sr. Presidente Dr. Manuel Machado, e toda a comunicação social que sempre nos acompanha com a sua disponibilidade e profissionalismo.

Todos temos consciência das dificuldades económicas e financeiras que o País atravessa, com repercussões relevantes no dia-a-dia do Poder Local, mas perante estas dificuldades as cidades têm que ser centros económicos e de emprego, provocando o fomento da criatividade, da inovação, do conhecimento, do empreendedorismo e da cultura.

Um dos eixos para o desenvolvimento da nossa cidade passará pela reabilitação urbana, investindo no nosso património, que uma parte é já Património Cultural da Humanidade, pelo que é importante saber aproveitar os fundos estruturais para o período de 2014 – 2020, e no que diz respeito a esta temática mais do que ninguém o Dr. Manuel Machado para implementar esta política de desenvolvimento.

O passado recente deixou-nos sem uma orientação de crescimento sustentável para esta cidade o que nos obriga a repensarmos o que foi mal feito e como já referi, nesta profunda crise económica, financeira e social, a criar novas propostas que sirvam os legítimos interesses dos nossos cidadãos, e dê garantias de melhor qualidade de vida, onde os valores individuais e colectivos sejam sempre uma prioridade.

O Governo da Republica, tem como dever, contribuir para a solução dos problemas de estrangulamento financeiros do Poder Local, e não para o agravar como se constata nas verbas que vão ser distribuídas para o Município de Coimbra.

Todos estamos responsabilizados pelos mandatos que o eleitorado de Coimbra nos confiou, obrigando-nos a um esforço de forma construtiva e responsável, abrindo novos horizontes de esperança, de modo a construir uma nova estratégia para o concelho e fazer dele um lugar apetecível, para construirmos um futuro melhor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Desejo a todos um tranquilo ano de 2014, com a ambição de que a nossa cidade e o nosso concelho sejam num futuro próximo um território de criação de valor e de emprego, de solidariedade, um lugar de encontros.”

Intervenção do deputado municipal André Pereira (PS):

“Festa da Passagem de Ano”

“Este ano de 2014, começa com bons augúrios, com boas energias. Tivemos essa sorte, tivemos uma festa de grande sucesso, uma festa muito bonita de Ano Novo. Queria transmitir, à senhora vereadora da Cultura, ao Senhor Presidente da Câmara as minhas saudações, por esta festa que realmente marca um estilo novo de viver a Cidade.

Tivemos vários palcos na noite de Coimbra, para vários públicos, tivemos uma noite inclusiva e integradora, fez-se Cidade. Curiosamente não vi por cá muitos dos que clamam sempre por mais e mais investimento, na Baixa e na Alta, também era tanta gente, eram tantos milhares que não poderia encontrar todos.

Este é um ano novo de grande alegria na rua, de energia e esperança, uma festa com juventude mas, com contenção, e por ser especialmente a contenção não tenho informação privilegiada mas tenho e pareceu-me que o fogo-de-artifício foi contido. Isso foi bonito, com alguma dignidade, mas contido, sem exageros. Grupos de música com qualidade e diversificada certamente também com orçamentos contidos, é necessário isso, em tempos de austeridade.

Muitos parabéns à Câmara Municipal por esta apresentação de uma nova forma de animar a nossa Cidade, é para isso que sobretudo serve a nossa Câmara Municipal, para fazer Cidade, ajudar as pessoas a terem espírito de vizinhança, serem vizinhos, serem concidadãos.

Também se vêem pequenos sinais, uma pequena baixa na tarifa da água, não haja ilusões não se vê grande coisa no preço final, mas é um pequeno passo, baixa-se na tarifa fixa, sobretudo para as IPS's e outras entidades.

A pequena baixa do IMI que aqui já foi conseguida.

O Presidente Dr. Manuel Machado mostra que as propostas com que se apresentou à Cidade em Setembro não eram só propostas para enganar os eleitores. Não! São objectivos políticos claros! E, de pouco a pouco consegue mexer nas estruturas instaladas e na parte seguinte quando formos discutir o orçamento vimos isso de uma forma clara.

Vamos ver o regresso dos Encontros de Fotografia, vamos ver um grande apoio à Cultura, ao Teatro e outras formas de desenvolver esta Cidade.

Se 2014 se apresenta com energia renovadas nesta cidade, quando olhamos para o Governo e para o Presidente da República a situação é desoladora. O Governo que continua sempre, e sempre, tentar governar à margem da Constituição, vem lembrar-nos, que o Dr. Passos Coelho quando assumiu a Presidência do PSD a sua proposta muito clara era rever a Constituição, era muito clara durante vários meses esse era o tema no PSD, rever a Constituição e agora percebemos porquê.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Porque realmente teria dado jeito rever a Constituição, para poder governar ao seu estilo. Mas, não conseguiu! Felizmente! E, por isso, vai tentando sempre fazer orçamentos e leis à margem da Constituição.

Se calhar por isso, o Presidente da República também desistiu, de submeter, não é que fosse obrigado, mas desistiu de submeter este orçamento de 2014, ao controlo da lei fundamental.

Se falamos aqui, na Constituição e no Tribunal Constitucional não é só para fazer floreios, porque isso é dito pelos economistas mais insuspeitos.

Se há alguma entidade que tem feito algum bem pela nossa economia é o Tribunal Constitucional, a regra número um da economia é haver segurança, haver confiança, haver estabilidade e a partir do momento em que os investidores começar em por cada sujeito individual da sua família, percebeu que há limites que não podem ser violados, começamos a ver pequenas luzes de esperança de ativação do mercado de trabalho, muitos ténues do fim de alguma recessão, isso deve-se sobre tudo a isso. Quem o diz é um insuspeito líder da sede, um grande propagandista contra ao anterior governo, e que o diz: “*o Tribunal Constitucional é o principal factor de segurança e estabilidade económica do País*. Infelizmente o economista que ocupa transitoriamente o cargo de Presidente da República, não tomou isso em consideração, e desistiu fazer o que lhe competia, outros terão de o fazer.

Salvar o País da desgraça que aí vem!

A desgraça que aí vem é realmente, nós até nos esquecemos com as festas, mas convêm preparar as pessoas, porque já estamos em janeiro, vêem ter cortes nos salários, de 2,5% a 12,5%, para os ricos, claro, quem são os ricos são os que ganham mais de 675€, por isso, vão ter cortes nos salários, mais descontos para a ADSE, para todos, não só cortam nos salários como os impostos aumentam, novas leis do trabalho para a função pública, reformas mais tardias aos 66 anos, como se não houvessem muitos jovens à procura de emprego, é preciso manter as pessoas até à velhice a trabalharem mais anos, e mesmo assim também cortes nas pensões de sobrevivência e o que se mantém? É bom recordar, mantêm-se toda uma carga de trabalhos, de impostos terríveis.

Mas apenas uma palavra, para dizer o seguinte:

Este orçamento vai atingir duramente também, o Município de Coimbra, designadamente com as transferências como viram nos documentos estão a ser reduzidas. O Governo para além demais de governar contra a Constituição, vai vendendo o património, foram os CTT, a EDP, e agora preparam-se para tentar mexer nas “Águas de Portugal” e portanto, acabamos de voltar aqui ao mesmo tema, o que se está a vender, monopólios naturais, rendas garantidas. É isto que é uma reestruturação da economia nacional? Não! É transferir rendas para alguns designadamente para o capital estrangeiro. Isto é um grande problema.

Para terminar, senhor Presidente, foi aqui falado o problema das “Águas de Coimbra”.

Gostava de aqui recordar Platão, de facto Platão queria que vivêssemos numa aristocracia, mas, a verdade é que em Atenas acabou por dominar a democracia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

naturalmente hoje temos uma democracia em que os partidos tem um papel importante, e eu queria aqui dizer, àqueles de inspiração mais platónica, aqui vêm, atirar efetivamente com uma visão do mundo que divide os cidadãos em duas classes, os que não tem cartão partidário, que são bons, e os que tem cartão partidário que são maus, eu não admito esse tipo de acusações platónicas, eu filio-me em Atenas, filio-me no espírito iluminismo e na nossa República Democrática, em que ter um cartão partidário não é crime, nem faz de nós pessoas de segunda categoria.

Que fique muito claro, que as opções da Câmara Municipal sobre as “Águas de Coimbra”, são de toda a lisura e transparência, e não admito, até porque eu próprio estou envolvido nesses ataques que seja aqui achincalhado o nome das pessoas.

Portanto, ao senhor deputado José Reis, que fique seguro que a sua visão platónica da política está errada. Ser militante de um partido político não inferioriza as pessoas.

Mas atenção, porque o que realmente interessa é a água, enquanto direito fundamental, certamente o senhor Presidente da Câmara nos dirá alguma coisa sobre isso. Porque o Governo prepara-se nos próximos dias, para tentar vender mais uma renda garantida. Já vendeu os CTT, a EDP, prepara-se para vender também a nossa água. Portanto, alerta, atenção senhores deputados o tempo que aqui vem é de luta e de grande coragem.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.

Usarei, unicamente estes cinco minutos para, em nome da Coligação Por Coimbra de todos os Deputados Municipais da Coligação Por Coimbra, dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia também eleitos por esta Coligação, expressar a todos os votos amigos e sinceros de um bom e óptimo ano de dois mil e catorze.

Aproveitando, precisamente a festividade que o André Dias Pereira aqui nos colocou, penso que havia aqui um “*deejay – DJ*” de anos oitenta, no átrio da Câmara Municipal, não passei por cá mas soube, que correu bastante bem.

Esse “*deejay – DJ*”, anos oitenta, de facto, faz-me lembrar essa ideia de regresso ao passado.

Essa ideia de que os anos oitenta é que eram anos bons, e de facto, na música foram, mas não foram em tudo! E uma das coisas que queria, em todo o caso, trazer como votos para o ano dois mil e catorze, é esta ideia de que vale a pena caminharmos para o futuro, vale a pena termos memória, e nós hoje, vamos falar também um pouco, sobre memória a propósito do orçamento para dois mil e catorze, e das promessas, e dos compromissos que foram feitos junto dos eleitores nos programas eleitorais nos manifestos eleitorais de cada força política, porque achamos que vale a pena ter memória.

Mas vale a pena de facto também, com espírito democrático, com espírito construtivo e, com novos pergaminhos de sustentabilidade a todos os títulos, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a maior exigência, olhar o ano de dois mil e catorze. E no fundo, o nosso apelo do qual também partilhamos da nossa responsabilidade, como agrupamento político da oposição. É dizer, que gostaríamos que o ano de dois mil e catorze, fosse de maior exigência em termos democráticos, em termos de concretização da cidade de Coimbra, nos seus vários planos. Trarei ideias muito concretas sobre esse aspecto, e portanto, usaria este período antes da ordem do dia, para falar sobre as matérias que têm estado, para lá da ordem do dia formal, que existem nestas reuniões.

Em primeiro lugar sobre o Convento de S. Francisco.

Não gostava de deixar cair a moção que os “Cidadãos por Coimbra” trouxeram logo na sua primeira iniciativa política. Julgo que é uma iniciativa importante! Da nossa parte, nós temos todo o interesse e empenho, para que, com a maior transparência se veja, de facto, aquilo que para nós, é um dos projectos prioritários da cidade, em dois mil e catorze. Dois mil e catorze, deve assistir à abertura do Convento de S. Francisco. Estava previsto que assim acontecesse! Nós, tudo faremos, para que se demonstre que, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista programático, havia os trabalhos suficientes e necessários, para que isso acontecesse. E gostávamos muito que isto fosse um projecto que mobilizasse a cidade e o concelho, e não um caso, não uma luta entre agrupamentos políticos, não uma disputa de facção, porque isso, de facto, não aproveita a cidade, nem aos seus munícipes. Portanto, queremos trazer já nestes votos de maior exigência para dois mil e catorze, projectos concretos. Vamos abrir S. Francisco! Vamos visitar, seguramente, que podemos conciliar as moções e de ter uma delegação da Assembleia Municipal! Já há três comissões de acompanhamento, segundo se percebe do documento! Percebo que isso possa não ser um caso, mas os deputados municipais, têm todo o interesse de perceber melhor, até depois de informações erróneas, provindas da parte de altos responsáveis, não só da própria da Câmara, mas até da Assembleia Municipal, o caso aqui do líder da bancada do Partido Socialista que veio dizer, que se devia vinte milhões e afinal, no orçamento como se comprova, o que lá está escrito é o que sempre soubemos! Eram os tais cinco milhões. Mas isto até esteve nas páginas jornais e portanto, há informação errada sobre o Convento de S. Francisco e convém limpá-la, torná-la transparente e esse é de facto um dos nossos propósitos.

Temos também um propósito muito claro para dois mil e catorze, que é, não deixar cair Coimbra como Património da Unesco. E de facto, está em risco, neste momento que isso aconteça! Está em risco como se vê, nas rubricas que aparecem no orçamento e daquilo que é era o plano previsto e acordado, e assinado com própria Comissão da Unesco, entre a Universidade e a Câmara. De facto, não estão previstas as obras devidas, que constam desse memorando de entendimento e, portanto, podemos assistir, infelizmente, a um, dois mil e catorze, com mais um regresso ao passado! Temos um elevador do Senhor Presidente da Câmara, por sinal, também não certificado, mas enfim! ... Temos um elevador, mas não temos é, Coimbra Património da Unesco. Ora, de facto, não são comensuráveis as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

coisas, e por muito que se queira ter um elevador, e um arquivo municipal e outros projectos que vem dos anos oitenta, eu diria, fiquemos, pelo “*deejay*”. Em relação a estes projectos chega-nos! Vamos sim, pensar a cidade e no concelho, nessa grande conquista que foi, sermos “Património Mundial da Humanidade”, com uma certificação que tem que ser validada, permanentemente, e que tem, um caderno de encargos, muito sério e que evidentemente, deve de ser cumprido. Portanto, é também um voto que trago para dois mil e catorze! Vamos manter Coimbra e até amplificar, se for possível, mas sobretudo, manter Coimbra, como Património da Unesco, cumprindo integralmente, o programa que está contratualizado.

Por fim deixo, um último voto para dois mil e catorze. Nós, não queremos vir aqui, só nesta atitude de fiscalização daquilo que a Câmara vai fazendo, até porque, como o deputado André Dias Pereira disse “*fez uma boa festa de fim de ano*”. É isso que a gente teve até agora, também, em bom rigor estamos com três meses. E de facto, em Portugal há esta ideia, de que ... “*prepara-se a governação depois de ser eleito*”. Nós, enfim, temos que pelo menos dar este ano, para ver o que lá vem! Mas é algo que nos envolve e que nós temos que dizê-lo politicamente, formalmente, na Assembleia Municipal. Nós queremos construir um programa de crescimento económico de emprego que seja superior à média nacional! E para isso, há ferramentas que podemos fazer. Obviamente, não são unicamente da esfera pública nem do orçamento municipal, há um conjunto de entidades privadas, sociais que são de facto o grande o motor da economia regional. E nós temos que trazer para cima da mesa um novo programa de desenvolvimento económico e de emprego no nosso concelho e, com isso, também, liderarmos a nossa região. Isto, são projectos e propósitos muito gerais. Com eles termino Senhor Presidente, evidentemente, endereçando a todos, votos de óptimos trabalhos em dois mil e catorze e, apesar de ser administrativo e só porque o dia está, assim cinzento, não posso deixar de dizer, que temos que também de melhorar, em termos de exigências, o nosso próprio funcionamento interno. Eu soube da reunião de líderes, na véspera de acontecer a reunião de líderes! Evidentemente, por compromissos, designadamente no hospital não podia estar presente na reunião de líderes! Não tive qualquer reunião preparatória de líderes, para esta Assembleia Municipal. Admito que isso não possa acontecer. Tive, em telefonema com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, enfim, a melhor disponibilidade da parte dele, para movermos esta Assembleia, porque, a maior parte dos deputados municipais, nem os documentos tinham! Não estamos a falar de chegarem com pouco tempo! É “*não ter os documentos*”! Não ter os documentos que são, o orçamento e o plano! Não ter! Estamos a falar de um nível de facto, muito baixo, digamos, de eficiência, de trabalho que possa ser útil a todos, e sobretudo, em termos de representação de elementos tão fundamentais, como estes que estamos aqui falar, “*plano e orçamento para dois mil e catorze*”. Portanto, não posso deixar de aqui deixar, esta pequeníssima nota, cinzenta, mas não ofusca. Ela também não quer ter brilho! É só para dizer, deste modo, assim não! Para dois mil e catorze, não! Vamos admitir, que isto foi, dois mil e treze e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que tudo isso reporta, um modo de governação e de gestão que vamos esquecer e vamos partir, para um outro patamar. E é isso também, Senhor Presidente, que pode contar da nossa parte, em dois mil e catorze.”

Intervenção do Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas (Cidadãos Por Coimbra):

“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, a sua da Mesa, o Presidente da Câmara, os seus Vereadores, os Senhores Deputados, os Presidentes de Junta, a Comunicação Social.

Águas de Coimbra

O tema que aqui me traz é Águas de Coimbra. Queria agradecer ao novo Presidente do Conselho de Administração das Águas de Coimbra porque, pela primeira vez em doze anos, fui convidado para um jantar castrense de Natal o que eu também agradeço. a água de Coimbra, é melhor que se bebe em Portugal! As Águas de Coimbra vão baixar a tarifa! As Águas de Coimbra tiveram um lucro! Aquilo que eu queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara, principalmente, é que dissesse alguma coisa sobre a intervenção na via pública. Neste momento, com a distribuição de água ao domicílio, eu tenho quase todas as ruas onde tiveram intervenção das Águas de Coimbra, destruídas. Estive a ver ali nos protocolos, o dinheiro que lá está, apesar de ser bastante, e apesar de eu estar satisfeito com a verba, satisfeito nunca estou, mas julgava que era menos, e estou contente porque a verba que lá está não é inferior aos outros anos, mas queria que me desse uma ajuda e às Águas de Coimbra, para compor aquilo que estragam! Pelo menos em cada duas estradas, pelo menos que alcatroem uma. Também há uma situação que eu andei a reparar que ao colocarem os canos estão a colocá-los muito superficialmente no alcatrão. Isso quer dizer, que o alcatrão em algumas ruas, já está maior, mais alto, que os passeios. Se tivermos de escarear alguma estrada, vamos arrancar a tubagem toda. Era essa a atenção que eu queria e, que de facto sensibilizasse as Águas de Coimbra, para que as intervenções, não deixassem as ruas de Santa Clara, tão destruídas como estão, porque daqui a dias, os munícipes estão a inquietar-me.

“Ch

Outro assunto, na véspera de Natal, como em vários locais também houve cheias em Santa Clara na zona do Bordalo e eu fui lá chamado. Ali é uma zona privada, mas quando chove as pessoas ficam com água pela garganta! Mas, o Presidente da Junta, não tem capacidade, nem competência, para mexer em águas pluviais.

As pessoas envolvidas ficam com bastantes prejuízos! Todos se atiram ao Presidente da Junta. A Protecção Civil também não tem capacidade para tanta água.

Queria pelo menos que se estudasse o problema naquela zona do Bordalo. Todos os anos em que chove bastante, é sempre a mesma coisa! O problema é grave, e eu não o consigo resolver! Eu agradecia que esta Câmara, através das Águas de Coimbra, ou não, ajudassem a resolver o problema.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS): “Metro Mondego”

“Cumprimentos a todos, na pessoa do nosso Presidente da Assembleia, **Dr. Luís Marinho**. Desejo a todos um ano novo, melhor do que aquele que ainda agora terminou e sobretudo ao Executivo da Câmara, para que possa mudar o paradigma da nossa cidade, do nosso concelho de Coimbra.

Como ceirense e coimbrinha que sou, trago aqui um tema que considero de grande importância para Coimbra.

Trata-se do Metro Mondego! Obra de particular interesse para a cidade de Coimbra. De facto, não basta alargar o perímetro citadino, por razões meramente estatísticas, como fizeram há bem pouco tempo; é preciso criar condições de vida urbana. Mas pior ainda, é, quando se deixa parar uma obra tão relevante, e que durante anos não se apostou verdadeiramente, nas suas potencialidades. Não se explicou à população, pior do que isso, talvez, confundiram-se as ideias dos coimbricenses, sobre a revolução positiva, que esta obra podia trazer, sobretudo para o concelho de Coimbra e para a cidade de Coimbra.

Ouvi falar agora, em mais uma manifestação em Lisboa, que pode ter resultados menos bons, menos positivos! Há relativamente pouco tempo, Coimbra, juntou meio autocarro para uma manifestação deste tipo, em Lisboa.

A manifestação não foi nem importante, nem digna, digamos assim! Também, não importa muito, se ela é feita em Lisboa ou em Coimbra! Se calhar tinha maior impacto, maior importância e maior proximidade, se a fizessemos em Coimbra. Sobretudo, acho que não foi explicado aos coimbricenses, os benefícios desta obra! E, era isso que eu vinha aqui pedir ao nosso Presidente da Câmara, ao Dr. Manuel Machado, que hoje, com uma voz, com mais peso no País, mas também, uma voz, muito mais ponderada no concelho de Coimbra, fizesse essa explicação. Transmitisse aos coimbricenses que a obra é verdadeiramente importante para a cidade e para o concelho e para toda a região envolvente, especialmente para Miranda do Corvo e Lousã. Mas que usasse também essa voz, hoje, mais forte, digamos assim, para que fosse reposta esta obra. Esta obra que uns pararam, que alguns não respeitaram os direitos da população e, que deixou milhares de pessoas com maiores dificuldades do que aquelas que já ouvimos aqui hoje falar. Que além dessas, têm que fazer muitas vezes, diariamente, o transporte entre Lousã e Coimbra, entre Miranda e Coimbra, entre Ceira e Coimbra de carro, aumentando significativamente as suas despesas e, de certa forma, diremos até, que prejudicando de alguma forma o país, que mais combustíveis tem que importar. Penso então, que não devíamos correr riscos, irmos com uma meia bandeira para Lisboa. Precisamos do Metro! O Metro é um meio de transporte, importantíssimo. É um direito fundamental! É essencial para milhares de pessoas. Lutemos por ele, mas lutemos com convicção, com organização, com força e unidos com a nossa Câmara Municipal de Coimbra!

Um bom ano para todos vós!”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Devo informar a Câmara de que o Senhor Presidente da Câmara pediu-me tempo, para no final da intervenção do Sr. Jorge Veloso, fazer os esclarecimentos devidos, em função das intervenções que aqui foram feitas.”

Intervenção do Presidente da União de Freguesias de São Martinho e Ribeira de Frades:

“Antes de mais, queria desejar um bom ano de dois mil e catorze para **todos**. Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, caros colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, meus senhores e minhas senhoras.

Vou ser breve!

Danos causados pelas intempéries

Trago aqui só duas ou três preocupações e ía começar por dar um agradecimento pela disponibilidade e pelo acompanhamento no local que teve, o Senhor Vereador Jorge Alves, tanto no dia vinte e quatro de dezembro, aquando daquelas chuvadas tremendas, como mais tarde, numa visita às escolas.

Começo pelas intempéries do dia vinte e quatro, e digo que algo terá que ser feito, quanto à situação do IPARQUE. O IPARQUE o tem neste momento, uma bacia de retenção que está construída e não funciona! A água corre livremente pela encosta que conduz à zona dos Covões, destruindo tudo aquilo que apanha pelo caminho, arrastando pedras, com isso, entope o ribeiro e as águas circulam livremente, pela Quinta dos Covões, causando prejuízos avultados ao proprietário.

Isto aconteceu no dia vinte e quatro, tenho fotografias que o provam. Alertei já os Serviços de Protecção Civil, no sentido de se fazer alguma coisa e, pelo menos, aquela bacia de retenção, terá que funcionar para alguma coisa, não está ali só para embelezar, ou então para dar banho aos patos no verão. Penso que terá de se fazer alguma coisa. Retém as águas quando tem que reter, liberta-as depois em proporção e em quantidade suficientes de modo a não prejudicar os terrenos que lhe estão na zona norte.

Visita às escolas primárias

Queria também agradecer ao Senhor Vereador Dr. Jorge Alves a disponibilidade que teve em me acompanhar nas visitas às Escolas Primárias de São Martinho do Bispo, que entrando ao portão principal de qualquer uma delas, são escolas que neste momento, são indignas, para que as crianças tenham aulas, para que as crianças possam aprender, com qualidade. E nós queremos o melhor para os nossos filhos! Querendo o melhor para os nossos filhos, não é digno ter escolas daquelas, em São Martinho do Bispo. Acredito que haja noutros locais, mas neste momento, eu sou Presidente da Junta Freguesia de São Martinho do Bispo, tirando a Escola de Fala, as outras, encontram-se todas em situação lastimável. Agradeço que tenham isto em consideração, uma vez que só Martinho do Bispo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

tem, cento e quarenta alunos, e quem vê a escola por fora, vê a muito bonita, tem um parque de jogos mas entra à porta principal e é uma desgraça autêntica.

Congresso da ANAFRE

Queria também aqui, alertar os senhores Presidentes de Juntas, meus caros colegas e amigos que devem fazer a inscrição até ao dia treze de janeiro no Congresso da ANAFRE, de modo a que possam ser delegados, de modo a que possam votar, de modo a que possam ser eleitos, nas listas para o do respectivo congresso.

Penso que, de Coimbra apenas duas ou três juntas o fizeram. Aquelas onde houve agregação, neste momento, não houve nenhuma que o fizesse. Ainda hoje tive essa confirmação. Espero que esteja enganado. Devemo-nos preparar para aquilo que é um ponto importante da vida da Associação Nacional de Freguesias que é, o congresso e onde nós, podemos ter a palavra. Se não nos inscrevermos, não podemos utilizar a palavra e acho que isso é mau para toda a gente.”

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Eu sou um apreciador, um adepto e um utilizador das tecnologias de comunicação, como penso que todos nós! Isto que vou dizer, assumo a responsabilidade do que vou dizer! Mas acho que as tecnologias de comunicação em determinados momentos e circunstâncias, se devem reduzir, a uma utilização muito pessoal e muito particular, E quando estamos num órgão com responsabilidades públicas colectivas, em que a comunicação, é a comunicação de nós connosco, para sermos ouvidos lá fora, eu acho que não fica bem. Desculpem em dizer-vos, mas acho que não fica bem que se assista daqui, do local da Assembleia onde se vê melhor o que se passa no plenário, que os deputados vão utilizando a comunicação para o exterior de uma forma, que eu acho que perturba o funcionamento da Assembleia e duma forma que também, de certa maneira desprestigia o funcionamento da Assembleia. Desculpem que vos diga isto! Há muitos parlamentos do mundo onde a utilização desses meios, é proibida! Não sei como é que a Comissão do Regimento vai fazer em relação a essa matéria, mas é minha obrigação chamar-vos à atenção, sem menosprezo nenhum pela intimidade pessoal e, pelas particularidades de comunicação de cada um, por aquilo que é uma utilização normal deste meio de comunicação tão moderno e tão avançado, acho que deve ser, uma utilização parcimoniosa dos telemóveis quando estamos numa reunião com esta importância. Porque, principalmente, nós estamos a comunicar uns com os outros! E estamos aqui, para ser ouvidos uns pelos outros, de maneira a que, os que estão lá fora, também nos ouçam e, não para que estejamos, enfim, a comunicar com as pessoas que por uma outra circunstância, temos de comunicar no momento. Era uma observação que eu queria fazer, mas também algo, que eu vou repetir junto da Comissão do Regimento, porque acho que esta matéria, é uma matéria que tem a ver com a dignidade do funcionamento desta Assembleia.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Senhor Presidente, Senhor Deputados.

Antes de mais a expressão sincera de votos de um bom ano novo, para todos! Como anotação prévia, queria pedir ao Senhor Presidente que considerasse uma rectificação na informação escrita que lhe fiz chegar. Relativamente à primeira página, segundo parágrafo, disse aí, que decorreu cerca um mês até à presente data, decorreram, cerca de dois meses, até à presente data. É um lapso de dactilografia e, eu sou daqueles que, às vezes, também se engana mas faço questão de corrigir os meus erros e imperfeições e, procurar aperfeiçoar-me.

Uma informação à Assembleia, ... nós estamos aqui com algumas preocupações, naturalmente, para além daquelas que decorrem do nosso trabalho aqui, e que em simultâneo e, já hoje aqui foram observados alguns problemas e ações que são necessárias para salvar pessoas e bens.

Encontra-se activada a Protecção Civil e já se encontram encerradas algumas artérias, designadamente, Fornos/Espertina, Ponte de Vilela/Souselas/Fornos e outras e, é previsível que haja um agravamento desta situação exactamente hoje à tarde e durante a noite.

Todos os serviços municipais estão alertados para intervir pronta e eficazmente, com todos os meios que sejam necessárias mobilizar e, estou convicto que o farão.

Senhor Presidente e Senhores Deputados!

Houve aqui um conjunto de questões levantadas que eu aponte, cerca treze questões que foram formuladas pelas intervenções dos senhores deputados.

A primeira intervenção do Senhor Deputado José Reis, fez-me recordar uma lição que tivemos, há muitos anos já, na nossa Faculdade de Economia, quando estudávamos Ciência Política, teoria política e ouvíamos frequentemente dizer, que: *“Oliveira Salazar justificava que não devia haver eleições, nem parlamentos, nem democracia, porque os portugueses eram medíocres, politicamente”*. O senhor deputado José Reis interveio aqui, e achou que devia dizê-lo assim, numa coisa que, sinceramente, não é aceitável! Chamou medíocres, aos cidadãos que foram designados administradores da Empresa Municipal Águas de Coimbra! Não são medíocres! São excelentes profissionais! E essa forma de apelidar tudo o que é diferente, ou não é conivente consigo de mediocridade, aqui, permita-me que lhe diga, com todo o sentido democrático, basta! Portanto, retribuo! E garanto-lho, que os administradores que foram designados para Conselho de Administração das Águas de Coimbra, são excelentes profissionais, com provas dadas, gente, pessoas honradas, honestas e qualificadas profissionalmente.

Aliás, foram escolhidas com muito cuidado e, com uma carta de demissão, que se consubstancia no seguinte: *“Para nós a água é um direito humano e, um bem público que como tal, deve ser gerida! A água é um bem inalienável, porque é um direito humano e como tal, está em susceptível de ser mercantilizada!”* Esse foi, o primeiro ponto da carta de demissão! E o segundo: *“Trabalhar na empresa com todos os trabalhadores da empresa, de modo a que se consiga preservar, este*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

bem público, como tal gerido e que se consiga reduzir o montante da factura da água, em Coimbra, que achamos que é excessivamente alta.” E como ponto importante também, o Conselho de Administração, está incumbido na carta de demissão, de pôr em crise, o contrato leonino, que foi celebrado com Águas de Portugal - Águas do Mondego, que leva a que Coimbra esteja a pagar, mais quatro milhões e meio de metros cúbicos por ano, do que aqueles que efectivamente consome! E está a onerar, as tarifas da água. Terá que ser corrigido! E será corrigido, estou convicto disso. Portanto sobre essa questão, senhor deputado José Reis, fique tranquilo, não são pessoas medíocres. E, com todo o espírito democrático, afirmo-lhe, que são excelentes profissionais e que vão dar boa conta do recado e da carta de admissão de que foram investidos.

A senhora deputada Joana levantou uma questão importante que tem a ver com os sintéticos e apoio aos clubes. Procurei inteirar-me, e no que está contratualizado ou protocolado, a Câmara está a cumprir.

Acontece que, neste dossier sobre o qual não me vou detalhar, neste momento, mas se for necessário facultá-lo-ei, existem alguns detalhes técnicos que têm que ser resolvidos por imperativo legal. Por exemplo, o campo de Adémia tem um sintético, mas uma parte significativa do terreno ocupado é propriedade privada e, há uma questão em tribunal, enfim, há uma questão em tribunal que tem ser dilucidada, antes de mais problemas.

Há outros, que não têm problemas e que se resolverá. E há uns, que têm problemas ao fisco e à Segurança Social e dívidas ao Estado e isso, inibe-os de poderem receber subsídios da Câmara. Muito menos, receberem subsídios para pagarem impostos, como o IVA, ou outros. Bom, em síntese este, é o detalhe que eu acho que posso aqui dizer, que estamos a procurar encontrar soluções no quadro legal aplicável a um ramo dos contratos que foram celebrados, em tudo aquilo que a lei permita e possibilite e é também preocupação do Presidente da Câmara, procurar soluções e encontrá-las, é que tem vindo a ser difícil, porque a Câmara não pode pagar a uma entidade que se encontra em dívida perante o fisco e a segurança social. É um problema com alguns, não todos. Aliás, sobre isso, existe uma questão que está a ser analisada, não pela Câmara Municipal, mas por outras entidades que dos documentos que nos fizeram chegar, apontam no sentido de uma suspeição de haver fraccionamento da despesa pública, mas essa investigação não está a nosso cargo, obviamente. A seu tempo, penso que o conseguiremos saber ou seremos notificados disso.

A senhora deputada Catarina Martins observou aqui sobre a vergonha urbanística dos Jardins do Mondego de noventa e seis. Eu também acho, que aquilo de facto é uma vergonha. Isso já devia estar resolvido e até devia ser evitado. Eu vou clarificar, porque o revisionismo histórico, deu sempre asneira, correu sempre mal. O licenciamento das obras, ... não estou aqui com isto, a sacudir a “água do capote”, ...eu aprovei, a Câmara que eu liderei, na década de noventa, aprovou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

loteamento e aquela urbanização. O licenciamento de todas as obras que foram feitas, já não fui eu que as licenciei. Há uma distância grande, entre uma coisa e outra. Seja como for, o problema está lá. E estamos a trabalhar para encontrar soluções. Estando obviamente, a decorrer trabalhos vários e delicados, porque uma das entidades envolvidas, depois de uma decisão que um dos tribunais já adoptou, prepara-se, e disso nos deu conta, para pedir uma grande indemnização à Câmara Municipal de Coimbra, pelo tempo em que aquela urbanização esteve parada. Portanto, os tribunais decidirão. Mas estamos a procurar acompanhar e a encontrar soluções. Mas há uma coisa. Nem naquele tempo, nem neste, aceito que se diga, aqui ou noutra sítio, que foi feito para proteger clientelas ou, por promiscuidade! Há palavras que ofendem e, quem as usa, ou as demonstra e comprova, ou então, a ofensa não tem cabimento e é imerecida e, tem de ser repelida. Nem naquele tempo, que eu tive honra de ser Presidente da Câmara, nem agora, aquela urbanização, nem outra qualquer, foi aprovada, nem para proteger clientelas, nem com actos de promiscuidade. Não foi! E a prova de ética está feita aqui! E não tenho, em democracia, de andar a fazer sistematicamente, prova de ética. Não se pede isso às pessoas. Ou se pratica ou, se não pratica! E quando não se pratica diz-se: “*ofendeste ou ofendeu*”, neste ponto. São questões demasiado sérias com as quais, com ou sem ela, não se deve brincar, porque, é falta de ética brincar com insinuações, torpes a outrem, de falta de ética! Convínhamos, que na convivência democrática e, no registo que queremos ter da democracia e da liberdade, penso que é melhor assim. Respeitando, em todo o caso, outros quaisquer pontos de vista, mas sobre a minha, respondo eu e mais ninguém!

Como referi na informação que prestei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, integro, isto, relativamente, à moção apresentada pela senhora deputada Margarida Fonseca acerca da escola pública e das questões, ... é um dossier que está a ser acompanhado. Eu próprio sou o subscritor, como outras pessoas, do manifesto público, em defesa da escola pública e, faço-o nas várias qualidades de que estou investido e, fi-lo sem tibiezas e mantenho! Há no nosso município áreas que onde vamos intervir, aperfeiçoando e, mesmo a nível nacional, naquilo que estiver ao nosso alcance, o nosso empenhamento, nesse sentido, é inequívoco e fazemo-lo com todo o gosto e com convicção.

A senhora deputada Leonor Barata pôs a questão do Quebra-Costas, muito bem, tomei nota. Sobre o Quebra-Costas e Centro Histórico, estamos de acordo. É preciso é fazer. E vamos fazendo na medida do possível.

Sobre a questão do prédio dos Correios, faço notar o seguinte: Os Correios ainda têm ali, os Correios ou a entidade que lhe sucede, neste momento não se conhece com exactidão, ainda têm ali operações, maquinarias, sistemas de comunicação, um bunker de alta segurança para as telecomunicações que existe lá, enfim, tem ali funções em actividade. Não sei se o prédio dos correios estará a venda ou, será vendável a curto prazo, duvido! Agora, quando for vendido, não lhe acontecerá o mesmo que aconteceu ao Colégio do Carmo na Rua da Sofia. Porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a Câmara Municipal de Coimbra tem direitos de raiz, sobre aquele terreno. Quem o quiser vender, não sei exactamente, quem é o proprietário hoje, mas quando quiser alienar a Câmara Municipal de Coimbra não deixará que aconteça o que aconteceu ao Colégio do Carmo na Rua da Sofia, que o Estado usurpando poderes e bens da municipais, da Câmara Municipal de Coimbra vendeu à Universidade e a Universidade comprou, para a intervenção que lá está agora a decorrer.

Quando o prédio dos chamados “Correios” entrar no negócio, estaremos atentos, para atalhar atempadamente e cuidar dos interesses legítimos municipais. Mas não creio, que ele seja posto à venda no curto, pelo menos, na aquilo que nos foi dado a conhecer, à relativamente pouco tempo.

Senhores Deputados

O Convento de São Francisco, Centro de Congressos ou Mosteiro de São Francisco, foi aqui referido, por diversas intervenções e eu irei acrescentar, de forma muito breve, o seguinte: A entrada em funcionamento do Centro de Congressos é uma questão importante, e deve entrar em funcionamento, o mais rapidamente possível. O mais depressa possível! Aquela obra ou, aquelas obras, porque é uma intervenção complexa, têm diversos interesses em presença. O interesse municipal que é de ela ser concluída, o mais rapidamente possível e, em preço justo, mas há outros interesses, que andam por ali! Há outros interesses e que estão em conflito e, sobre os quais, até agora, não houve acordo. A minha convicção depois das inúmeras reuniões em que eu já participei, sobre aquele vasto dossier tem, neste momento, o seguinte: da parte da Câmara Municipal e dos seus serviços municipais e das empresas que a Câmara contratou incluído a empresa projectista, tem havido diligência, cuidados e rigor. Na situação em que o País se encontra, por escassez de dinheiro, por circunstâncias dos mercados e afins, há problemas que não conseguimos agora resolver, um deles foi por exemplo, no dia vinte e quatro de dezembro, também houve alagamentos em obra nova. Há uma disputa, uma discussão, acerca dos prazos de execução, enfim, há problemas que é preciso de resolver. Eu garanto é que aqui, só devo dizer, o que devo dizer, porque também há questões em tribunal a decorrer ao mesmo tempo, porque há notificações em curso e, portanto, interessa-nos acabar a obra o mais rapidamente possível, fortalecer a equipa que prepare a utilização do Centro de Convenções e Congressos e pô-la a fazer o planeamento antecipadamente, atempadamente, para que ele seja tornado útil à cidade, mas há uma série de questões, já de em presença, de natureza física e não só, que precisam de ser desenvolvidas e resolvidas, sobretudo resolvidas.

Uma nota importante e uma informação útil ao senhor deputado Nuno Freitas, o *deejay* que trabalhou aqui de forma notável, graciosamente, como muitos outros que animaram a cidade, nas festividades de chegada do Ano Novo, que trabalharam graciosamente, o *deejay*, têm vinte e cinco anos de idade. Em todo o caso, não se preocupe com o regresso ao passado. Não tenha medo de visitar o passado. Eu não tenho! E portanto, essa recidiva, existente, enfim, não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cabimento! Música moderna foi o que eles me disseram, miúdos de vinte e cinco anos, todos novitos ao pé de mim, mas disseram-me que era a música mais avançada que havia, e até o *Spiderman*, fez um espectáculo sublime e animou a cidade e fê-lo graciosamente, voluntariamente, tal como muitos outros. E a cidade esteve muito bonita e foi acolhedora e creio, que abrimos caminho aqui, a um novo modo de encarar a chegada de um Ano Novo. Portanto, não foi a celebração do fim de ano, foram as festividades de chegada do Ano Novo e esse foi o significado que quisermos dar-lhe, quer no átrio da Câmara, quer na cidade em geral. E penso que correu bem. Pelo menos, aproveito a oportunidade aqui, em presença de todos neste Órgão, de saudar todos os trabalhadores municipais, todos os voluntários cidadãos que cooperaram, todos os responsáveis autárquicos a nível político que supervisionaram e coordenaram, porque todos sem distinção, se empenharam no êxito daquelas festividades e sobretudo, saudar a população de Coimbra que ocorreu às festas, com enorme sentido cívico, de partilha, de alegria, de vontade de vencer as agruras do ano velho e criar esperança para um ano novo. E isso importa registar.

Senhor deputado José Simão, Senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, interveio e eu subscrevo o que disse. A orientação política que a “Águas de Coimbra” tem é um pouco diferente e isso pode ser já uma explicação para algumas rubricas do ponto seguinte da agenda da Assembleia Municipal. Tudo o que disser respeito a águas e saneamento, água para consumo humano ou saneamento e águas pluviais, passou a ser, a partir do dia um, deste ano, responsabilidade directa da Empresa Municipal Águas de Coimbra. Não queremos que haja, ... há duas ou três empreitadas que ainda a decorrer, estão na fase contratual em que não é possível voltar atrás, vamos ter que fazê-las, mas para todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias, é importante que isto fique claro: Tudo o que disser respeito a águas, saneamento, incluindo águas pluviais, é responsabilidade da Empresa Municipal Águas de Coimbra e o Conselho de Administração tem essas orientações e está a desencadeá-las e estão no terreno para o fazer para evitar duplicação de facturas empreitadas sobre postas etc.; Uma outra norma que está instituída é que, quem intervém na via pública, seja as “Águas de Coimbra”, seja PT, seja EDP, enfim, quem quer seja que intervenha danificando o espaço público, tem que ter presente duas preocupações: Uma – a intervenção só pode ser feita depois de devidamente licenciada, pela Câmara Municipal. Como penso, foi tornado público, não há muito tempo, um incidente de uma intervenção na pública que criando uma vala que depois gerou um acidente que provocou indemnizações enormes, é responsabilidade do Presidente da Câmara e da Câmara. Ora, para que, não aconteça este tipo de problemas, tirando lições de erros anteriores, a determinação foi esta, nenhuma entidade pode intervir, nem juntas de freguesias, podem intervir na via pública, abrindo valas, aquelas coisas que interrompem o trânsito ou criam perigo, sem estarem expressamente licenciadas pela Câmara Municipal, porque é quem tem a responsabilidade civil sobre os danos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

possam ocorrer ou, porque ficou mal sinalizada ou, outra coisa qualquer. Isto decorre da lei, mas às vezes é esquecido! É uma questão muito importante, porque já há danos e a Câmara Municipal, nos últimos anos, perdeu pelo menos duas acções de obras, as quais não eram sequer da Câmara Municipal e, o Supremo Tribunal acabou por concluir, que se a Câmara deixou que as obras acontecessem e que o perigo estivesse criado e não interveio, obrigando a serem cumpridas ou respeitadas, as normas de segurança e houve dano, é Câmara Municipal a responsável. A última indemnização são cento e oitenta e não sei quantos mil euros, por causa de um dano que aconteceu de uma empresa – Lusitâniagás - que fez a obra, não tirou a licença, não pediu licença, já feita há uma dúzia de anos! Ficou concluído agora o processo e quem paga a indemnização, é a Câmara Municipal e, está intentada uma acção, com direito ao regresso, mas esperemos que dê resultado, mas também há dúvidas sobre isso. Relativamente às intervenções que são feitas além do licenciamento. A intervenção em arruamentos municipais implica não apenas, à reposição da vala, tapando com areia e enfim, apressadamente, como se vê por aí, danifica! Mas sim, com a reposição do tapete betuminoso, ou material que lá se encontrava, na faixa de rodagem afectada, longitudinalmente. Vamos tentar, vamos esforçar-nos, para que as empresas que operam na via pública, ou que danificam a via pública, reponham no estado, no mínimo, igual em que estava o arruamento antes da intervenção e não, aquelas mantas de retalhos que aqui em vários sítios reconhecemos, da vala que fica, depois abate, depois foi compactada mal, depois,... por aí fora, ... tudo isso, foi pago pelo erário público. A intervenção seja das Águas de Coimbra, seja da EDP, seja de outra entidade qualquer, do gás, por exemplo, da TV Cabo ou de outros, tem que repôr integralmente os pavimentos. Isso para as empresas nem é tão caro como isso, porque são custos de operação. Nós nas taxas que estamos a pagar, nos impostos que estamos a pagar, está incluído isso, e portanto, é uma mera obrigação que está a ser imposta, que está a ser pressionada com as fiscalizações várias a intervir coercivamente, se for caso disso, incluindo com embargo. Porque, enfim, a conclusão mandada pelo Supremo Tribunal Administrativo sobre acção que foi intentada contra a Câmara, tem um conjunto de alertas, que nos aumentaram a sensibilidade e nos determinaram, que impuséssemos estas regras que vão ter de ser, goste-se ou não se goste, vão ter de ser respeitadas, por todos.

Foi posta uma questão, que se encontra, ...entre outras, que se encontra em curso, e que é importante aqui dar conta neste momento, e falando de forma muito breve também, a questão do Metro Mondego. Eu penso, não tenho a certeza se foi na Assembleia Municipal que o referi, se foi na Câmara Municipal, o entendimento que temos sobre isto, sobre este problema, Metro Mondego, tal como sobre a SRU. Estão reabertas negociações, decorrem reuniões de trabalho a vários níveis, ministerial, ou governamental e das entidades participadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, temos defendido e é indispensável em nosso ver, que o Estado tem de aumentar o capital social da empresa, tal como a Câmara Municipal. Até agora o Estado tem vindo a quer “emprestar”, dinheiro que vem do Banco Central Europeu, através do IHRU, para operações financeiras da empresa - SRU. Não é isso que queremos, porque qualquer desses empréstimos, vem onerar capacidade de endividamento da Câmara e portanto, é-nos muito mais caro. Por outro lado, se empresa precisa de capital, e precisa de capital, os sócios, os accionistas, reúnem-se em Assembleia-geral e aumentam o capital social. É esta a regra. O Estado com a parte que lhe cumpre e a Câmara fará o mesmo. Como se compreende não está a ser fácil, alegadamente, porque é a Troika que não deixa. Eu tenho dúvidas! Em todo o caso, as negociações estão a decorrer e esperemos que as coisas se concluem bem, porque senão, vai ser preferível promover a extinção da empresa, a liquidação da empresa. Porque ter uma empresa, cujos funcionários, é a Câmara que paga, cujas instalações são a Câmara que paga, a electricidade é a Câmara ...a Câmara paga tudo, põe o dinheiro e outro accionista, é apenas um intermediário, um transitário ganhando e ganha três e meio a quatro por cento no capital que transporta, ou que transfere do Banco Central Europeu, ou do Banco Europeu de Investimentos, o BEI também tem, e o GESCICA também, com parte, é apenas um veículo transitário do dinheiro tirando em lucros e não acompanhando a empresa como tal, como accionista. E tudo à custa da Câmara. É uma subversão! A SRU em sim, os estatutos, o quadro legal das Sociedades de Reabilitação Urbana têm enormes e potencialidades e virtualidades, na realidade o problema é que, se os accionistas intervenientes não acompanham o aumento do capital social, acaba por ser uma sociedade estranha que não tem capacidade de realizar o objecto social, para que foi criada. É portanto, um dossier aberto, gostaríamos que as entidades ... a outra accionista, que é o Estado acompanhassem o aumento do capital social e a Câmara faria o mesmo, em todo o caso tem havido resistência a isso.

Similarmente – Metro Mondego. Também já se realizaram reuniões, com a empresa, aliás cujo Conselho de Administração, tem sido extremamente diligente, diligente, não medíocre, diligente e trabalhador, não fui eu que o nomeei, mas merece toda a confiança, reafirmo a confiança no Conselho de Administração da Metro Mondego mas sei, que não tem meios de *per si* para resolver e, acompanhámos em reuniões com estâncias governamentais, para que se encontre uma solução e que pode passar, se assim for exigido pela contraparte, pela agregação à Metro Mondego, da Empresa Municipalizada dos SMTUC que, e, pode chegar-se mesmo, a incluir no conjunto necessário para viabilizar a Metro Mondego, SA a incorporação de património municipal que possa ser afecto a esta acção, ou à acção desta empresa, para a concretização do projecto do Metro Mondego. Tudo isso está em aberto, está em negociações. Decorrem reuniões de trabalho para tentar alcançar este objectivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Senhor Presidente da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, sobre a bacia dos Covões não tenho informação, vou procurar saber o que se passa. Irei colher informação.

Relativa ao elevador do Mercado, ele está a funcionar!
Disse.”

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

Terminado o período antes da ordem do Dia, e apresentadas as moções à Mesa, sobre o Convento s. Francisco, que divergem nos considerandos e intróito. Está toda a gente de acordo que deve haver uma Comissão de Acompanhamento que responda perante esta Assembleia Municipal que tenha poderes para requerer informação sobre o que se passa no convento.

Intervenção do Deputada Municipal Leonor Barata (CPC):

“Compreendemos bem essa necessidade de consenso, mas a verdade é que, as duas moções que estão em cima da mesa, neste momento, ao contrário do que foi afirmado pelo Senhor Deputado Ferreira da Silva não são conciliáveis e falam de duas coisas.

A primeira desde logo que eu gostava de salientar, o que foi proposto na nossa moção na primeira Assembleia, é de uma Comissão de Acompanhamento formada por membros da Assembleia Municipal e não por membros da Câmara Municipal. São duas coisas diferentes, até porque a nossa função é política e não é técnica, nós não queremos ir fiscalizar a obra. Nós queremos é perceber o que é que se passa de facto com o Convento de S. Francisco.

Por outro lado, na moção apresentada pelo deputado Ferreira da Silva há uma coisa que nos preocupa, que é a Comissão a ser formada, receberia a informação dos grupos que estão a acompanhar, pela parte da Câmara, isto é subverter completamente o papel de uma comissão de acompanhamento e de fiscalização.

Uma última nota, que me parece muito importante, o que nós pretendemos aqui é programático, é percebermos o que é que vai acontecer ao Convento de S. Francisco no futuro. O que é que aquilo vai ser? E não tem a ver com a obra em si. Também nos preocupa em termos de derrapagem financeira, que, não se consegue perceber bem enquanto é que já vai, mas tem a ver com questões programáticas.

Por último, a ser verdade a introdução que o deputado Ferreira da Silva fez, não compreendemos porque é que o grupo municipal do PS não vota a moção connosco. Se não há diferenças nenhuma de monta, porque é que não votam a nossa moção na criação de um grupo para o Convento de S. Francisco.

Disse.”

Presidente da Assembleia disse:

“Só queria chamar a atenção de uma coisa que se calhar não leu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eu leio na moção que foi aqui apresentada pelo deputado Ferreira da Silva que, se constitua no seio da Assembleia Municipal uma Comissão de Acompanhamento.

No seio da Assembleia Municipal é com representantes. É o entendimento que faço é benéfico. Não tenho uma interpretação que não seja benéfica.”

A deputada Leonor Barata retorquiu:

“Eu compreendi bem que a proposta é, tal como a nossa, de criar um grupo de deputados que acompanhem.

O problema está aí, está depois é que os deputados que vão acompanhar, segundo a moção que aparece hoje, irão receber a informação dos grupos que estão a funcionar, já de fiscalização no seio da Câmara Municipal e não terão independência para eles próprios irem procurar informação. Ora isto, faz toda a diferença quando queremos fiscalizar e perceber o que é que se passa.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“A razão fundamental dessa moção é preservar a defesa do interesse municipal, ou seja, o mesmo a dizer que, o interesse dos munícipes, dos conimbricenses.

Decorre um contrato entre a Câmara Municipal, entidade **pública** e o privado que executa determinadas obras por conta da Câmara Municipal. Na execução desse contrato há um litígio, é sabido já que há uma acção em Tribunal.

Não é apenas política esta intervenção, atento o teor que consta do próprio texto, não é apenas para o futuro, é para a própria construção da obra em curso, está cá escrito a qual passo a ler:

“Consoante os riscos que se começam a colocar a eventuais acréscimos de custos e prolongamento de obra para além do inicialmente previsto. Lê-se no segundo parágrafo. E se formos à proposição em concreto lê-se, no nº2, apreciar o planeamento e a execução do projecto até à sua conclusão”

Depois fala em visitas ao local, onde há pedreiros, electricistas, onde há tudo isto, o próprio constituir um elemento pernicioso, um elemento que nas mãos da entidade construtora pode servir para que ele ataque os interesses municipais contra aquilo que são os próprios interesses dos conimbricenses. E apenas isso que se quer preservar e nada mais. Porque o fim político que se pretende atingir é exactamente o mesmo porque, aquilo que chega à Câmara é o que chega a esta Assembleia Municipal.

Todos os relatórios, todas as acções de fiscalização, que são produzidos pela aquelas três, propõe-se, exactamente mesmo da mesma medida à Câmara e a esta Assembleia, não pode haver mais transparência e abertura para recolher e acompanhar a própria moção do movimento “Cidadãos Por Coimbra”.

Apenas o que se pretende é preservar, o interesse municipal e dos conimbricenses, nada mais.

De resto quero dizer, que em nome da defesa desse interesse municipal sem prejuízo de qualquer acompanhamento, sugeriu-se que retiraríamos a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

moção se porventura a anterior fosse retirada. É que nós não queremos servir lá fora a parte contrária.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“A questão que eu coloco, é dirigida aos proponentes da moção do PS.

Se vêem alguma incompatibilidade, naquilo que propõem, ou seja, a informação a disponibilizar pela comissão instituída pela Câmara Municipal em acompanhamento e fiscalização, visto que esta comissão não fará mais que a sua obrigação do que facilitar toda a informação a qualquer deputado constituído ou não em comissão.

Havendo efetivamente, uma comissão constituída no seio da Câmara que tem essas funções, haverá toda a vantagem em que esta comissão da Assembleia Municipal tenha um relacionamento privilegiado com esta estrutura.

Penso que, não há nenhuma incompatibilidade, em relação a estas duas propostas e esta proposta que me parece, a proposta inovadora por parte do grupo municipal do PS, e não vejo sequer que sejam conflituais, visto que também não vi, por parte do grupo municipal do PS, e não foi colocada alguma objecção, em relação a que esta comissão, tenha as funções determinadas na moção do grupo municipal “Cidadãos Por Coimbra”.

O grupo municipal do PS, define mais objetivamente qual é o interlocutor por parte da Câmara, e penso que, do ponto de vista formal, faz todo o sentido, se há um grupo constituído da Câmara para esse efeito, só faz sentido que o tenhamos em conta, e que não colide com os outros objetivos. Penso que estamos a fazer aqui uma guerra de “alecrim e manjerona” quando se pode juntar, é essa a minha opinião, porque não vejo compatibilidade nas duas propostas, que este ponto da proposta do PS, seja integrado não havendo por parte dos promotores qualquer objecção, seja integrado na moção e que haja uma moção única a ser votada incluindo estes dois aspetos.

Pela nossa parte pensamos que não é incompatível e estaríamos dispostos a votar nestas condições. Uma moção que surgisse da junção destas duas matérias que nos parece razoáveis serem juntas.

Quanto às susceptibilidades jurídicas ou legais, é natural e acho que todos nós somos gente de bem e gente que sabemos o terreno que pisamos nunca poderemos por em causa individual ou coletivamente os interesses do município.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Eu diria que o deputado Pinto Ângelo colocou a questão que me parece ser correta e que pode agora rapidamente evoluir para podermos ter uma decisão em tempo útil.

No fundo há um lado simbólico que quero chamar a atenção, enfim fui o primeiro a falar desse aspeto, é evidente que foi uma iniciativa do grupo “Cidadãos Por Coimbra” e evidente que essa iniciativa tem em si mesma, digamos um carácter de propositura e portanto de tornar essa matéria relevante no contexto da agenda da Assembleia Municipal. Acho que essa é de boa Cultura democrática “*dar o seu*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a seu dono” e portanto o grupo municipal “Cidadãos Por Coimbra” avança com essa proposta e avançam no sentido amplo.

Nesse sentido, nós também somos sensíveis a esse aspecto não só a questão de tornar o caso com o empreiteiro, acho que é pouco para Coimbra, aquele elemento é um elemento vital da proposta cultural da cidade cultural que nós no fundo e todos almejamos. É evidente que este elemento deve ser assim tratado.

A minha proposta é muito simples, é esse o sentido que dei se alguma forma haveria possibilidade do PS encontrando na moção essencial propor eventualmente um ou dois melhoramentos, evidentemente com esse resguardo que o deputado Ferreira da Silva vem dizer, no fundo, atenção que pode haver matéria, as visitas não podem ser extemporâneas, não podemos estar diretamente a pedir informação ao empreiteiro, porque o empreiteiro tem interesse particular, pois todos nós admitimos que sim. Portanto, essas matérias parecem-nos elementares. Um consenso entre todos os grupos penso que seria a melhor nota.

No fundo, venho em defesa da sua posição e pedindo ao Partido Socialista que perceba que há um lado simbólico, na iniciativa dos “Cidadãos Por Coimbra” e podemos simplesmente adequar o que entenderem mais correto e uma representação multi-agrupamentos, multi-partidária é suficiente para garantir a fiscalização desses elementos e já agora abrir a própria questão da programação que é de facto um elemento também importante.

Com isto penso que resolveríamos e teríamos provavelmente uma votação por unanimidade, provavelmente, porque cada um é livre!”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Parece-me a mim, se nós podermos aqui criar uma plataforma entre todos, de facto de vigilância daquilo que ali acontece, isso poderá ser proveitoso, não vejo nada de mal, porque aquilo que se está a colocar, o dono da obra que é a Câmara Municipal que vai assumir as suas responsabilidades enquanto dono de obra, sobre isso não há qualquer tipo de dúvida. E depois, a Assembleia Municipal que pode constituir um grupo, exactamente para poder esbater as dúvidas que haja sobre o andamento de uma obra que é importante, não é propriamente o fim do mundo, mas aquilo é apenas a obra do Convento de S. Francisco. É uma obra de alguma forma importante para a nossa Cidade, que merece todo o acompanhamento de boa fé, porque não estou a ver outra coisa, é de boa fé, e vemos o que ali acontece.

Quanto às questões da invasão do território de facto a invasão não é possível, porque há regras estabelecidas, de invasão de território, pelo menos o capacete, o colete e as botas ninguém se livra de andar com eles.

Portanto, essas questões estão devidamente regulamentadas, estão regulamentadas, inclusivamente legalmente, não me parece que haja aqui inconciliação de propostas. Eu percebo a questão que o PS colocou, que é de facto o poder ter uma acção sugadora, digamos assim, de um litígio que decorre, esse litígio decorre por conta própria. Aquilo que estamos aqui a tratar é de outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

coisa, é simplesmente de vez em quando se ir à obra e dizer que aquilo tem chão, tem teto, tem madeira, não há lá fantasmas.

Portanto, me parece que é uma coisa mais simples do que aquilo que estamos aqui a colocar.”

Os deputados municipais Leonor Barata, Ferreira da Silva, Pinto Ângelo, José Reis e Mário Carvalho, sobre este assunto deram mais alguns contributos às moções apresentadas.

Presidente da Assembleia respondeu:

“No fundo, no fundo o que é que está em causa? Para nos aproximamos de um consenso o que está em causa é assumir a iniciativa da moção dos “Cidadãos Por Coimbra” na interpretação do deputado Pinto Ângelo, Manuel Rocha, Nuno Freitas e do próprio “Cidadãos Por Coimbra” acrescentando-a literalmente com o ponto número dois que se acrescentaria da moção do PS, e seria uma moção em comum.

Assim a moção teria o ponto número dois do PS incluído.

O PS por um lado diz que poderíamos esperar uns dias para aperfeiçoar a redação, também, tem a sua lógica e a sua razoabilidade, para quando houvesse a reunião de líderes tomar isso em consideração.

É uma questão de oportunidade, tanto se pode resolver agora, como nessa reunião de líderes, já percebemos que se vai resolver num determinado sentido, mas são estas duas posições que estão em causa.

Custa-me por estas duas questões em alternativa, ou se faz agora moção consensual, se o PS aceitar com o seu considerando número dois?

Estamos todos de acordo! Ou se espera os quinze dias para a reunião de líderes? E se propõe para uma próxima sessão, com um novo texto mais aprimorado.

O que vos posso propor é o seguinte:

A conferência de líderes, retomará o que aqui for aprovado e dará uma redação, mais coerente, mais cuidada a esta moção, que, para ser um documento verdadeiramente de excelência, depois poderá vir aqui para ser ratificada pela Assembleia Municipal. O Presidente poderá encarregar-se de o fazer se me derem confiança para isso.

Se a Assembleia estiver de acordo.

O consenso que está estabelecido é:

Tomar como corpo a moção dos “Cidadãos Por Coimbra” que leva acrescentado o ponto número dois do Partido Socialista, com este pequeno acrescento proposto pelo líder do PS, e aceite pelo grupo “Cidadãos Por Coimbra”, isto deve ser feito sem prejuízo das obrigações do contrato de empreitada.”

Depois de várias intervenções a moção foi alterada ficando com nova redação a qual se transcreve.

Moção Convento de S. Francisco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Considerando a fulcral importância e a dimensão do projeto do Convento de S. Francisco para o concelho de Coimbra e a necessidade de garantir que esta obra fundamental cumpra fins de interesse público;
- Considerando os riscos que começam a colocar-se relativos a eventuais acréscimos de custos e prolongamentos das obras para além do inicialmente previsto, com a conseqüente pressão presente e futura sobre o erário municipal, que compete à Assembleia Municipal fiscalizar;
- Considerando as indefinições relativas à função e aos modelos de gestão, funcionamento e financiamento desta obra, que têm suscitado preocupações nos mais diversos quadrantes da sociedade civil da cidade;
- Considerando que a Assembleia Municipal é, por excelência, o fórum político do concelho onde estas preocupações devem encontrar eco e ser debatidas no sentido da formulação de soluções;

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida ordinariamente no dia 2 de Janeiro, delibera o seguinte:

- 1) Constituir, no seio da Assembleia Municipal, uma comissão de acompanhamento do Convento de S. Francisco, constituída por um/uma representante de cada Grupo Municipal.
- 2) Que esta comissão tenha como função tomar conhecimento e apreciar o planeamento e a execução do projeto até à sua conclusão, incluindo a consulta de documentos e visitas ao local sem prejuízo do normal desenvolvimento das obras e do contrato de empreitada.
Exprimindo pareceres junto da Câmara Municipal, sempre que considere justificado.
- 3) Que esta comissão assuma funções consultivas junto da Câmara Municipal no que diz respeito à definição da função, bem como do modelo de gestão, de funcionamento e de financiamento das atividades futuras do Convento de S. Francisco.
- 4) Que dos trabalhos desta Comissão seja dado conhecimento ao Plenário da Assembleia, através de relatórios regulares.
- 5) Que estes relatórios sejam tornados públicos, mediante aprovação pela Assembleia Municipal.
- 6) Que esta Comissão a partir do acervo documental, dos relatórios produzidos pela empresa da fiscalização da empreitada, da Comissão de Acompanhamento constituída pela Câmara Municipal e formada por seis técnicos municipais e da equipa constituída para estudo e implementação do funcionamento futuro do Centro de Congressos instalada no edifício Chiado, elabore propostas, estudos e propostas de recomendação a serem presentes à apreciação desta Assembleia Municipal.

Deliberação n.º 1/2014 (2/01/2014)

Posta à votação a moção alterada e acima transcrita foi aprovada com uma abstenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declaração de voto da deputada Helena Moura Ramos:

“Abstenho-me, porque se trata de moções completamente diferentes.

Penso eu, que a moção do grupo “Cidadãos Por Coimbra”, é uma moção de estratégia relativamente a um organismo cultural importantíssimo para a Cidade.

A que foi acrescentada, uma coisa que é uma coisa técnica, de fatura, de esgotos, de águas que não me interessa. Se quiser saber alguma sobre estes pontos, pergunto aqui, como membro da Assembleia Municipal.

Por isso são moções completamente diferentes, é por isso o sentido da minha abstenção, é assim que eu entendo.”

Presidente da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB)

Rui Manuel Sousa Soares,

“Pergunto ao Presidente da Mesa da Assembleia a seguinte questão.

Fala-se, em tantas reuniões de líderes de grupos municipais, eu queria dizer que eu de facto estou sozinho sou o líder do meu grupo, não sei se me consideram uma força política, mas tendo assento nesta Assembleia, sou considerado ou não?”

O Presidente da Mesa clarificou que, o Senhor Presidente lhe tinha posto uma questão óbvia, não lhe poderia dar uma resposta, mas que ía ter em conta para ser revista no regimento.

A sua personalidade será aqui entendida por esta Assembleia como uma personalidade muito forte, quase, quase como um grupo político.

Ferreira da Silva interveio dizendo:

“É só contra algo que já tive a ocasião de exprimir no seio da primeira reunião de líderes formalizou.

Foi exactamente esse desejo, de ver representado através do regimento e na comissão de líderes, de facto o representante, não só dos grupos constituídos, mas também o do CDS que elegeu um deputado, como também o Presidente Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão, já tive a ocasião de exprimir isso na primeira reunião de líderes.”

De imediato o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação a moção apresentada pelo Grupo municipal da CDU em defesa da Escola Pública atrás transcrita.

Deliberação nº 2/2014 (2/01/2014)

Moção aprovada por maioria com 13 votos contra.

Seguidamente o Presidente da Assembleia passou à ordem de trabalhos.

Período da Ordem do Dia:

O presidente da Mesa da Assembleia comunicou que:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Presidente da Câmara esteve fora desta Assembleia por causa da situação climatérica, algo que o preocupa e que nos preocupa a todos nós, foi esse o motivo da sua ausência desta sala.

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. c) do nº2 do artº25º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da Câmara bem como a situação financeira pelo que o Presidente da Assembleia colocou de imediato os dois pontos que se seguem em discussão conjunta.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à discussão os pontos que se seguem dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar as GOP:

Intervenção do Presidente da Câmara:

“De modo muito sumário a apresentação das GOP, com agora se chama, que antigamente, no passado chamava-se Plano de Actividades e Orçamento, cuja natureza é a mesma, apresento um texto muito síntese sobre estes importantes documentos para o Município de Coimbra.

Apenas uma recapitulação, relevo o seguinte:

A Câmara Municipal teve como preocupações na elaboração destes documentos, em primeiro lugar, obviamente procurar criar condições para cumprir um programa político que foi sufragado nas eleições de 29 de setembro, naturalmente.

Um programa político, que não é fixista, nem é exclusivista mas foi sufragado.

Mas deste programa político inclui-se igualmente uma postura ética, política de não criar roturas na sequência do trabalho, que deve ser desenvolvido pela instituição municipal.

Nesse sentido, foram avaliadas neste dois meses e pouco, foram avaliadas as potencialidades, as capacidades, as disponibilidades e os compromissos da Câmara Municipal face aos diversos aspetos, que, determinam a organização das Grandes Opções de Plano para cada ano económico.

Dessas avaliações, considerámos adequado, considerar o que na altura era uma hipótese e que neste momento é uma confirmação, é que há uma redução efetiva das receitas municipais. O município de Coimbra é um dos mais onerados a nível nacional pela recente lei do Orçamento de Estado que foi aprovado já, portanto, somos um dos municípios mais penalizados em Portugal relativamente às transferências quer do FEF, quer do Fundo Social Municipal etc.

Em todo o caso procurou-se analisar cuidadosamente, todas as possibilidades de receitas, calculadas segundo um coeficiente de razoabilidade que permitissem apresentar este orçamento.

Daqui tem como resultante final, que, este orçamento relativamente ao ano transato, tem uma receita calculada inferior a 34 milhões de euros (trinta e quatro milhões de euros) do que houve no ano de 2013 no orçamento municipal. Mas, para chegar a este valor não se procuraram implementos artificiais de receita,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para além daquilo que é controlável pelo elementar do bom senso e a gestão, e confinada a receita a esses aspetos, considerou-se que, temos compromissos que é preciso garantir, há obras, há ações, há despesas cabimentadas para além dos encargos fixos de funcionamento da Câmara Municipal e dos seu Serviços Municipalizados que são incompressíveis, não propugnamos para já qualquer empolamento dos quadros efectivos da Câmara Municipal de Coimbra, mas estamos a procurar racionalizar os recursos humanos de que se dispõe e igualmente a prepara, de novo, de retomar uma unidade orgânica que nos faz muita falta, porque não existe uma estrutura orgânica atualmente em vigor, que é uma Divisão de Recursos Humanos na Câmara Municipal.

Pelo que há situações muito diversas, das quais não me queixo, mas que aqui estão refletidas, de modo, não pode deixar de ser.

Há pessoas que trabalham para a Câmara Municipal de Coimbra em regime de avença, que é normal, mas, há também contratações adquiridas por ajuste directo, que não estão no quadro, não ocupam lugares no quadro, mas, são despesa com pessoal, na prática com despesa de recurso humanos.

Não querendo trazer roturas, querendo honrar os compromissos legalmente assumidos e consolidados, respeitada a lei dos compromissos que determina, feitas as contas, a margem de decisão autónoma desses compromissos é escassa, inferior a 10 milhões de euros, para ao ano económico.

Relativamente à estrutura para além daquilo que é aqui referido, eu destacarei nesta primeira intervenção o seguinte:

Relativamente, aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos entendemos que, não deveríamos aumentar as tarifas, o Conselho de Administração e os trabalhadores, a estrutura dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos, estão a trabalhar para racionalizar carreiras para conseguir gerir o que está disponível de modo assegurar os transportes colectivos, urbanos como serviço público e tem vindo a trabalhar nessa missão e estão desafiados a fazê-lo sem aumentar tarifas. Pelo que o custo social dos transportes em Coimbra directamente suportado no ano económico de 2014, é na ordem dos 9.5 milhões euros, transferido através dos cofres do Município, para os nossos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos.

A estes 9.5 milhões de euros (nove milhões quatrocentos e noventa e nove) mais precisamente, existe uma fatia significativa da despesa de transportes que a Câmara suporta, em geral conhecida como transportes escolares, mas tudo indica que não só, na ordem dos 783 mil euros. Além disso o Município despense em passes bi-modais e outro tipo de transportes que são facultados, por exemplo, aqueles que agora se fazem de substituição do Ramal da Lousã, e outros, de meio milhão de euros. Temos portanto, quase 11 milhões de euros, só para transportes; Com despesas com pessoal, estima-se um encargo de 32 milhões de euros; O serviço da dívida, que é obrigatório, vai para cerca de 4.400 milhões de euros; A iluminação pública do município custa-nos 2.800 (dois milhões e oitocentos mil euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A água consumida, instalações municipais, escolas, várias entidades, que operam com este benefício da água temos 800 mil euros (oitocentos mil euros), neste ano económico próximo, valor aliás muito próximo daquilo que a Câmara Municipal suporta com arrendamento de habitações, sendo que, aqui, nestas habitações, 813 mil (oitocentos e treze mil euros) de arrendamentos uma parte é co-financiado através do programa Pro-Habita, não é um dispêndio na sua totalidade:

Temos encargos igualmente importantes, relevantes em 2014, os contratos da recolha de resíduos sólidos urbanos 3.900 (três milhões e novecentos milhões de euros);

Existe uma dívida que nos foi apresentada, que nós até agora não reconhecemos, mas que é declarada, ela está nos registos municipais, relativamente à REFER de uma alegada dívida e que tem que ser considerada, embora a contestemos, que tem a ver com os acórdãos feitos da REFER no âmbito das aquisições de expropriações de terrenos para as passagens desniveladas à linha do norte, que até agora, calculada em 2.600 (dois milhões seiscentos mil euros);

Nós contestamos esta dívida!

Para sistemas informáticos, sistemas de informação, software e hardware estimado em 913 mil euros (novecentos e treze mil euros), quase um milhão de euros;

Mas, para além de outros aspectos, desde as ferramentas indispensáveis à gestão de recursos humanos e de outros recursos, instalações etc. etc.

È igualmente importante a gestão online, a gestão sincronizada por exemplo das receitas municipais.

Há diversas instalações municipais, que não entram no sistema central a não ser alguns dias sobre a entrada dessas receitas. É uma questão que me preocupa, não há nenhum indício de anomalia grave, mas entende-se que é fundamental que os registos das receitas municipais sejam feitos online, controlados por um serviço centralizado, rigoroso, não venerável nem sequer às tentações. Só para tudo isto, o custo foi estimado pelos nossos serviços, anda na ordem dos novecentos e treze mil euros;

Há uma fatia significativa de investimento que se torne necessário para cobrir a componente nacional de projecto co-financiados dos Fundos Comunitários, sejam do QREN seja do POVT sejam de parcerias e Protocolos, 62 pelo menos que foram criados até agora, com diversas entidades desde Universitárias, Politécnicos, enfim, diversas entidades que tem Protocolos com a Câmara Municipal de Coimbra, projetos co-financiados e como a Câmara Municipal assumiu essa parte da componente nacional do investimento cifra-se em 11. 406 mil euros (onze milhões quatrocentos e seis mil euros);

Nisto inclui-se uma parte que diz respeito, às obras em curso do Convento de S. Francisco:

Para acessibilidades, estruturantes e complementares, de ordenamento de tráfego de circulação e manutenção de vias, estima-se aproximadamente; para este ano económico cerca de 2.5 de euros (dois milhões e meio de euros)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Para investimentos de centralização e apoio às Juntas de Freguesias, incluindo Protocolos e outras transferências, há um conjunto de dotações somadas que perfazem 3.190 mil euros (três milhões cento e noventa mil euros);

Para além dessas transferências para as Juntas de Freguesias e da transferência que já me referi de 9.5 de euros (nove milhões e meio de euros) para os SMTUC, existem outras transferências correntes e de capital de 5.600 mil euros (cinco milhões seiscientos mil euros). Corresponde uma parte também em Protocolos, que foram afirmados, compromissos que foram assumidos, e ações que é necessário desenvolver no âmbito da atividade da Câmara Municipal;

A alimentação escolar, 1º e 2º, e 3º ciclo, consome uma fatia orçamental de 2.600 mil euros (dois milhões e seiscientos mil euros);

Para apoio às famílias, educação pré-escolar, nas atividades escolares 545 mil euros (quinhentos e quarenta e cinco mil euros);

Para investimentos em instalações e equipamentos desportivos e fomento desportivo, é prevista uma dotação de 2.600 mil euros (dois milhões e seiscientos mil euros);

Senhor Presidente, senhores deputados de forma ampla, esta é a súmula do que aqui apresentamos.

Do ponto de vista tributário, na pág. 61, que aparece referenciado isso as deliberações que já foram tomadas na Câmara e na Assembleia Municipal, no que era possível isentar neste ano económico, e não podemos ir mais longe do que isso, gostaríamos de o fazer. Exactamente por estes números, dos limites dos compromissos da realidade, dos custos incompressível aos quais a Câmara municipal pode e tem que fazer face, de modo a que não sejam geradas roturas, no funcionamento normal da instituição municipal.

Muitos dirão, começando por mim próprio, que gostaria de apresentar outro Orçamento e outras Grandes Opções do Plano. Mas, assumi a responsabilidade perante os meus pares e perante os serviços municipais, que entendia que é digno num ano de transição de mandato, em dois meses e poucos dias, que é indispensável, procurar evitar roturas, ou denunciar compromissos honradamente assumidos, ou de pôr em crise contratos firmados que geraram compromissos financeiros e que honrarão a todo custo. É isso que iremos fazer, este orçamento, pelo qual eu assumi inteiramente responsabilidade de apresentar aos meus pares na Câmara Municipal é também o meu orçamento. Mesmo com as ações que aqui são preconizadas que eu não aprovaria ou teria outro ponto de vista diferente. Foram tomadas por quem de direito, e eu respeito-as.

É portanto, proposta de algum risco, criticável obviamente como é natural, mas é o orçamento que nos é possível, neste momento, apresentar. Não existem expectativas de se fazer e conseguir-se receitas com a venda de património, num curto prazo e mesmo num médio prazo, o mercado imobiliário não aponta para aí. Há taxas que rendiam muito à Câmara Municipal, mas, que, pelo estado sócio económico do País, não se verificam essas receitas agora designadamente taxas urbanísticas. Há preocupações que a Câmara deve assegurar designadamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aquilo que diz respeito aos seus compromissos sociais. O facto, de vivermos num tempo em que muitos apelidam de crise, é para nós um tempo em que os fundos municipais disponíveis devem ser canalizados prioritariamente, solidariamente para a ação social. Aqui estão os transportes e aqui está o nome de determinadas tarifas e taxas, oportunamente, está a ser trabalhado tecnicamente, traremos à Assembleia Municipal, não apenas uma nova proposta de tabela de taxas e tarifas, porque entendo que o instrumento foi aprovado nas instâncias próprias, mas há aspectos em que, há uma interpretação no mínimo que precisa de aperfeiçoamento no que refere à designação de determinadas taxas que, de facto, não são taxas, mas sim tarifas, são preços de bens ou serviços que a Câmara presta, e não taxas. Para além disso, algumas cuja rentabilidade económica ou financeira contabilística é escassa não justifica a despesa de cobrança, é preferível eliminar, e há outras que devem ser repensadas e eventualmente até aumentadas. Mas, neste momento, é um documento técnico, está em elaboração, está a ser feito a recolha de todos os serviços municipais, o mesmo está a ser atualizado face à entrada em vigor da lei 75/2013, estão a ser revisitados, todos os regulamentos municipais de modo a compagina-los com a legislação actual e nesse âmbito virá oportunamente à Assembleia Municipal uma proposta conjunta com estas duas vertentes.

Também, relativamente ao Mapa de Pessoal, ou de Recursos Humanos, o que se apresenta, é o que corresponde àquilo que aqui foi apresentado pelos serviços próprios da Câmara Municipal que gera esse dossiê. Não houve tempo sequer, não conheço o perfil humano das pessoas que aqui estão, considerarei como válida e boa, a informação técnica que veio dos serviços, foi essa que foi despachada diretamente assim para à Câmara Municipal. Admito que ela seja merecedora de aperfeiçoamentos, há um outro detalhe onde já se encontraram aspetos que têm de ser corrigidos, em todo o caso no tempo que foi possível para preparar esses instrumentos, para ele estar atempadamente presente, quer à Câmara quer à Assembleia Municipal, assumi a responsabilidade de o despachar e de o mandar incorporar nas Grandes Opções do Plano para 2014.

Igualmente, também como um sinal entendi e se tiverem a oportunidade de ler, rever profundamente o Regulamento dos Fundos de Maneio, existentes na Câmara, umas dezenas de fundos maneio que havia por aí dispersos, reduziu-se ao mínimo indispensável a quatro fundos de maneio, para dar o exemplo mandei encerrar o fundo maneio da Presidência da Câmara, para o resto sei que isso trará dificuldades, os serviços essenciais terão fundo maneio disponível, mas só e exclusivamente esses, para não haver misturas.

Relativamente às Juntas de Freguesia e por último mas não menos importante, uma palavra que quero transmitir aqui, perante de vós, e também perante os senhores Presidentes de Juntas que aliás fazem parte da Assembleia Municipal.

Os compromissos assumidos serão, honrada e integralmente cumpridos.

Os compromissos assumidos serão, honrada e integralmente cumpridos segundo este princípio:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O primeiro é o da legalidade. Existe, se os senhores deputados o quiserem, tenho ali, a listagem, existem situações muito diferentes, nas Juntas de Freguesia, o meu princípio é tratar todas as juntas de freguesia por igual, e de forma transparente, franca, e partilhada!

Porque este é o meu princípio de funcionamento e exigirei que os serviços municipais assim o procedam. Não pactuarei obviamente com alguns procedimentos que são susceptíveis de pôr, quer os autarcas de freguesia, quer os autarcas do município em situações de ou de pura ilegalidade. Algumas situações indiciam e que foram discutidas, indiciam que pode ter havido desdobramento de faturação, pode ter havido incumprimento de contratos públicos, etc., etc...

Não são só as Câmaras Municipais que são auditadas, e que têm de prestar contas quer ao Tribunal de Contas, quer às entidades várias que se ocupam nisto. E nesta mensagem que gostaria de pôr um alerta, porque às vezes tende-se pensar que mandando dinheiro para a junta de freguesia, que a junta de freguesia assume o compromisso, tem dinheiro e faz a obra e desenrasca.

Dou um exemplo, em Sargento-Mor foram colocadas à pressa na época das eleições rampas (quebra molas) a lei diz que elas podem ter uma altura máxima de 7,5cm, mas as que lá estão tem 18cm, estão feitas, já foram pagas e agora o senhor presidente de junta que está a ouvir esta novidade porque acabei de a ver confirmada à instantes, vão ter que ser arrancadas, e depressa, porque se lá houver um acidente grave, nós responderemos por isso, pelos danos causados. Portanto, é um caso em que, temos que ter em atenção alguns aspetos, que não é por de facto ser feito por uma junta de freguesia tem que ser mais aligeirado o procedimento. Somos obrigados todos ao mesmo procedimento! E temos iguais responsabilidades!

A estrutura técnica de apoio às Juntas de Freguesia vai ser reforçada, portanto, partilhadamente encararemos soluções para vencer os desafios, mas há já algumas situações que tem de ser intervencionadas de emergência porque elas estão subjetivas de criar danos designadamente por exemplo o “quebra molas” que foram instalados à pressa na zona de Souselas.

Estão a criar prejuízos, e já há queixas, já existem problemas registados.

Para além do transtorno que cria à circulação, a despesa pública que ali está, essas até estão pagas.

Depois há obras, que foram protocoladas com as juntas de freguesia, com todas, mas há freguesias que além das obras protocoladas, tiveram financiamentos extraordinários, tiveram transferências significativas, uma parte já foi paga e outra parte está para pagar.

O que foi determinado aos serviços foi, de que se fizesse prova do que estava feito, que se verificasse a regularidade procedimental e processual e documental de modo a que, tudo o que estiver nos conformes, será pago com a máxima urgência, desde que a Câmara tenha dinheiro. Mas, o que, não estiver em condições, não me peçam para assumir co-responsabilidades em ilegalidades que tenham ocorrido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Senhores Presidentes de Junta, sobre isto que é uma questão delicada, gostava de ser claro e franco com todos, porque esta é a única instância em que eu participo e digo de igual modo para todos, aos que foram eleitos pela bandeira do meu partido a que me honro de pertencer, bem como aos outros que foram eleitos pelos outros partidos. Contarão com a nossa integral solidariedade, para tudo aquilo que seja legítimo e será apoiado e financiado. As outras coisas não me peçam, ou melhor pedir podem, mas não podem ser atendidas e serão todos tratados por igual.

Não foi ainda possível estabelecer um critério racional, fizemos uma reunião em que, partimos muita pedra, pedi ajuda a várias pessoas, foram feitas várias análises, para se conseguir um orçamento de contingência em tempo de transição matematicamente não se chega lá e portanto procurou-se o que era mais razoável entre a gíria das hipóteses alternativas em presença de modo a respeitar os princípios restantes que referi e a manter neste mandato uma conduta sadia.

Evitar equívocos, um deles relativamente às Juntas de Freguesia, ainda há pouco uma Eng.^a da equipa que trabalhava com o adjunto da presidência ligado a esse setor, me dizia que o obra X era do contrato do Protocolo de 2010, outro de 2006 e o outro do Protocolo X. Por regra, por norma, quando uma ação não é executada num determinado ano económico e ela vai ser continuada no ano seguinte ela tem de ser registada e acolhida no orçamento do ano seguinte e no plano do ano seguinte e no Protocolo do ano seguinte. Não existe uma figura que foi por aí usada, ela não tem cabimento nem proteção legal, atrevo-me a dizê-lo, de dizer que a obra X é do Protocolo de 2010 e o de 2011 não tendo isso já não tem isso que eles se somam, não existe isso. As obras transitadas que não estão feitas, bem como os pagamentos, transitam de ano económico em ano económico até estarem concretizados. Este é o processo normal, todos os outros geram equívocos.

Relativamente a obras nas Juntas de Freguesia, por iniciativa das freguesias, elas estão condicionadas ao licenciamento municipal já o disse na minha intervenção inicial, claro que é um licenciamento municipal tecnicamente acompanhado, não é um processo de obra de um particular, é um processo especial, mas tem de ser formalmente aprovado o projeto, no exercício das funções de atribuições e competências de vários órgãos do Poder Local, isso será integralmente respeitado e haverá projetos, mesmo feitos pelos serviços da Câmara, que estão igualmente sujeitos à aprovação para ficar registado quem aprovou, em que data e quando é executado, e não serem desencadeados a seu belo prazer, como é agora, por exemplo, o incidente já está criado com o empreiteiro que fez a obra, em Sargento-Mor que foi instado a resolver aquilo rapidamente porque está a criar prejuízos, e o senhor diz que não tem nada a ver com isso, isso é com a Câmara e com a Junta, passa para cima dos outros. Isto tem que ser mesmo regularizado, para funcionar bem.

Dito isto, senhor Presidente, senhores deputados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Este orçamento é o orçamento possível, é um orçamento feito e as ações que estão aqui alienadas, correspondem aquilo que desejamos que seja feito, com base nos princípios que iniciei no início da minha intervenção que é evitar roturas, ou traição a compromissos legitimamente assumidos pela instituição municipal. Essa foi a primeira preocupação, e “no que sobrou” procurar reorientar a actividade municipal no sentido político do programa que foi sufrágado nas eleições de 29 de Setembro.

Não são documentos perfeitos.

Observo, que, pode necessitar-se em meados do ano de uma revisão orçamental por um lado, para fazer face às alterações que venham a decorrer dos instrumentos que viremos a apresentar, mas também para fazer face às despesas que nos sejam impostas em virtude de ações em Tribunal, de algumas das 260 ações em Tribunal, em que a Câmara Municipal ou o Município é demandado judicialmente por várias coisas.

Portanto, se houver necessidade disso, valores significativos que vêm sendo reclamados pela contraparte que obviamente que nós contestamos, mas são questões que estão pendentes em instâncias judiciais que, uma vez decididas não temos como ultrapassá-las senão com uma revisão orçamental e procurando os meios necessários para esse efeito.

O empréstimo que aqui é previsto de curto prazo, que visa tão só, usado com racionalidade, se for necessário, para operações de tesouraria de pagamentos de emergência que eventualmente haja qualquer atraso, que muitas vezes acontece com as transferências do próprio Ministério das Finanças, ou seja, do Estado para a Câmara Municipal, tanto para a nossa como para as outras.

Senhor Presidente.

Senhores deputados.

É isto que tenho a dizer na apresentação das Grandes Opções de Plano e Orçamento para 2014 da Câmara Municipal e dos seus Serviços Municipais e dos SMTUC.

Disse.”

O Presidente da Mesa da Assembleia deu de imediato início ao debate do ponto 2 da ordem de trabalhos:

Ponto 2 — Aprovação dos documentos previsionais da Câmara Municipal de Coimbra para 2014

2.1 — Grandes Opções do Plano e Orçamento.

2.2 — Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia.

2.3 — Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso.

2.4 — Autorização para contratação de empréstimo de curto prazo.

2.5 — Mapa de pessoal do Município de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Há muito que se lhe diga neste Orçamento, mas vou-me restringir a uma incongruência prévia sem entrar na densidade dos pormenores das opções que são feitas neste quadro do orçamento. Mas levantar uma questão que para mim não está suficientemente clara e que pode induzir toda a apreciação das Grandes Opções de Plano e Orçamento.

Os dados, que tem vindo a ser tornados públicos durante este ano de 2013, relativamente à cobrança do IRS e os últimos que foram públicos e não desmentidos por ninguém, levam a que se constate um aumento na cobrança deste imposto, cerca de 33% em relação a anos anteriores, muitos de nós sentimos no pêlo, esta realidade, mesmo os dados que nos são apresentados nas próprias Grandes Opções de Plano e Orçamento e referentes à projeção para 2014, relativamente à globalidade dos impostos diretos, indiciam, na minha opinião, obstinadamente, mas o futuro o dirá, a continuidade do aumento dos impostos diretos onde o IRS como é consabido tem a “fatia de leão”, daí é para mim no mínimo estranho ou incongruente que a previsão da diminuição da receita cerca de 14,26% do IRS a transferir do Orçamento do Estado para a Câmara Municipal de Coimbra. Não bate a bota com a perdigota, como não bate a bota com a perdigota, os dados são publicitados no quadro número 22 do Orçamento de Estado para 2014. Como é que é possível, que, a receita não tenha aumentado entre 2012 e 2013, em relação às transferências do IRS, e como é que é possível, neste quadro que vos indiquei e que corresponde à divulgação pública dos números em relação à cobrança do IRS, que se preveja um diminuição das transferências em cerca de um milhão e quinhentos mil euros para o concelho de Coimbra. Sabendo nós, que Coimbra apesar de tudo, é um concelho com uma grande densidade de quadros técnicos, de quadros médios e superiores onde eventualmente possa ter havido alguma regressão de receitas, mas essa regressão de receitas sente-se fundamentalmente ao nível dos bolsos dos cidadãos e não ao nível da tributação.

Não faz grande sentido, que, num concelho como Coimbra, se permita ou se admita a existência de uma redução deste montante. Sei, e compreendo e dou à partida o benefício da dúvida, estar-se a ir buscar dados que são publicitados na projeção para o Orçamento de Estado para 2014, mas se não acreditamos em bruxas, que as há, há, e esta aqui não bate a bota com a perdigota.

Isto tem tanto mais importância, quando é a razão fundamental para se apresentar um orçamento cauteloso, foi as palavras do Senhor Presidente que é perfeitamente razoável e natural, mas, que nos deixa obviamente e não fazendo aqui um juízo de valor ou de responsabilidade em relação aos números que aqui são apresentados, como lá vêm são extraídos tanto quanto parece do relatório do orçamento para 2014, o que é facto é que, não havendo uma explicação razoável, uma explicação cabal, como é que se chega a um quadro de aumento da tributação, num aumento da cobrança de IRS, haja uma diminuição da transferência para o Município, sendo certo, o montante a transferir é exactamente o mesmo porque não houve alteração do ponto de vista legal, seja da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lei das Finanças Locais, seja desta que entrou agora em vigor em 2014, portanto, ainda nem sequer se aplica, porque a transferência a fazer-se é relativamente à cobrança de 2013, a transferência que se vai fazer para o município em 2014, a cobrança de 2013, há aqui uma incongruência, incongruência que fere obviamente e a não ser explicada, e a não ser cabalmente demonstrada, de quem é a responsabilidade e de onde começa a verdade e onde começa a mistificação e acaba a mentira. Como todos nós sabemos um orçamento tem como ponto de partida uma expectativa de receitas sobre a qual se constrói grandes opções do plano e naturalmente a verificar-se esta sub-orçamentação que leva a esta subestimação de receitas na minha opinião e no caso que não me seja explicado com algum grau de coerência e de razoabilidade porque é que esta discrepância surge, fere, a análise orçamental e a análise das propostas que nos são feitas.

Naturalmente eu até posso e admito seguramente que os dados que nos são aqui presentes que não estou em condições de por em causa e tenho como verdadeiros, há, de facto, aqui um condicionamento que tem de ser explicado, porque isto em última análise vai esta sub-orçamentação das receitas vai influenciar a execução orçamental. Imaginemos que se bem a verificar como eu temo e como tudo indica que venha acontecer, vai haver dinheiro a entrar na Câmara que não está distribuído. E naturalmente todos somos sérios, toda a gente tem a certeza absoluta da maior seriedade do tratamento destas coisas mas o que é facto, é que condiciona a apreciação deste orçamento. Volto a dizer não sei onde está a responsabilidade, se ela existe, ou não existe, se foi ou não acautelado, mas o que me parece que esta incongruência, ou digamos esta discrepância deve, na minha opinião, ser explicitada se possível.”

Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):

“A declaração que aqui vou fazer, é em nome do grupo “Cidadãos Por Coimbra”, uma declaração política sobre o Orçamento é isto que compete a esta Assembleia. Gostava de dizer, o que vou dizer, vou ler, isto é, está escrito, e por isso fica disponível para quem eventualmente me quiser citar.

Isto porque há pouco as gentis alusões que foram feitas à minha intervenção anterior não se referiram àquilo que eu aqui disse.

Corresponderam, por ventura, àquilo que está na cabeça dos meus interlocutores, mas não corresponde àquilo que eu aqui disse, foi por isso que pedi ao senhor Presidente o favor de mandar distribuir a toda a Assembleia e à bancada do Executivo aquilo que eu efectivamente disse. Portanto, fica disponível, está escrito, está pensado e por isso evidentemente respondo.

Já agora, peço à Comunicação Social a quem dei cópia desta declaração que a use também visto que já vi citadas coisas da minha declaração anterior que nem por isso as aspas estão corretas.

Vou passar a ler, com este espírito.

Declaração sobre o Orçamento Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. Como todos sabemos o Orçamento Municipal é o documento político essencial da governação autárquica. Não é um documento técnico. É um documento político e deve esclarecer-nos acerca do que tipo de estratégia que vamos ter. Deve responder solidamente a perguntas básicas: em que prioridades assenta, a que questões essenciais dá respostas, que objetivos prossegue, que marcas o definem. Serve para sabermos qual a identidade própria do novo governo da cidade e o que o diferencia do anterior quando, como agora ocorre, houve uma mudança política.

2. Não parece que este documento responda de forma minimamente convincente a qualquer destas questões. Nada parece diferenciá-lo da governação anterior. Não se lhe vê centelha própria nem diferença face ao passado. É escuro e obscuro. Não serve para fazer nenhuma relação entre o debate eleitoral prévio às eleições e o momento presente.

3. Vejamos, no entanto, com o melhor espírito construtivo e analítico, o que de mais relevante se deduz do documento apresentado. A primeira coisa que ficamos a saber é que se estima uma substancial redução da atividade do município. Nas GOP menos 30%, de 83 para 58 milhões, menos 60% em coesão e desenvolvimento; menos 32% valorização e promoção cultural, as duas áreas mais desvalorizadas dentro da desvalorização geral. Que ilação é que devemos tirar disto? Que boa explicação nos pode ser dada? Há um discurso capaz sobre isto? Não parece...

4. No Orçamento, a atividade prevista no município equivale a 109 milhões, menos 22% que o anterior. E ficamos logo a saber que, para realizar este orçamento, a Câmara tenciona vender terrenos e imóveis no valor de 19 milhões de euros, obtendo assim quase 1/5 da receita prevista.

Aqui tenho que fazer uma exceção à minha leitura, visto que o senhor Presidente há pouco nos dizia que, não estimava grandes realizações neste domínio, mas a verdade é que o orçamento contém 19 milhões, quase 20% no total.

E este é um primeiro facto a merecer atenção e, neste caso, uma direta cabal explicação, no que ouvimos e no que aqui está. Só se ouvi mal por ventura.

Este é um ponto político, também quero sublinhar e que faço uma pergunta.

O que leva a Câmara a mandar para esta Assembleia um documento que tem este ponto tão essencial? Não é isto uma falta de respeito institucional, para além de ser orçamentalmente grosseiro? Aparentemente, 19 milhões de euros em receitas de “venda de bens de investimento” é algo que ninguém de bom senso pode imaginar que se realizará. Sabem qual foi a taxa de execução desta verba do orçamento em 2012? 0,27%, repito, 0,27%. Aqui se vê porque é que falo de semelhanças e porque é que falo de algo que não bate certo. Mas devo dizer também que há 9,5 milhões de “rendimentos da propriedade” cuja taxa de execução anterior foi 46%, ou 6,5 milhões de transferências de capital que afinal não foram mais do que 42% em prestação de contas anteriores. Só estas três rubricas somam, no orçamento, mais de 35 milhões. Mas terão alguma coisa a ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

com a realidade? Não fará sentido pensar-se que, em vez de um orçamento tecnicamente competente e rigoroso estamos afinal a discutir aqui uma ficção?

Gostava de ter resposta a isso muito concretamente, porque pode ser erro meu está análise, e sobretudo baseio-me para admitir que pode ser erro meu, naquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, há pouco, como é que se prevêem 19 milhões neste domínio.

5. Esta verba de “venda de bens de investimento” é mais do que o município receberá de transferências correntes (do FEF e do Fundo Social Municipal ou do ministério da educação, por exemplo). Muito mais do que receberá das aplicações financeiras que faz ou das rendas da EDP e das Águas do Mondego. Muito mais, ainda, do que receberá de transferências de capital do Estado ou do QREN na previsão do orçamento. Temos pois um município a “ir ao mercado”, como agora se diz, neste caso a ir ao mercado fundiário. E esta suposta receita só não é mais ao constituir os 19 milhões que já referi, só não é mais que os impostos, que são 40% das receitas previstas e, no fim, se a execução for tão baixa como é hábito, será muito mais do que isso. Porque de facto mesmo nos dados da proposta de Orçamento, apenas nos dados que nos são apresentados, os impostos diretos sobem 9%, correspondendo a 3,4 milhões a mais do que em 2013, isto do lado da receita.

6. Na despesa ficamos a saber que, para além do pessoal, a CM adquirirá quase 50 milhões em bens e serviços, quer correntes, quer de capital. Amortizará 3,5 milhões de dívida, pagará 1,3 milhões de juros e transferirá cerca de 19 milhões, designadamente para as águas, para o SMTUC e para as juntas de freguesia. Na verdade a atividade própria da Câmara é, segundo este Orçamento, apenas 80 milhões, 32 para pagar ao pessoal e 48 para adquirir bens e serviços.

7. Mas como a execução global tem sido muito baixa, pois por exemplo em 2012 pouco passou dos 93 milhões, isto é, uma frouxa taxa de execução de 62%, este exercício é, na verdade, pouco mais do que uma ficção: na verdade estamos a aprovar números sem grande sentido ou lógica global e a analisar um documento de duvidosa credibilidade, como demonstrei com aquele exemplo.

8. Pensemos, no entanto, para lá dos papéis do orçamento. Estamos em Coimbra, em 2014. Se o Orçamento Municipal é o documento político essencial da governação, vale a pena olhar pela janela, ver o que se passa lá fora e fazer algumas perguntas, a que um bom Orçamento deve saber responder, independentemente dos números que contenha. Num orçamento, como em qualquer governação, o essencial são princípios, regras de atuação saudáveis. Isso vale mais do que qualquer número. Por isso as perguntas seguintes:

Primeira: num momento de emergência social, em que a ação e a consciência social da Câmara parece ser decisiva, o que é que nos diz sobre isto, em concreto, o documento em análise?

Segunda pergunta: as vulnerabilidades da cidade e do concelho em matéria de riscos naturais é também elevada (ainda há dias o vimos) — que mensagem política está no orçamento nesta matéria?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Terceira pergunta: o município passa uma crise grave tal como o país em matéria económica e de desemprego — o que é que o Orçamento diz de marcante neste domínio?

Quarta pergunta: o que é que ficamos a saber de essencial sobre regeneração urbana?

Quinta pergunta: qual é o desígnio de governação municipal para que este Orçamento Municipal aponte, visto que mudou a maioria?

Há respostas sérias e convincentes para perguntas simples como estas? Francamente, não as encontrei. Pode ser falha minha, espero que ma corrijam. Não houve tempo? Mas não levamos meses largos sobre o início da campanha eleitoral? Não são já passados os tempos em que se sabia tudo e se tinha solução para tudo? Custa assim tanto passar à estratégia política concreta?

Não consegui descortinar o que me respondesse de forma canal a estas questões. Não vi centelha política, nem diferença relativamente ao passado nem estratégia sagaz que, evidentemente, não tinha que estar totalmente espelhada em números. Vi um orçamento cinzento, frouxo, certamente feito pelos serviços. Pode chamar-se-lhe o orçamento dos 10€, tantas são as rubricas abertas com este valor, sem nenhuma razão técnica que o justifique, penso eu pelo menos não o encontrei.

Eu quero ser justo, e peço ao senhor Presidente da Mesa para me dar mais 1 minuto.

Mas quero ser justo quanto a três coisas que vi no documento que nos foi entregue e que me parecem relevantes. Vi que o Fundo Social do Transporte Público vai ter quase 10 milhões de € (quase mais 40% que no ano anterior).

O senhor Presidente da Câmara já aqui o aludiu a isso, gostaria também de saber em que medida é que isto tem a ver com obrigações legais do ponto de vista da estrutura da empresa ou é apenas um desígnio de actuação social.

Só não ouvi ainda que há uma nova estratégia para uma rede de transportes públicos que não serve bem as pessoas nem a cidade nem está conscientemente articulada com um desenvolvimento urbano de nova qualidade como aquele que gostaríamos de ter. Fico à espera de ouvir.

Vi, em segundo lugar, 200 mil euros para os Encontros de Fotografia, o que merece destaque. Mas ao mesmo tempo constatei um decréscimo da Valorização e Promoção Cultural nas Grandes Opções do Plano superior ao decréscimo global. Deve haver uma explicação lógica para isto mas ainda não a ouvi e ela não há de ser certamente o “novo impulso cultural”, frase avulsa, com ressonâncias antigas, que encontrei no texto.

Vi, finalmente, na nota prévia que a câmara declara “a preferência pelos meios municipais, em detrimento dos privados”. Registo como positivo, mas não ouvi ainda o que isto significa de concreto, mas evidentemente temos tempo para ver. Como também li que haverá menos cobrança de impostos e eu verifiquei — como já disse acima — que houve um grande aumento, fiquei a temer pelo rigor das palavras...”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Em primeiro lugar a saudação de um bom ano, esperamos de facto que este ano seja um ano, não só de saúde, não só de êxitos pessoais, mas também possamos aqui criar boas plataformas de entendimento e boas discussões para que possamos trabalhar ao serviço da nossa terra.

Não ignoramos ser, o presente orçamento, elaborado num momento de transição entre dois tempos de gestão municipal. Assim se compreenderá que muitas dos valores dispostos nos quadros que nos são dados a considerar se revelem de continuidade, isto é com os mesmos valores.

A CDU vem assumindo, no seu posicionamento autárquico, uma atitude de diálogo político que recusa qualquer posição à *priori*, destituída da reflexão que se impõe no único jogo democrático que aceitamos — o do acerto de posições à luz do dia, sem arcas encoiradas nem manobras de conveniência. Dizemo-lo sem qualquer tipo de arrogância, nem convencimento de sermos melhores do que quem quer que seja. Mas não dispensamos a reafirmação de que as diferenças de perspectiva das diversas forças políticas aqui presentes, deverão constituir um elemento de conciliação de posições, beneficiando do facto de não haver as chamadas “maiorias claras” que, não raro, têm sido, na história do nosso país, ‘empenhadas desfiguradoras da democracia.

Não ignoramos, por outro lado, a ofensiva que se abate sobre a nossa economia e o nosso sistema político, interna e externamente, em que Governo, Presidente da República e a chamada Troika juntam esforços para liquidação de Portugal, enquanto Estado soberano, perante a complacência daqueles que sustentam a ideia de que quanto pior — melhor. Seria inevitável que uma tal pressão, forte e continuada, tivesse influência na vida orçamental explicitada no documento sobre o qual nos debruçamos e que aqui é submetido a aprovação.

O que está em causa são linhas de rumo; linhas de rumo em torno de preocupações que, queremos acreditar, todas as bancadas partilham.

É, pois, no debate político que as palavras hão-de ser depuradas até traduzirem realidades, em sentido contrário ao da política entendida como jogo de sombras.

Neste documento há linhas de rumo com as quais nos identificamos, outras que nos merecem contributo que reputamos de melhoramento — sempre, como é óbvio, de feição construtiva outras que resultam de opções próprias e legítimas do executivo, as quais desenvolveríamos de modo diverso.

Identificamo-nos com a convicção de que é viável gerir sem privatizar ou, dito de outra maneira, recusando a privatização, no que esta significa de negação da disponibilidade para gerir a coisa pública, mesmo quando utiliza os percursos da chamada externalização, para que menos se note o objetivo a que pretende chegar. Vender o que é de todos ainda não é coisa que se faça sem pudor de qualquer forma.

Identificamo-nos com a preocupação em preservar o significado social do transporte público, num momento que nos aconselha a adoção de medidas de sustentação dos SMTUC, apesar do abandono de sucessivos governos, apesar do cerco que os interesses privados lhe movem, devidamente apoiados por entidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que contrariam a sustentabilidade dos serviços, em nome de uma suposta e inquinada regulação do sector.

Saudamos, igualmente, como o saudámos no anterior executivo, o princípio do reconhecimento do papel da Cultura (e nós acrescentaríamos, da Arte), na construção do traço identitário de Coimbra. Com uma nuance — a Coimbra Cultural é, para nós, a Cidade que possibilita aos seus munícipes acesso generalizado à arte e à Cultura. Nesse sentido, faz falta a Coimbra, desde sempre, o desenho uma estratégia de acção cultural, em que os recursos sejam disponibilizados em obediência a objetivos. Com efeito, nas verbas disponibilizadas para o apoio à Cultura não é legível um rumo, uma intenção definidora de uma política autárquica sustentável, nos níveis da criação, do usufruto, dos equipamentos. Para referir apenas um exemplo, São Francisco residirá na pátria dos elefantes brancos se não lhe for definido um destino articulado com os diversos equipamentos de que Coimbra dispõe, e que não usa sistematicamente por descuido ou desorganização. Articulação que deverá ter em linha de conta a proposta cultural, a dimensão do que pretende acolher, o público que se pretende tocar. Do mesmo modo, a atribuição de subsídios e a realização de protocolos deverão, a nosso ver, obedecer a critérios claros de desempenhos em áreas tão diversas como a criação artística, a educação de públicos diversificados, a articulação com instituições de educação, etc...e isso falta neste orçamento.

Coimbra tem artistas, tem espectáculos, tem monumentos, tem museus, tem centro histórico e tem salas. Tem agora a grande novidade de ter visto reconhecido aquilo que é seu e que foi sendo construído (e destruído) ao longo de muitos séculos, agora somos Património Mundial.

Haja a lucidez de devolver gente a estes lugares.

Haja a capacidade de ouvir, e de fazer, para que a área classificada possa ser mais do que apenas uma montra de honroso passado.

Haja o gesto político de orçamentar para que a condição patrimonial venha a ser assumida como sua por cada munícipe de Coimbra. O orçamento é, relativamente a esta questão, quase mudo.

Registamos com agrado a intenção, expressa no documento, de apostar fortemente no apoio às Juntas de Freguesia. Partilhamos a convicção de que a descentralização de competências para as Juntas é um elemento fundamental para uma gestão mais próxima dos cidadãos. Mais: consideramos que as Juntas, podendo e devendo ser “prestadores de serviços aos munícipes “, conforme o referido em sede deste orçamento, têm como missão maior constituir-se instrumentos de desenvolvimento em todas as esferas da vida comunitária. Somos, por isso, de opinião que as transferências financeiras para as Juntas de Freguesia deverão premiar a capacidade de gerar civilização, mais do que o engenho para encher o olho.

Se uma Junta de Freguesia aposta em abrir uma biblioteca, para dar apenas um exemplo, que haja a lucidez de expandir a acção iluminadora de um tal equipamento, dotando-o de meios para que a sua acção se faça sentir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Se uma Junta de Freguesia aposta na manutenção de um posto médico, num país em que o Serviço Nacional de Saúde é vítima de todos os assassinatos, todos os dias desde há, pelo menos, uma década, haja a vontade de apoiar o que tanta falta faz.

Se uma Junta de Freguesia gera condições de fixação de artes e ofícios e das mãos capazes de lhes dar sentido, haja a capacidade de sublinhar o gesto dotando-o dos meios que viabilizem a intenção.

Em Setembro passado o povo do nosso município elegeu os órgãos municipais num contexto de ataque ao poder local democrático, traduzido numa reorganização do mapa das freguesias que não obedeceu a critérios que não fossem os do empobrecimento do regime democrático. Os novos executivos eleitos têm perante si tarefas diversas, de cuja dimensão alguns só agora começam a dar-se conta. Em alguns casos, a gestão passada foi criteriosa e transparente e a transição incidirá nas diferentes formas de entender a vida comunitária; nas situações em que a opacidade se instituiu modelo de gestão, em que o descuido se assumiu linha de rumo, em que a ostentação substituiu o bom senso, há contas por liquidar e que serão em muitos casos, impeditivo da aplicação do programa que os eleitos levaram a sufrágios.

Naquele que é um momento de viragem da página autárquica, importa adotar, em sede orçamental, medidas capazes de assumir compromissos por liquidar.

Precisamos que o senhor Presidente da Câmara nos esclareça relativamente a este aspeto, com mais minúcia do que fez ainda há pouco.

A dotação orçamental das Juntas de Freguesia mantém, no essencial, os valores apresentados no orçamento do ano transato. Os dados disponibilizados não são, contudo, suficientemente esclarecedores acerca de como, e quando, se prevê transferir para estes órgãos de poder local a percentagem de IMI decorrente da aplicação da Lei das Finanças Locais, e do mais 1% que resultará da cobrança de IMI aprovada recentemente por esta Assembleia Municipal. Fazemos depender a nossa posição face a este orçamento do esclarecimento desta dúvida, uma vez que não concebemos a margem de manobra orçamental do município sem que todos os seus órgãos disponham de margem de manobra, isto é, capacidade de realização de programas sufragados, e de cuja viabilização estamos todos, eleitos nos órgãos de poder local, solidariamente envolvidos. Consideramos, aliás, que a dotação orçamental, à partida, é a única forma de recusar a dotação casuística e arbitrária que, tantas vezes, vicia o exercício do poder, semeando novos rebentos de clientelismo, planta que, como todas as ditas daninhas, revela inegável capacidade de proliferação em ambientes de menor transparência.

Sejamos, por isso, claros: a continuidade, no se refere ao financiamento das Juntas de Freguesia, não nos basta. Um orçamento viável é, para nós, um orçamento somado das parcelas que a lei e a política local lhe prometeu.

Trouxemos aqui sugestões e reflexões a que, como é natural, voltaremos uma e outra vez, sempre que se trate de traçar linhas de rumo para a comunidade a que pertencemos. Haja sempre a lucidez de não nos substituímos ao poder central, antes exigindo-lhe a assunção de responsabilidades na construção de um país em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que todos possam ter acesso por igual ao que é essencial para o desenvolvimento da nossa sociedade. Não nos cabe cavar os recursos de que necessita a saúde dos cidadãos, os da educação, os da assistência social, aqueles que, na criação de emprego, exigem meios e mecanismos que não são os das autarquias locais.

Gerir um orçamento municipal, no Portugal de 2014, é também exigir a adoção de medidas de lançamento da economia, é exigir uma política voltada para o desenvolvimento, é lutar por que Portugal recupere a sua soberania, a posse do seu património a confiança nos dias que hão-de vir.

É nisto mesmo que estamos empenhados.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“A reunião vai longa e nós queremos ser construtivos sobre o ponto do orçamento e não poderemos deixar de fazer uma primeira nota, sobre o processo de elaboração do próprio orçamento.

Compreendemos perfeitamente, e não queremos dizer isso com nenhuma mácula, nem ofensa, mas percebemos hoje, ficou para nós claro, que o PS não contava governar. Não estava preparado para isso, não tinha previsto um orçamento, não conhecia a realidade municipal em pormenor, e não estava de facto preparado para o fazer. Digamos, é até compreensível. O que eu diria o que não é compreensível é que o orçamento se faça exactamente nas mesmas condições em que, volto a dizer nos anos 80 ou nos anos 90 se fazia. A conjuntura eleitoral, o resultado eleitoral foi outro e foi de tal modo que poderemos ter incorporado, de facto, uma participação colaborativa dos vários agrupamentos políticos, não diria na própria Assembleia Municipal, mas desde logo no executivo, há no Executivo representação formal de vários agrupamentos políticos, com experiência conhecida, com capacidade técnica e que poderia ter sido utilizada na elaboração deste orçamento. Ora não o foi. Mas também é verdade que a realidade política existente, por exemplo, esta Assembleia Municipal não é de uma maioria absoluta, alguma coisa aqui poderia ter sido diferente, deveria ter sido diferente. O nosso repto, é para o próximo ano, nós queremos manter um sentido construtivo nas intervenções que aqui fazemos para que, o processo de elaboração do orçamento seja radicalmente diferente, ele vai ter que ser radicalmente diferente, por razões que ainda à pouco o CPC e a CDU aqui levantaram, é evidente que há um empolamento das receitas, que é um empolamento totalmente artificial, nós sabemos que não vai haver nenhuns 19 milhões de receitas de vendas de terrenos, nós todos sabemos disso, por isso é que nós sabemos que a execução do orçamento da Câmara também nunca pode passar dos 70%, nós sabemos que a nova lei, a lei nº 75/2013, diz que para o próximo orçamento vai ser a média dos 3 últimos anos de venda de terrenos que vai influenciar o conjunto das receitas, nós vamos ter uma diminuição do orçamento, espero que isto não dê páginas dos jornais a dizer que a Câmara vai diminuir o seu orçamento em mais de 25 milhões de euros. Mas de facto o orçamento obviamente vai ter que ser diferente em 2015, porque a nossa média de venda de terrenos nos últimos 3 anos é cerca de 1 milhão de euros. Ora se é 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

milhão e agora estamos a cabimentar dezanove, há dezoito que são em média em geral são falsidade, eles não correspondem em nada em ponto de vista orçamental, se isto está errado, se isto não corresponde a um orçamento crível, qual é a nossa quando falamos aqui todos enxofrados, falando de ética e de responsabilidade moral e política perante os nossos concidadãos e nós próprios sabemos que este documento está ferido logo na sua génese, na sua origem, na sua natureza.

Ora esta prática, esta limpeza, que fizeram do orçamento este carácter mais participativa, de facto fala-se tanto em orçamento participativo, não há mecanismo para o fazermos em tempo útil, de forma a que, não só os aqueles agrupamentos políticos, mas entidades da sociedade possam participar do orçamento. Qual foi a tónica, qual foi a novidade que o Partido Socialista quis trazer sobre isto? De facto, quando nós há pouco dizíamos que íamos falar também sobre memória, é que nas alturas nas campanhas eleitorais tudo bem para cima da mesa com novos argumentos, e depois há a congruência com aquilo que fazemos é de facto tão limitada.

Nós queremos dizer ao Partido Socialista em particular, nós tínhamos toda a intenção de viabilizar este orçamento, nós percebemos a interjeição que existe democrática, e aceitamos com humildade os resultados. Nós perdemos as eleições, nós queremos dar condições de trabalho à equipa executiva que agora aparece, mesmo sabendo que ela não tem uma maioria absoluta. Mas para isso nós precisávamos de ver sinais, que não são somente sinais políticos eles também faltam de entusiasmo ou de centelha, como agora dizia o Prof. José Reis, de facto que declaração tão pouco entusiasmante Dr. Manuel Machado, nós poderemos dizer que o orçamento de 2014 é gestão corrente, ao mesmo tempo é curioso, como no fim do programa que o Eng.º Sócrates nos trouxe, no programa de assistência à banca rota nacional a que chegamos. Quando a gestão Socialista tem que fazer, tem que cumprir o programa da troika aquilo que chega é esta ideia, vamos fazer gestão corrente.

E agora sim, falar na questão política mais séria.

A falta de seriedade em relação às promessas que foram feitas em setembro último quando se diz e se escreveu, vamos baixar os impostos para as pessoas vamos retribuir 0,5 do IRS aos cidadãos de Coimbra, aos municípios que pagam impostos em Coimbra, vamos porque podemos fazê-lo e porque outros municípios também os fazem. E quando temos o primeiro orçamento, não fazemos nada disso. Quando dizemos nós queremos de centralizar as freguesias mas ao mesmo tempo dizemos: -bom! Mas temos aqui um problema legal, os Protocolos não podem passar de uns anos para os outros.

Por acaso, aqui, há alguns anos atrás, quando estive na vereação, recorde que herdei um orçamento precisamente do Dr. Manuel Machado e, de facto, lá estavam as transferências de um ano para o outro, dos Protocolos com as freguesias, mas agora este ano já há um problema legal, nesta transferências para as freguesias, há aqui um problema legal é que nós não sabemos se de facto podemos pagar os compromissos que estão assumidos, nós queremos respeitá-los



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

mas, não sabemos se o poderemos pagar. Isto é, de facto, tramado porque legalmente isto levanta problemas.

Também em relação ao IMI, eu até me lembro do senhor Presidente da Assembleia Municipal dizer... “atenção, senhores deputados há aqui de facto política novo, é que a Câmara assume que, uma parte da verba vai para as juntas de freguesia. Mas vai?” Foi nesse teor que a Assembleia Municipal votou, a Assembleia Municipal votou nessa intenção foi declarada, pelo deputado Ferreira da Silva, pelo Presidente da Assembleia Municipal. Mas onde é que está essa afetação para as juntas de freguesia? O que há aqui e não poderemos desculpar em relação aquilo que era a baixa dos impostos, vejam bem o que se passou em relação à questão da água, quando todos os títulos queriam dizer que ía baixar 5%, o valor da água só vai baixar 20 cêntimos, para cada família, porque a única coisa que é diminuída é de facto a tarifa fixa da água, uma família que pague 50€ vai pagar 49.80, etc...é esta a mudança, não há nenhuma descida de 5%, e isto, e também vale a pena colocar na questão do orçamento, vale a pena trazer para cima da mesa, porque estamos a falar que não há nenhuma baixa do IRS, há 20 cêntimos no preço da água, não há nenhuma baixa do IMI, o IMT nem se sabe como é que isso vai ser feito, onde é que está nas Grandes Opções do Plano onde é que está a questão do IMT?

Portanto, nós queremos chamar a atenção, não é só para a falta de centelha, para a falta de inovação e para algumas apostas que nos gostaríamos de ver, admitimos que seja um orçamento de gestão corrente.

Mas, não poderemos deixar passar em claro, esta alteração radical entre setembro e janeiro, em setembro tudo isto era possível, em janeiro já nada disto é possível! Chegamos à conclusão que estamos sobre a alçada de um programa de assistência económica financeira que, de facto, vinculamos o nosso país, também vincula a Câmara e portanto, mas, mesmo assim, temos aí dentro do próprio orçamento vários desfasamentos.

O primeiro que nos assusta mais, nós já o dissemos qual é, é este modelo centralista da Câmara novamente controlar, as finanças das Juntas de Freguesia. Há claramente um modelo de centralização e não de descentralização para as juntas de freguesia, isso é evidente e nós vamos ver isso durante este ano, nós estamos disponíveis, para com o nosso próprio voto e com a nossa própria posição, termos uma posição de acreditar pela segunda vez, porque já tivemos uma primeira, na sessão da Assembleia Municipal sobre o IMI, de que vai haver de facto respeito democrático por todas as forças, e que não há discricionariedade política e partidária que não vai haver um elemento partidário na afectação das verbas para as juntas de freguesia, porque isso de facto é um enorme desrespeito democrático, vamos ver ainda, nós, e os nossos presidentes de junta estamos nessa disposição, porque responsabilmente representam os seus municípios e querem perceber até que ponto é que os compromissos assumidos, quer anteriormente, quer no novo orçamento e quanto a nós estão em falta cerca de um milhão e quatrocentos mil, de transferências directa para as juntas de freguesia de que forma isso vai ser suprido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

De facto não tem lógica o modelo, volto a dizer que também é contrário ao nosso, que é um modelo centralista na Câmara Municipal em contra posição com o nosso. Não tem lógica que não haja, quanto a nós, uma aposta clara no Património da Unesco como este orçamento já foi apelidado de facto o orçamento dos 10€, vem revelar, nós estamos preocupadíssimos com esta questão, nós entendemos que há um risco efectivo, e queremos chamar a atenção para ele, sobre a nossa Candidatura a Património da Unesco. Há um caderno de encargos que não está a ser cumprido, basta ver as alíneas que constam do orçamento sobre este caderno de encargos.

Por último, não temos nenhum elemento de facto sobre o crescimento económico de emprego, não temos nenhum elemento externo que não seja gestão corrente interina da Câmara, nada nos diz que, novas empresas que se queiram instalar ou que a famosa cidade digital que foi aqui falada pelo Dr. Manuel Machado, no seu discurso de tomada de posse, a tal cidade digital onde está neste orçamento? Não está, em nenhum ponto deste orçamento. Não há nenhum elemento de inovação, não há nenhum elemento de promoção de crescimento económico. Há muito pouco cuidado com a área social, vale apenas dizê-lo já se falou da área cultural, nós apreciámos também esse aspecto, nenhum ponto sobre a área social que mereça destaque.

Por fim, não poderemos deixar em nome daquilo que defendemos em setembro último de expressar o nosso voto contrário em relação ao orçamento, sendo que estamos disponível para verificar na relação com as juntas de freguesia como o Executivo se vai comportar e qual vai ser o compromisso que sai desta reunião de hoje.”

Intervenção do deputado municipal André Pereira:(PS)

“Muito rapidamente, a declaração da bancada do Partido Socialista será feita, como de direito pelo líder da bancada Ferreira da Silva, eu venho apenas aqui dar um contributo para o debate, uma vez que, tendo sido eleito pelo povo, gosto de exercer esse meu ónus.

Depois de ouvir este discurso, do líder de bancada do PSD, sempre agradável, com bom toque de ironia, com conselhos amigos, sobre como fazer um orçamento participativo, e até, com uma boa dose de uma grande falta de memória senhor deputado Nuno Freitas. Compreende-se não esteve cá nos últimos anos, não esteve cá o ano passado para ver um orçamento de (cento e vinte e oito milhões de euros). Há 2 anos qualquer coisa assim. Realmente como é interessante ver como se perde essa memória.

O PSD podia ter tido perante todo este processo uma atitude de respeito pelo poder municipal e pelo poder local, porquê? Qual foi a preocupação do senhor Presidente da Câmara e da sua equipa ao assumir esta responsabilidade em tempos tão difíceis. Foi a preocupação de gente honrada que, quer honrar o Município, discordando de opções políticas tomadas anteriormente, mas, assumir com tudo o que foi feito de acordo com a lei, e como ele sempre repete, eu também gosto de repetir, “tudo o que foi feito de acordo com a lei”deve ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

cumprido, em nome do poder local democrático, em nome do respeito, pelos anteriores titulares dos órgãos. A partir daí ficamos a perceber que, temos 10 milhões de euros de verdadeira decisão política, de 109 milhões de euros, 9 milhões são para os transportes, isso vai ter de ser explicado aqui pela Câmara, mas já o foi. Houve certamente digo eu, e não sou economista um sub financiamento acumulado de muitos anos para encobrir a realidade, e porque este executivo é de gente honrada e que quer contas transparentes, imediatamente se preocupa limpar essa mácula que era ter os SMTUC completamente sem o dinheiro que tinham necessidade. Portanto, sobram 100 milhões, dos quais na verdade só 10 milhões estão disponíveis para manobra política.

A opção que nos pôs com a simpatia que é habitual, foi de realmente fazermos uma revelação, implementar-mos o problema do PS, de um dia para o outro de 29 de setembro para 29 de dezembro ou de 2 de janeiro, também o queríamos, mas, só que nós regemo-nos pela regra da Constituição e da Lei. Nós não queremos mudar a Constituição, nem queremos mudar a Lei, queremos cumpri-la. E portanto, os contratos que foram assinados de acordo com a lei são para ser cumpridos, mesmo que se discorde, de algumas opções.

A partir daí o que é que nós temos, que, destacar neste orçamento. Mas já que estou a comentar as intervenções dos colegas anteriores não posso deixar de comentar os extraordinários contributos que saúdo, e também em nome da bancada do PS, quer dos “Cidadãos Por Coimbra” quer da CDU, neste sentido:

Os “Cidadãos Por Coimbra” lendo a mais verdade do orçamento, nós estamos de acordo, e é por isso que se passou de 128 milhões, para 109 milhões, queremos ir mais longe, realmente podermos apresentar aqui um orçamento que ainda corresponda a mais do que é que se vai passar durante o ano. Mas já é um passo realmente tirar 20 milhões de um dia para o outro já é um passo no sentido de verdade, transparência e de rigor.

Mais verdade nas transferências, e concordamos com a CDU quando diz contratos de programa nos aspetos culturais, nos aspetos de apoio à educação, nos aspectos de apoio ao desporto, não é dinheiro fácil que possa ser entregue a essas instituições que muito saudamos e prezamos tem de ser contratos de programa sobre fiscalização e controlo de poder democrático. Portanto, mais verdade e mais transparência.

Mas não deixa de ser curioso do ponto de vista político, aqueles que demais poderiam atacar este orçamento, estarem contra ele, apesar de tudo ainda demonstram o sentido de responsabilidade de pensar, que, bom, se o chumbamos realmente não fica bem ao poder local. Uma das Câmaras que está a ser governada por uma maioria relativa, primeira coisa que acontece, chumbamos! Que é exactamente para dizer acabasse com as maiorias relativas, acabe-se com as eleições faça-se sistemas bipartidários se calhar interessa a alguns.

Ora bem, do lados daqueles que na verdade condicionaram mais de 90% do orçamento, nós estamos aqui a falar de um orçamento de 109 milhões, 9 milhões é para tapar buracos nos SMTUC, sobram 10 milhões de margem política, 90 milhões quem é que os fez? Foi o PSD! Eles do alto da sua ironia, sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

simpática chumbam, eles que fazem 90 milhões dos 100 milhões chumbam o orçamento, os outros que tem que aguentar o barco, vão carregando o piano com resistência. Mas com diferenças, verdade, transparência, mais cidade e mais vizinhança.

Foram aqui dado exemplos que acho muito simbólicos, as questões dos fundos de maneiro, é muito importante, eu, enquanto cidadão, fico muito satisfeito por ver que o Presidente da Câmara reduziu o número dos fundo de maneio, há quatro e que sejam controlados. Por isso, para futuro não haverá duplas faturações, haverá cuidado com as receitas, também se pode dizer, que em tempo de crise poderá valer apenas gastar-se quase 500 mil euros em software, em informática para controlar as receitas das piscinas e isto daquilo ...vale a pena? Vale por uma questão de princípio político, que, para este executivo cada cêntimo que é pago tem de ser controlado, no próprio dia. Porque isto é uma questão de princípio!

A ilegalidade não é o futuro desta instituição, há muito a fazer no quadro do pessoal, o senhor Presidente falou em ajustes directos, isso certamente vai ser tudo analisado, ouvi falar em obras que não foram feitas, por isso certamente será tudo analisado.

Aquilo que, eu gostava aqui dizer é o seguinte:

Se este é um orçamento que deixa um deputado do Partido Socialista satisfeito, enfim, é um orçamento possível, e há realmente um ponto político que temos que reflectir, é que de facto temos muito investimento nos transportes em virtude de falta de financiamento dos anos anteriores, e não há suficiente comparativamente menos investimentos em escolas, e em desporto e portanto, isso é algo que certamente será corrigido no futuro. Mas vou votar a favor, o deputado Ferreira da Silva na sua intervenção ainda vai explicar melhor porque este documento tem um grande mérito, ele é realista no sentido em que se torna mais realista do que os anteriores e nos põe num patamar mais actual, perto dos 109 milhões, vai sobretudo concentrar-se na receita real, embora aceitemos que, a questão da venda de património mereça análise, mas certamente que este orçamento é muito melhor que o anterior porque reduz o risco orçamental tem um investimento de capital mais baixo, e temos que sobretudo salientar essa limpeza das contas nos SMTUC e a limpeza que se terá que fazer no ponto de vista de situações que tem de ser controladas.

De todo o modo, algumas das bandeiras, repito, estão a ser cumpridas, a pouco e pouco, baixou-se um bocadinho na tarifa fixa da água, a pouco e pouco baixou-se um bocadinho nos impostos, e a pouco e pouco vai-se deixando uma marca, os encontros de fotografia vão regressar, o apoio a vectores fundamentais da cultura está inscrito no orçamento, e esperamos que daqui a alguns meses poder melhorar e daqui por um ano fazer muito melhor.”

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Eu fui céptico relativamente à marcação desta Assembleia Municipal para o dia 2 de Janeiro. Depois de uma passagem de ano tão calorosa que tivemos em Coimbra, algumas intervenções poderiam ser mais receosas, o senhor deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

André Dias Pereira, veio aqui com uma divertida intervenção dar-me razão, porém eu gostaria de voltar a seriedade de uma intervenção que esta Assembleia Municipal merece fazendo aqui um apelo a todos os deputados.

Num momento em que os jovens pouco acreditam na política e quando cada vez é maior o seu divórcio entre a juventude e a causa pública, acho que todos nós que somos eleitos deveríamos jogar este jogo sem mentiras e enganar.

A preocupação que hoje aqui me traz é bem diferente da normal atividade que geralmente aqui desempenhamos.

Hoje não me dirijo a vós como membro da bancada da Coligação Por Coimbra mas como jovem. Cumpre-me fazer um apelo a esta assembleia, a todos os seus elementos porque de outro modo defraudaria a minha geração.

O orçamento que o atual executivo aqui apresenta materializa o pior que há na política: materializa aquilo que afasta tantos jovens como eu que gostava de mudar alguma coisa, as que a causa pública não atrai.

Durante uma campanha eleitoral conquistou-se a confiança das pessoas para logo depois passados nem três se defraudarem as expectativas e se romperem todos os compromissos. Assim aconteceu com as promessas de redução do IRS, da derrama, do IMT, do IMI e até do preço da água que afinal são 20 cêntimos. Tudo o que pareciam facilidades, não fora mais do que anúncios enganadores típicos de uma política matreira que, por se encontrar presa ao passado, ainda acredita que pode enganar os conimbricenses com mentiras e engodos.

Assumindo o apoio às Juntas de Freguesia como uma prioridade, propondo-se a tratar do coração da cidade, a potenciar o Património da Humanidade, a atrair empresas e a criar empregos, o Dr. Manuel Machado prometeu valorizar Coimbra. Mas hoje, tão poucos meses passados desde a sua tomada de posse, deixa cair a máscara em definitivo com um orçamento que insulta um a um cada um dos conimbricenses, que decidiram nele depositar a sua confiança, eleitores que o elegeram.

Certo, podia sorrir de soslaio ironicamente e dizer que murmurar um “eu bem avisei”, mas ter razão neste caso não nunca me foi suficiente. Talvez por ingenuidade, eu faço mesmo questão de trazer aqui um apelo, muitos me disseram que não valeria a pena que a decisão já estava tomada, que cada bancada parlamentar tinha o seu voto definido, no entanto por ingenuidade provavelmente mesmo depois de muitos me terem dito que eram inúteis estas palavras, venho aqui fazer um apelo a todos os deputados desta Assembleia Municipal para que, independentemente do partido, reprovem este orçamento e reprovem este orçamento dando uma oportunidade ao atual executivo de refazer e para o devolver à Assembleia suprimindo muitas das falhas que aqui foram apontadas no documento que temos em mão.

Mas deixem-me acrescentar mais uma falha.

Em 15 anos, de orçamento que tive a oportunidade de ir analisando nas rubricas de juventude e de desporto. Em 15 anos, nunca, orçamento algum apresentou um corte tão significativo nas rubricas do Desporto e da Juventude, sendo esta segunda a da juventude a área mais penalizada de todo o orçamento: A rubrica do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Desporto é reduzida para menos de metade, perdendo mais de 2 milhões e 700 mil euros de investimento no desporto no nosso concelho; na Juventude a redução é ainda mais drástica com um corte de quase 90%, repito em 90% em cada 10€, ficará apenas 1€ para a política de Juventude desta cidade. A par disso, cria-se um novo posto de trabalho de um tal Chefe de Divisão para a Juventude, mas relembro política de juventude não é só criar alguns empregos para alguns, pouco jovens votam em Coimbra esquecendo que a política de juventude não pode nem deve reduzir-se aos poucos empregos destinados a dois ou três jovens do partido do regime.

“Poucos jovens votam em Coimbra e estudantes ainda menos!”, dizia alguém, uma personagem que hoje não nos é desconhecida antes de perder de forma inequívoca em 2001 as eleições autárquicas. Hoje, faz-se de mais moderno, sóbrio e tolerante mas a máxima continua igual.

O corte na juventude e no desporto, alarga-se ainda ao associativismo juvenil e estudantil onde a mais antiga Associação de Estudantes da Europa sofre um corte de financiamento de mais de 70%. A velha senhora que na Padre António Vieira representa os mais de 23 mil estudantes da nossa centenária Universidade e oferece oportunidades desportivas e culturais a mais de outros 8 mil atletas que esta cidade viu nascer ou soube receber. A Associação Académica de Coimbra perde com este orçamento cerca de 160 mil euros de apoio relativamente ao ano 2013. A senhora vereadora da juventude Carina Gomes foi presidente como eu do núcleo de estudantes da Associação Académica de Coimbra, por acaso da mesma faculdade. Da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, não compreendo como pode subscrever uma tão drástica redução no orçamento de Juventude e em especial à Associação Académica de Coimbra, uma causa que nos é tão cara.

A verba de 47.500 euros a que a Académica de Coimbra tem direito só tem igual se recuarmos à execução orçamental de 1998, quando o velho Dr. Machado ainda mantinha os estudantes no lugar com pouco mais de 22 mil euros por ano.

Por fim, mais uma medida esquecida que foi assumida por esta Assembleia Municipal, recorde de 27 de dezembro de 2012, e como classifiquei, de ver um deputado jovem apresentar ou trazer de volta à Assembleia Municipal a bandeira do orçamento participativo. A deputada Joana Martins fez aprovar nesta Assembleia, por larga maioria, com a abstenção dos deputados municipais do CDS, uma proposta de que, o orçamento de 2014, já que não era possível incluí-lo em 2013, incluísse 200 mil euros de verba para um orçamento participativo jovem, proposta que aliás, que foi incluída no programa eleitoral deste mesmo executivo e de muitos outros partidos que se apresentaram às últimas eleições autárquicas.

Disseram-nos também que Coimbra seria “Capital Europeia da Juventude. Há aqui uma grande incoerência ou será mentira, como é que é possível aqueles que propõem que Coimbra seja Capital Europeia da Juventude apresentem um corte de 90% do orçamento da juventude e mais de metade do orçamento do desporto. Aquilo que aqui venho fazer não deixa de ser política mas, é acima de tudo, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dever cívico, como jovem, são poucos os jovens e com isto termino que estão representados nesta Assembleia Municipal. No entanto não queria deixar de apelar a todos os deputados, uma vez mais, independentemente do partido, que rejeitem este orçamento, este orçamento que mais não é um convite aos jovens de Coimbra para que abandonem a Cidade que os viu nascer.

Mais do que Opções do Plano, esta Assembleia prepara-se para votar um convite aos jovens de Coimbra para que abandonem a cidade que os viu nascer, rejeitando a aposta na qualidade de vida e reduzindo Coimbra à velha visão de cidade provinciana onde já não mora a esperança da juventude.

Por todos estes motivos peço-vos, como jovem e com a humildade de quem acredita que há boa gente na política, que vê além das cores dos seus partidos ou dos interesses menos claros, que reprovem este orçamento e que não sejam cúmplices deste ataque à minha geração, deste ataque à juventude de Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Leonor Barata (CPC):

“A análise deste orçamento relativamente à promoção e valorização cultural torna mais verdade àquilo que há uns anos se tornou na pedra de toque da política cultural nacional: Francisco José Viegas, então secretário geral da artes, afirmava como se de uma inevitabilidade: Não há dinheiro.

Ora, a falta de dinheiro é também uma opção política clara porque não havendo para um lado haverá sempre para outro e a preservação do património cultural nacional bem como o assegurar o direito à criação e fruição artísticas devem ser hoje, em tempos de crise, ainda mais e melhor salvaguardados.

Se acham que a cultura é cara experimentem a ignorância, dizia José Luís Peixoto quando questionado sobre o novo orçamento para esta área.

É exactamente em tempos conturbados e de maiores necessidades que é necessário que o Estado ou a administração local garantam este direito constitucional e promovam junto dos seus cidadãos programas culturais de qualidade.

Ao Estado compete muito da gestão desses fundos e da tomada de posição relativamente a essas opções.

Tem sido ele o grande financiador de diversas actividades artísticas ao longo dos últimos anos.

Mas o orçamento do estado para a Cultura tem uma quebra este ano de 15 milhões de euros, quebra aliás que tem vindo a ser constante nos últimos orçamentos.

Assim, competiria a administração local o dar pelo menos um sinal político, de que não acompanha esse desinvestimento e ao contrário o tenta compensar, dentro das suas possibilidades e competências.

Não é isso que vemos neste orçamento. Vemos antes o acompanhar dessa redução em 32%.

32% a menos numa área que já se encontrava no limite da sobrevivência. O que quer dizer que 2014 será o ano da escassez total em termos culturais na nossa cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Os exemplos são caricatos mas estão no orçamento: 250 € para a renovação da biblioteca municipal, 200 € para a ludoteca.

Por outro lado, este orçamento apresenta algumas imprecisões: orçamenta para 2014 verbas que deveriam ter sido atribuídas em 2013, o que faz aumentar a verba para este ano mas na verdade ela refere-se a dois anos. É a tal engenharia financeira que, às vezes esconde mais do que mostra.

Também gostaria de salientar que é através deste orçamento que percebemos algo em relação a São Francisco. Para as suas actividades estão orçamentadas cerca de 22.000, o que só pode significar uma de duas coisas: ou não vai abrir este ano, ou abrirá e não terá qualquer tipo de actividade relevante. Seria bom percebermos o que se passa!

De resto a lógica de orçamento é a de manter os apoios já estabelecidos, sem nenhum rasgo, e sem nenhum risco, havendo apenas uma boa notícia: o reforço de verba para os Encontros de Fotografia que nos anima, pois são de facto a margem de marca da nossa cidade.

Coimbra, tem como sabemos e não nos cansamos de repetir, um enorme potencial, mas nada cresce sem ser semeado. Este orçamento para a Cultura, as Artes e o Património não é uma boa notícia.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Estas não são, já o disse o Senhor Presidente da Câmara, as GOP e o Orçamento que se gostaria de trazer à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

O líder da bancada “Coligação por Coimbra” mostra-se ou tem-se mostrado com alguma nostalgia dos anos 80. Eu tenho mais essa nostalgia dos anos 60, sou mais romântico talvez. Mas a este propósito o que eu lhe quero recordar o ano de 2002 em que era vereador, e como era também, o senhor Presidente cessante Dr. Barbosa de Melo na Câmara, presidida pelo senhor Dr. Carlos de Encarnação, após ser eleito pelos coimbricenses, após a Câmara do Dr. Manuel Machado.

Importa recordar então, a intervenção aqui nesta Assembleia do responsável pela área do orçamento que nestes precisos termos se expressou 12 anos depois, quando teve quatro meses para elaborar o orçamento, e não apenas 2 anos como agora esta Câmara teve. Como sabem as eleições ocorreram em dezembro de 2001 e estas ocorreram em 29 de setembro. Isso assim então em 30 de abril de 2002, como consta da acta desta Assembleia Municipal.

“Intervenção do deputado Barbosa de Melo por “Coligação Por Coimbra” o senhor deputado, numa longa intervenção dizia, que este relatório, estava longe de ser aquele que todos ambicionavam, acabando por ser mais uma continuação dos últimos anos, de que uma confirmação do que desejo. Disse que era o plano possível e coerente com o posicionamento de Estado que este Executivo resolveu assumir embora gostassem de ir mais longe, na transformação do que vinha de trás.”

Quero declarar à Assembleia, estas precisas palavras sublinhando neste particular o que disse o senhor Presidente da Câmara na intervenção que aqui nos fez e como vem escrita na conta na nota prévia. Nota prévia, incerta em tais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

documentos previsionais, que reflectem este regime de contingência, este orçamento de transição, porquanto necessariamente e como se impõe, tem de se levar em conta os compromissos antes consolidados, as necessidades operacionais dos serviços municipais e municipalizados, a assunção dos encargos assumidos e não pagos pelo executivo anterior.

É bom ter presentes que do valor global de 110 milhões de euros cabimentados em 2013, apenas se encontram pagas despesas de 78 milhões de euros. Esta diferença de 32 milhões de euros é despesas a terem de ser suportadas por este orçamento de 2014.

Talvez este jovem da Juventude Social Democrática com isto perceba melhor a razoabilidade da sua intervenção.

Esta Câmara chegou aqui há cerca de escassos dois meses, e agir e proceder de outra forma seria uma enorme irresponsabilidade.

Mas como isso não bastasse, tenha-se ainda presente compromissos assumidos em 2013, a cumprir no ano de 2014, no total de 15 milhões de euros.

Este total de 47 milhões de despesas “herdados” e hipotecados ao futuro, a este orçamento, correspondem a perto de metade da despesa total orçamentada.

Desejaríamos antes promover com o Orçamento, uma gestão de maior proximidade, aproveitar sobretudo a enorme capacidade de execução das juntas de freguesia, com isto estamos de acordo com a intervenção do deputado Manuel Rocha, e inclusive também se possível, envolver os cidadãos nas decisões, com opções quanto a despesas e receitas que traduzam escolhas de relevante interesse municipal.

Mas esta é uma herança orçamental a que responsável e seriamente não se pode fugir.

Com tempo e naturalidade se adequará o que estiver menos bem em sede da revisão orçamental a que se procederá.

As Juntas de Freguesia, terão um tratamento equitativo e não iníquo para que, o que seja igual é tratado igualmente e o que seja desigual é tratado desigualmente. A isto o senhor Presidente fez questão de se referir.

Ouvimos com muita atenção e com o devido respeito, o PSD, a Coligação “Por Coimbra” está disponível para com o PS encontrar a justiça na distribuição de dinheiros pelas juntas de freguesia, é bom de facto, que assim seja.

Com o devido respeito, a “Coligação por Coimbra” não pode de boa-fé isto ignorar, e a sua indignação, as suas críticas as terão de dirigir em primeira linha a si próprio, à gestão que durante doze anos, com maioria absoluta diga-se, imprimiu à Câmara Municipal e sem recolher qualquer sugestão da oposição em geral e do PS em particular.

E a situação orçamental referida é tão só mais embaraçosa, embaraço provocado pelos encargos assumidos e não pagos pela anterior Câmara como se disse, quando é sabido a redução da receita da Câmara proveniente do orçamento do Estado, do Fundo de Equilíbrio Financeiro, em cerca de 6%, que corresponde a quase um milhão de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor deputado Pinto Ângelo, como sabe referiu-se aqui ao Orçamento Geral do Estado mas a lei é geral e abstracta e como sabe o Executivo não tem capacidade de forma alguma de o poder retificar neste contexto.

O Partido Socialista não tem a ilusão de esperar que o PSD e a sua Coligação “Por Coimbra”, vote aqui favoravelmente o orçamento apresentado. E não tem, porque sabe que o executivo que foi presidido pelo Dr. Barbosa de Melo, zangado que está com a cidade, com o concelho e com os conimbricenses por lhe terem dito “basta!” os querer agora castigar ainda mais, dificultando politicamente a gestão de quem democraticamente elegeram. Exemplo flagrante dito é que foram vereadores socialistas que tiveram de aprovar as contas de gestão do PSD da extinta empresa de Turismo. O PSD nem mesmo teve a humildade democrática de aprovar as contas da sua própria gestão desta empresa. Isto é absolutamente irrazoável.

Mas este é sobretudo um orçamento com uma marca de grande rigor, de grande transparência, também face aos condicionalismos em que teve de ser elaborado, um orçamento da verdade. Por isso, não se podendo fazer milagres, nele se prevê o decréscimo do seu valor absoluto, reduzindo-se de 140 milhões E no ano de 2013 para 109 milhões ou seja menos 31 milhões de euros, são 140 milhões com as revisões orçamentais. Menos 22%. É como escreveu o vereador socialista Carlos Cidade na sua declaração de voto, é um orçamento que começa a espelhar a realidade da capacidade de arrecadar receita do Município e não a virtualidade que foram os anos anteriores.

Por isso, as despesas correntes sofrem uma redução de 2milhoes de euros, principalmente em “aquisições de bens e serviços”. Menos 16,2%.

As “transferências correntes”, menos 26,82%. O rigor, a transparência, a verdade imperam e são a palavra de ordem neste orçamento de 2014.

Neste contexto, só isto, o rigor e a verdade devia chegar para, Srs. Deputados, para que o Orçamento não vos merecesse qualquer censura. Mas se V. Ex a tanto somarem o expressivo acréscimo do apoio à exploração e investimento dos SMTUC, para onde são transferidos cerca de 9.5 milhões de euros, concluirão pela necessidade de manutenção de uma política social de transportes colectivos.

Srs. Deputados:

Em jeito de conclusão, permitam-me cansá-los ainda com os números, a que não se pode fugir, das despesas de funcionamento certas para o ano de 2014:

- Despesas comprometidas em 2013 e não pagas: 23 milhões de euros
- Novos compromissos para 2014, assumidos em 2013: 15 Milhões de euros
- Despesas com o pessoal para 2014: 28 Milhões de euros
- Fornecimento de Bens e serviços: 18 Milhões de euros

Serviço da Divida: 5 Milhões de Furos

- SMTUC: 9,5 Milhões de euros
- Freguesias: 2,8 Milhões de Euros

Tudo somado atinge 101milhoes de euros, restando pois escassos 8 milhões para o total do orçamento de 2014. É esta a “herança” que nos condiciona.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E apesar de tudo, num momento em que tudo aumenta no País, desde os impostos aos bens de primeira necessidade, esta Câmara ainda encontrou espaço para diminuir o IMI, a derrama das empresa e a água domiciliária que em Coimbra consumimos.

De boa-fé, com humildade democrática, sem hipocrisia política, nenhum de nós poderá dizer que podia e seria capaz de fazer melhor. A menos que não se quisesse HONRAR COMPROMISSOS!”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Vou procurar ser breve, até porque a CDU, lendo e analisando este documento que vem aqui hoje também, à aprovação ou não, desde logo tem a dizer, que realmente há um conjunto de dados neste documento, há um conjunto de factos que se reptom, outros que se acentuam, o que significa que ao longo destes anos não tem havido efectivamente capacidade para inverter caminhos, para encontrar soluções face a alguns dos diagnósticos que não são novos e portanto, alguma coisa já deveria ter sido feito. E, a CDU reafirma aqui, algumas das suas posições, porque têm razões para se manter, uma vez que o quadro, digamos assim, não se alterou neste últimos anos e a sua posição quanto à discriminação negativa, por parte do governo, ao não financiar o serviço público de transportes de Coimbra, como faz com outras cidades, nomeadamente, Lisboa e o Porto. Há inoperância e passividade dos sucessivos executivos, quanto à exigência deste financiamento, por parte do poder central. A pertinência na reactivação dos passes escolares que, por várias vezes temos referido e, a cobertura pelos SMTUC de zonas do concelho, onde o transporte é assegurado por empresas privadas e, no nosso entender, enquanto isto continuar a acontecer estamos a discriminar cidadãos, utentes, do nosso próprio concelho.

Em relação a outros aspectos, dizer que efectivamente, a receita própria dos SMTUC, mais uma vez se comprova, que é insuficiente face às despesas inerentes ao funcionamento do serviço, neste caso, do serviço de transportes, na prestação do serviço público do mesmo. Isto significa, mais investimento por parte da Câmara Municipal, portanto, o injectar mais dinheiro nos SMTUC, para que Coimbra possa ter o seu serviço de transportes públicos perante a persistente e, repito, discriminação negativa do Governo face a Coimbra, comparativamente a outras cidades.

Depois, uma outra situação que também não é nova, que é a diminuição progressiva de passageiros e de utentes. Portanto, quanto a isto, se efectivamente há novos factores nestes dois últimos anos, nomeadamente, as dificuldades económicas, dificuldades económicas essas, que se acentuam desde logo, até na aquisição do passe social e, desde logo também, o passe dos seniores, a retirada do passe dos estudantes que continuamos a reclamar que têm que ser reposta, mas há um conjunto de outras situações que tem a ver e que também já temos aqui trazido à discussão que tem a ver com os circuitos das diversas carreiras, os horários de diversas carreiras que efectivamente estão desajustados do crescimento de determinadas áreas urbanas, tendo em conta, a população que hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

lá residem e que, aqui há uns vinte, trinta anos atrás, não era a mesma coisa e, existe efectivamente, carreiras dos SMTUC, que continuam a praticar horários que não têm em conta a população que entretanto se transferiu, passou a habitar aquela zona e que portanto, justificaria outro tipo de horários. Não havendo, lá têm que levar os carros. Portanto, as zonas a descoberto que poderiam trazer mais passageiros nomeadamente, circuitos que deveriam estar a servir escolas. Nós temos aqui alguns exemplos, que cruzam com, quer uma intervenção que a CDU fez na ultima Assembleia e, com a última que fiz há bocado e, que por exemplo: A Escola Secundária D. Dinis e a Escola EB 2/3 Rainha Santa Isabel que é sede do agrupamento, mas que ficam as duas na mesma zona, parte dos alunos que frequentam estas escolas, são oriundos da Adémia, Trouxemil, Fornos, Pedrulha! Em nenhuma destas zonas há transporte dos SMTUC para estas escolas. Portanto, estas crianças e jovens que frequentam estas escolas, ou vão em transporte dos pais, se os pais tiverem, ou vão em transportes que não são dos SMTUC, portanto, Moisés e outras empresas, ou então vão a pé, ou então, parte destes alunos, estão nos colégios privados ali à volta porque, têm as carrinhas que os vão levar a casa. Isto para dizer, e sem me querer alongar, que a CDU, que já o tem aqui reafirmado, considera que é tempo, efectivamente, de repensar os SMTUC, de aferir e analisar todos os dados que existem, conjugando respostas com sustentabilidade deste serviço público, para que ele passe a ser mais eficaz! Dizer, que relevamos como positiva a decisão de não aumentar o tarifário e, a intenção expressa no documento, e portanto, assumida por este executivo de considerar a função social do transporte público.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):

“Eu gostaria de falar ainda do ponto dois. Não sei se posso, porque ainda está na área! É uma intervenção muito curta e que eu penso, que é estratégica, pelo menos sobre o ponto de vista da CDU. É necessário para orientação do voto da CDU, termos uma resposta clara, a dois pontos essenciais. Naturalmente que o orçamento não é nada daquilo que seria o nosso orçamento. Muitas das críticas e sugestões que já foram aqui feitas, nós as subscrevemos, mas em toda esta leitura, há para resumir e no limite do tempo pontos estratégicos que é preciso responder e, que em relação aos quais ainda não temos resposta, naturalmente que esperamos que ela venha a ser dada pelo Senhor Presidente da Câmara. Estes pontos são muito ligados, à descentralização para as freguesias! Primeira pergunta é, se no orçamento, que é de três milhões, cento e noventa mil euros, que vão ser descentralizados para as freguesias, não estão aí, incluídas dívidas de contratos e de projectos que estão em andamento, independentemente dos critérios que o Senhor Presidente, já formulou? Isto é, se os três milhões, cento e noventa mil euros, são para investimento e para projecção de novo; A segunda questão é, se nestes três milhões, cento e noventa mil euros, já estão ou não, já está ou não, um por cento do IMI que tinha sido prometido a mais, do um por cento, já estabelecido?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A resposta destas duas questões é essencial, visto que, se nestes três milhões, cento e noventa mil, estão incluídos estas promessas e, estas dívidas, isso representa um enorme desinvestimento nas freguesias e nós poderemos aceitar!

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Senhor Presidente Senhores deputados:

Para além daquilo que referi na intervenção inicial que fiz neste ponto na Ordem do Dia e para além daquilo que aparece escrito no documento procurei ouvir atentamente todas as intervenções que foram proferidas aqui. E, há naturalmente algumas, que me merecem total concordância, em especial aquelas que são feitas no sentido de que gostariam de ver aqui apresentado, um orçamento melhor. Subscrevo!

Este é o orçamento possível e não se pense que pelo facto de estar a dizer as palavras que estão a ser medidas, obviamente, com todo o meu cuidado, eu quero dizer, que seria desejável ter outro orçamento. E era bom que o conseguíssemos, mas não conseguimos! Tentámo-lo, mas não se conseguiu ir mais longe! Porquê? Porque, decidimos politicamente, e assim foi aprovado, que diferentemente de outros sítios do país e, do que acontece a nível da governação nacional, na nossa autarquia, isto é, no nosso governo local, iríamos baixar os impostos. E demos esse passo. E estão a subir outros impostos, a nível nacional incluindo, sobre os municípios e, alguns que muito nos penalizam! Que a factura da água ía baixar e, ela está decido baixar. A tabela, tarifária aprovada baixará, a factura da água, não a subirá! O IMI foi aqui deliberado e, conforme aqui foi deliberado, foi dirigido no possível e com enorme esforço, foi necessário fazer todas as bases de dados necessários à submissão dos ficheiros para que elas pudessem entrar no sistema das finanças, e não foi fácil, mas conseguiu-se. Já se consegui tomar uma decisão política muito importante sobre a derramas, que incidem sobre o IRS. E está conseguido! Claro que há coisas que não consigo encontra explicação, nem nesta estância, nem noutras. É por exemplo, pelo facto das transferências do Estado, comparativamente de dois mil e treze, para dois mil e catorze, segundo a Lei do Orçamento de Estado e a informação a que tivemos acesso, há efectivamente uma redução no Município de Coimbra de cinco ponto, vinte e nove por cento. No distrito de Coimbra, há uma redução de três, ponto dois e, a nível geral, de quatro, ponto setenta e três. E gostaríamos muito de encontrar explicação! O número que aqui aparecesse estranho, e que o Senhor Deputado Pinto Ângelo referiu, já tive a oportunidade de lhe mostrar a base de consulta que seguimos e que é fidedigna, é que as receitas do IRS de dois mil e treze, para dois mil e catorze, passa, respectivamente de onze milhões, cento e dezoito mil, novecentos e quinze para, nove milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e oitenta. E, não encontrámos explicação, e procuramo-la. E, a única pista que encontrámos, é para a existência de uma entidade que é designada, a entidade dois mil quatrocentos e setenta e nove e tal para a qual, não tem mais identidade do que este número e esta sigla para qual, virtualmente, estará o Estado a transferir dinheiro. Sabemos que esta entidade é gerida através da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidência Conselho de Ministros, mas não está na direcção geral do orçamento, não está no Orçamento de Estado, identificado, mas esta entidade existe e passa por lá dinheiro. Vamos continuar a pesquisar porque, pode até haver até, um engano burocrático, enfim, pode haver qualquer coisa. Mas isso é o que fazemos aqui, e assim que trabalhamos aqui! E, os dados que aqui apresentamos procuramos que eles sejam apresentados com seriedade e com rigor, na medida do que consigamos averiguar, embora, se ache muito estranho. Eu subscrevo as preocupações e as incompreensões. Baixaria qualquer coisa, mas apareceu esta entidade, por onde é transferido, por sistema informático, o dinheiro. Temos que saber mais coisas sobre ele. Até agora, sabemos qual é a entidade. O que já não é mau! Mas vamos tentar saber mais!

Portanto, os dados que apresentamos sobre o IRS, é importante que se saiba, porque na gestão da coisa pública, é indispensável haver transparência e a fiabilidade dos dados, não há outro modo que seja compreensível. Portanto, com a nossa juventude, iremos procurar elucidar, não só, para o Município de Coimbra, mas para todos os municípios do país, o que se passa com a Entidade dois quatrocentos e setenta e nove T.A.L. Porque ela existe e passa por lá dinheiro.

Relativamente ao Convento de São Francisco daria para várias sessões. Dará para várias sessões. É um tema a que teremos de voltar, teremos de visitar todos os processos. O Convento de São Francisco da ponte ou a intervenção do Centro de Congressos, será concluída o mais rapidamente possível, cumpridas as normas e evitando contenciosos que só onerarão o Município e a Cidade, e a cultura já agora, e o turismo já agora também, e a actividade económica igualmente, mas obviamente, que é cumprida as regras. A dotação que está aqui preconizada, é uma dotação que se necessário, e eu gostaria muito de o conseguir, se reforçará. Porque, há outra rubrica de obra, a indemnização de um milhão e trezentos mil euros, por exemplo, não for por diante, não vencer, nós poderemos, com uma simples alteração orçamental, resolver o problema. Eu preferia até resolvê-lo, por essa via de alteração orçamental. Mas, se a acção tiver provimento e se for concluída ou decidida, terá que ser paga a indemnização reclamada. Portanto, neste momento, até agora, a informação que se pode dar, é essa.

Sobre os protocolos com as juntas de freguesias, é uma questão muito importante. Eu reafirmo integralmente, o que disse na minha intervenção. E será cumprido! E será cumprido, não qualquer ímpeto centralista, eu sou municipalista, e não mudo de camisola conforme os lugares que ocupo. Sou um cidadão municipalista, defensor aliás, daquilo que foi muito bom nos antigos concelhos, lá está, tenho esta propensão para as coisas antigas e dá-me nisto, e aceitem-me que me declare assim! Mas declaro-o de uma forma veemente. Os protocolos, a dotação que existe de três milhões, cento e noventa mil euros inclui, os compromissos assumidos e não pagos. Porquê? Porque eles estão em execução. A Câmara podia por aqui um número, nós, podíamos por aqui um número qualquer, alias, há vários números, eu tenho aqui desde há vinte anos, a evolução que é quando se introduzia metodologias de protocolos tenho aqui as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dotações anuais, destes vinte anos. Bom, o ano passado os protocolos tinham três milhões e quarenta e um, se estou a ver bem o número, mas o realizado efectivamente, foi um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil euros. A alteração metodológica que aqui estamos a introduzir é tão só esta: uma obra, uma acção que foi dotada num determinado ano económico que se não tenha concluído, que não esteja finalizada, que não esteja paga, que esteja por terminar, ela, obrigatoriamente, tem que ser acolhida no orçamento seguinte e no plano de actividades do ano seguinte. Imperativo legal acrescido que resulta da Lei dos Compromissos e têm de ter em dotação orçamental com da lei que determina a contabilização, a cabimentação orçamental, portanto, isto é o normal, mas não era assim que era feito. Isto, são somatórios que aqui estão, que dão estas dotações, mas, não era assim que era feito. O que levou a que tenhamos alguns dossiers para analisar e para procurar resolver, por exemplo: Complexo Desportivo Coimbra Norte, não pode ser uma rubrica de muros, outra rubrica de fundações, outra rubrica de outra coisa qualquer! Seis, num ano económico! Não, é uma operação que é Complexo Desportivo Coimbra Norte, se é esta a designação que se atribui a dotação respectiva, e não pode ir um dinheiro por via protocolos, que todos sabemos, e depois, vir mais dois subsídios ou três, à latrea, por transferências de capital. Vai tudo para protocolos. Analisa-se, aprova-se o projecto e depois, ele tem fases que se seguem. Estamos aqui a trazer isto, porquê? Clareza e transparência das contas e das acções municipais, também, perante este órgão de fiscalização da actividade da Câmara Municipal. Acresce agora, com o seguinte: É que por virtude da lei, que é dos poucos aspectos que tem positivos, e vem dar-nos razão, a setenta e cinco de dois mil e treze, os protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal e das juntas de freguesias, têm que ser submetidos à aprovação da Assembleia Municipal e portanto, é a garantia que posso dar, de que serão cumpridos, obviamente, que analisados e sem preocupação centralismos, como já disse, com a preocupação de termos cuidados, porque o acidente ocorrido em Sargento-Mor, vai-nos responsabilizar, segundo as funções que cada um desempenha, mas vai-nos responsabilizar. Tal como outras situações já trouxeram alguns prejuízos que podiam ter sido evitados, se se adoptasse este procedimento e não outro, que foi adoptado e que eu não ponho em causa, foi tomado por quem de direito, mas o nosso procedimento, o sem ser eivado de qualquer postura centralista, uma postura solidária e cooperante com as acções das juntas de freguesias. Para evitar o quê? Por exemplo, que o Cavalo Azul, ali, na União de Freguesias Santa Clara Castelo de Viegas haja agora aquela confusão, “faz caminho, licencia, ou faz infra-estruturas”, um conflito de alguma gravidade, porquê? Porque estão em causa outros financiamentos que eram condição para que aquilo se realizasse. E iremos resolver. Eu neste momento, ainda não sei como! Iremos analisar, equacionar e procurar solução! Mas isso resulta de quê? De um equívoco que foi gerado! Por culpa de quem? Não atribuo culpas a ninguém! Sei que o problema está lá! Por exemplo, a Associação Cavalo Azul precisa de entrar em actividade, precisa de não perder os financiamentos comunitários, os apoios que tem da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Segurança Social, precisa de não perder isso mas está aqui uma dificuldade que foi trazida ao processo. Iremos resolver! Tem dotação específica? Não tem! Resolvido que seja o assunto, como resolver, encontraremos resolução para isso, para a parte financeira! Sem arcas encoiradas sem nenhuma outra motivação que não seja essa. Há um problema de que tomamos conhecimento, iremos procurar resolvê-lo. Não iria por uma dotação específica para isso, porque nesta altura, no estado em que está o dossier, isso não é adequado, no meu modesto entendimento. As dotações de vinte euros e as outras é fácil dizer um número assim, é normal. A boa técnica de execução de um orçamento aconselha, a que se siga esse procedimento. É feito assim! E uma entidade pública que saiba, o que é um orçamento de uma entidade pública, sabe a importância de estas rubricas estarem abertas. Porque, isso permite uma gestão mais dinâmica e também, mais transparente. Porque, nas sei quantas milhares de linhas que aí estão, era fácil, entre aspas, meter umas coisas. Achamos, que o sentido de responsabilidade de que estamos investidos nos aconselha a fazer deste modo. E as rubricas encontram-se abertas e, havendo acções que se mostrem necessárias passar por lá, passam por lá, mediante a deliberação, a decisão, o protocolo a outorgar nos órgãos das instâncias próprias do governo municipal e, as instâncias próprios são, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal.

Por tudo isto e por muito mais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não sendo um orçamento, as GOP, perfeitas, não são, elas são um passo importante, para o seguinte: Não é apenas para a gestão corrente, aliás, quem nos conhece sabe que não é para isso que cá estamos, aqueles que não nos conhecem, a seu tempo o verão se mudam ou não de ideias. É o orçamento possível, em tempo de contingência! Em período de transição, em que reconhecemos que há constrangimentos, mas também há, potencialidades. O orçamento foi feito, para acolher aquilo que são os compromissos da Câmara Municipal e, a abertura de portas para um projecto mais arrojado. Em dois meses, não é impreparação, Senhor Deputado! Não é! Aceite que não! É, a necessidade de fazer as coisas deste modo! Porque era extremamente muito mais fácil, senhores deputados, trazer-vos aqui uma proposta, com o meu orçamento e, a apresentação seria diferente, de certeza. E, os compromissos em que há dúvida sobre, se foram bem assumidos ou não, seriam cortados. Se quiserem posso dizer já, meia dúzia, se quiserem, a título elucidativo. Não creio que seja oportuno, nem útil! Eu traria cá o meu orçamento e, o meu plano de actividades e, os meus objectivos, os objectivos que propus aos meus concidadãos e que sufragaram, no passado dia vinte e nove de Setembro. E foi nesses que votaram, a quem deram a responsabilidade de governar. Mas dessa responsabilidade de governar, entendi, que era mais adequado, àquilo que é o superior interesse da instituição municipal e, eu repito, sou municipalista, e entendo esta casa, como uma instituição que deve ser honrada, porque, quanto mais ela for honrada, melhor serão servidos os cidadãos e, resisti à demagogia fácil de induzir os técnicos municipais, os serviços municipais, a fazer os meus objectivos. Veja-se esta coisa comezinha! A Câmara Municipal de Coimbra está equipada, com equipamentos informáticos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

alto gabarito, de alta qualidade, programas, tudo! Há várias coisas! Até estão aí alguns ficheiros de computadores que eu não conheço, nunca vi! Estou espera que eles sejam entregues para poder visitar, consultar e utilizar, a benefício da comunidade. Era mais fácil trazer cá o meu orçamento! E o meu plano de actividades! E os meus objectivos! Mas o sistema informático que a Câmara tem em utilização, não possibilita, num prazo inferior a um, dois, três meses, a alteração das rubricas, nem tão pouco, a literatura relativa a cada um dos objectivos. Não possibilita tecnicamente! Eu não quero evocar aqui, o testemunho de nenhum técnico municipal, porque, quando trabalham comigo, eu defendo-os todos e, o seu profissionalismo e, o rigor. Confiei neles, não os escolhi, não é o caso! Confio no rigor e na verdade daquilo que me transmitiram! Não era tecnicamente exequível, mudar os orçamentos! Levaríamos meses, a apresentar aqui o orçamento. Entre uma opção que me faria muito gosto e que era muito mais capaz de fazer no exercício que corresponderia mesmo à minha motivação profunda e plena, rompendo-o achei que era preferível assumir politicamente a apresentação do documento nos termos em que aqui é apresentado e resistir à demagogia fácil de governar a Cidade a meu belo prazer e com outras motivações. É por isso, um orçamento para o qual, eu apelo, que se disponham a votar, aprovando-o! Porque ele é importante para Coimbra! Porque mostra que é possível governar o Município, sem trazer roturas desnecessárias, sem trazer acinte para o debate democrático e assim, é um modesto contributo que estamos a dar ao poder local em Portugal. Senhores Deputados, peço que aprovelem os documentos que vos apresentamos.”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Senhor Presidente, eu fazia um reforço do nosso pedido de esclarecimento, relativamente, à questão do IMI. É uma questão que para nós, é uma questão política importante, visto que, corresponde a um compromisso que foi assumido perante esta câmara. É um compromisso que de facto, levou-nos a ter uma atitude, relativamente a este orçamento.

Não é uma questão de menos importância! Não sei se foi por esquecimento que o Senhor Presidente da Câmara, não se referiu a esta questão, mas para nós é uma questão de facto importante. Está incluído?”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Já agora, só para esclarecimento! Estão incluídas as promessas efectuadas de transferências para as juntas, de um por cento do IMI, foi feita aqui nesta última! Está incluída nesta? Ou seja, nestes três milhões que são iguais aos do ano passado, estão incluídas, quer as transferências legais, quer o compromisso que V. Ex.^a aqui assumiu? Estou esclarecido!”

Intervenção do Presidente da Câmara:

O Presidente da Câmara sobre estas questões disse o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Um por cento é, directamente do Estado, transferido para as respectivas juntas das freguesias. Está esclarecido! Não tenho aqui a lei, que determina, que é uma transferência directa do Estado, para cada junta freguesia. Isto é a informação de que se dispõe, aliás, em resultado da negociação em que interveio activamente ANAFRE e a Associação Nacional de Municípios Portugueses acompanhou, mas, foi negociação liderada, pela Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE.

Eu estou aqui a ler um documento, que ainda não tinha lido. IMI - freguesias que vão receber já, três milhões a título de IMI, as primeiras dotações do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, relativos a prédios rústicos, três milhões de euros, começam a ser distribuídas, por mais três mil juntas de freguesias, já em Novembro. É o que está publicado! E nem passa pelas contas da Câmara.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Vimos precisamente só para esclarecimento total sobre esta matéria dizer, que é deliberação desta Assembleia Municipal sobre esta matéria, está a ser cumprida já neste orçamento para dois mil e catorze? A deliberação da Assembleia Municipal pelo tal facto político novo, haver um por cento adicional, está a ser cumprida no orçamento para dois mil e catorze? É essa pergunta que eu quero deixar muito limpa à Assembleia Municipal?”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Lei das Finanças Locais - artigo, vigésimo terceiro – Receitas das Freguesias. Ponto um – Constitui receitas das freguesias: alínea a) – o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de um por cento da receita do IMI, sobre prédios urbanos. Perante esta mensagem eu quero reafirmar, o seguinte: É minha profunda convicção que a retenção, barra redistribuição a fazer, do tal um por cento, pela administração central, directamente para as juntas de freguesias, que será, a partir de um de Janeiro de dois mil e catorze, isto é, a partir de ontem. É minha profunda convicção e, estou a dizê-lo, com total honestidade intelectual! Se isto não ocorrer, na sequência do que afirmei, quando aqui discutimos o problema, na Assembleia Municipal, estarei disponível, como se refere na nota prévia, proceder à correspondente revisão orçamental. Para evitar dúvidas, embora se perceba o seguinte:

A disponibilidade de dois por cento foi assumida num determinado contexto, um, mais um e no final, eu conclui, mote próprio e afirmei aqui, e faço questão de honrar a minha palavra, que a Câmara garantiria isso. Relativamente à distribuição directa de um por cento, pela Administração Central, para as juntas de freguesias, a minha convicção é que isto estaria em vigor agora um de Janeiro de dois mil e catorze. Se isso não se verificar, aquilo que eu afirmo é, que a Câmara Municipal mesmo que tenha que recorrer à figura da revisão orçamental resolverá essa questão, com as juntas de freguesia. Não gosto, não estou disponível para desfraldar as expectativas! É a afirmação que posso fazer.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Claríssima para nós, a posição! Não nos passaria pela cabeça que a deliberação da Assembleia Municipal, apesar dos vícios, não viesse a ser cumprida, ainda para mais, tendo sido assumida como compromisso político do próprio Presidente que haveria um por cento que obviamente decorre da lei, portanto é óbvio que o Senhor Presidente espera que a lei seja cumprida, aliás hoje, várias vezes falou sobre esse aspecto, não é um caso de polícia, o único dado seguinte é saber se adicionalmente esse é que o facto político novo da Assembleia Municipal, haveria um por cento a ser distribuído às juntas de freguesia. Ora, o que se depreende é que será cumprido em dois mil e catorze e que haverá evidentemente, dois por cento para as juntas de freguesia decorrentes do IMI e isso para nós é claro e nem nos passa pela cabeça que depois daquele processo o resultado final seja pior do que o chumbo que motivou, que originou a nova sessão da Assembleia Municipal! O chumbo foi precisamente sobre isso! É que o chumbo foi precisamente sobre isso! Isso também é um ponto sobre a acta! Nós precisamos de facto da acta dessa Assembleia Municipal.”

Terminado o debate o presidente da mesa colocou à votação os seguintes pontos:

Ponto 2 - Aprovação dos documentos previsionais da Câmara Municipal de Coimbra para 2014:

2.1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento.

2.2 - Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia.

2.3 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso

2.4 - Autorização para contratação de empréstimo de curto prazo.

2.5 - Mapa de pessoal do Município de Coimbra

Deliberação n.º3/2014 (2/01/2014)

A Assembleia deliberou, por maioria (23 votos a favor, 11 votos contra e 12 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia vinte de dezembro, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da lei n.º75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 100, do n.º2 do artigo 12.º e do artigo 14.º, todos da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar o seguinte:

-Aprovar os documentos previsionais para 2014 “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 da Câmara Municipal de Coimbra”;

-Aprovar a contratação de empréstimos de curto prazo, que venham a tornar-se necessário durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria;

-Aprovar a celebração de contratos de Delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 25.º - “competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

-Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), nos termos da Lei n.º8/2012, de 21 de Junho;
-Aprovar o Mapa de Pessoal (nos termos do n.º2 do artigo 4.º “Planificação da atividade e recurso” e artigo 70 “Orçamentação das Despesas com Pessoal”, da lei n.º12-A/2008 de 27 de Fevereiro).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Declaração de voto do deputado municipal Dino Alves (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Não estando obviamente na qualidade de seu amigo, Senhor Presidente, com o voto favorável da bancada do Partido Socialista e, com as abstenções dos Cidadãos por Coimbra e da CDU e restantes Presidentes de Junta, este orçamento é aprovado. Quero que tenham na lembrança que aprovaram o maior corte às rubricas da juventude e desporto de há quinze anos para cá. Bom, espero que aquilo que os jovens de Coimbra, a responsabilidade que também os jovens de Coimbra vos deram, aquando da vossa eleição, enquanto deputados municipais, hoje sai aqui desfraldada! E por isso, essa responsabilidade nas ruas, será lembrada.”

Declaração de voto do deputado municipal Manuel Milagre (PS):

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos, Exmo. Senhor Presidente da Câmara e restantes elementos da Vereação, Senhores e Senhoras Deputados, Senhores e Senhoras Jornalistas, meus senhores e minhas Senhoras. Venho aqui falar-vos a título exclusivamente pessoal e totalmente descomprometido de qualquer lógica partidária, organizacional ou de qualquer outro tipo de interesse. Venho aqui, Senhoras e Senhores Deputados, na qualidade de jovem munícipe da cidade de Coimbra atento, inconformado e preocupado, expressar a esta Assembleia o meu profundo sentimento de tristeza relativamente ao corte de cerca de oitenta e nove por cento no orçamento para a juventude. Venho aqui, Senhoras e Senhores Deputados, expressar o meu profundo sentimento de tristeza pela redução das verbas atribuídas a Associação Académica de Coimbra de cerca de duzentos euros, para cerca de cinquenta euros numa altura, como disse muito bem, o Dino Alves, em que esta que é a mais eclética, mais prestigiada e mais antiga Associação de estudantes do país, vive uma luta hercúlea, diária, inglória pela sua sobrevivência, quase em falência técnica, fruto também dos sucessivos cortes, ano após ano, que já vinha de trás convém lembrar do Município de Coimbra, no fundo, para conseguir prestar um serviço à comunidade de extrema utilidade não só para a Cidade, como também, ao País. Venho aqui, Senhoras e Senhores Deputados, dizer-vos que numa altura em que, a sociedade no geral mas, a juventude em particular, se encontra completamente desacreditada da classe política e agnóstica ao próprio exercício



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de fazer política, dizer-vos, que um corte desta dimensão e natureza, não pode ser aquilo que ambicionamos e, irá com certeza, ter um impacto negativo no associativismo da Cidade de Coimbra. Esta é uma crítica que eu fiz diversas vezes no passado a outros executivos, pelo que não seria justo, honesto e coerente que não o fizesse no presente.

Contudo, Senhoras e Senhores Deputados é preciso atender às razões que estão na base deste corte. É preciso perceber que as razões deste corte têm um rosto, têm um crivo político. Foram palcos na água, festyjoventes, vestutos tapetes de alcatrão em tempo de eleições, enfim, este exercício de elencar todas estas ingerências, é inglório, massivo fiquemos apenas por um despesismo desnecessário político que agora urge corrigir.

Por outro lado, o que esta Assembleia está hoje aqui a votar não é tão só, o orçamento para a juventude. Pois se fosse, eu votaria contra! O que esta Assembleia está hoje aqui a votar, é o orçamento para o Município de Coimbra como um todo que, de resto, faz, no meu entender, com que o executivo mereça ser congratulado pela sua rigorosa elaboração. Portanto, seria redutor, da minha parte, contaminar o sentido de voto de todo um orçamento pela discórdia de um só ponto. Por outro lado ainda, o prejuízo que decorreria de uma eventual reprovação deste orçamento, seria exponencialmente maior, para todos os cidadãos, do que a aprovação com um corte desta natureza na rubrica da juventude.

E para terminar Senhores deputados, em nome do superior interesse de todos os munícipes da cidade desta Coimbra, a minha orientação de voto foi, de facto, no sentido da aprovação deste orçamento, na certeza de que, fruto também do rigor deste mesmo orçamento, melhores dias virão para a gestão camarária. Na certeza de que no futuro poderemos estar aqui, nesta mesma Assembleia, a testemunhar a inversão desta tendência de redução do orçamento para a juventude que aliás, em bom rigor, infelizmente, não é novidade nenhuma para a cidade pois tem-se vindo incompreensivelmente a verificar, ano após ano.”

Declaração de voto da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS):

“Eu votei este orçamento porque, apesar de ser enfim, um orçamento “*manta curta*” por via dos cortes que lhe foram operados e operados em boa parte, não vamos enfim, atermo-nos ao passado regional mas, operados em boa parte pela Administração Central, consegue este orçamento, ainda que de forma modesta, eu diria simbólica, inscrever-se na tendência contrária, ainda que se fale, de vinte cêntimos na poupança da água, inscrever-se na tendência contrária da Administração Central que nos mimoseia em dois mil e catorze, com aumentos de imposto automóvel, cortes nos vencimentos, aumentos de taxas de saúde, aumentos energia em dois ponto oito, aumentos nas telecomunicações e naquilo que ainda não ficou dito e há-de vir aparecendo ao longo do ano.”

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“O grupo municipal da CDU decidiu abster-se na votação na Grandes Opções do Plano e Orçamento mesmo tendo em conta que este é efectivamente, um orçamento de transição, mesmo tendo em conta as dificuldades que um novo Executivo pode ter para apresentar um orçamento em tão curto espaço de tempo, porque efectivamente, não marca com a nitidez suficiente que nós pretendemos, e que nós exigimos, naturalmente, a descentralização que é necessária para as autarquias de base que melhor e mais perto correspondem as interesses dos munícipes. Porque efectivamente, o que ficou implícito nas palavras do Senhor Presidente aquando da aprovação do IMI, IMI que note-se, vai aumentar cerca de treze por cento a receita no orçamento para dois mil e catorze e baixa, efectivamente, ou mantém, efectivamente, a sua distribuição, em termos nominais para as freguesias. O que aconteceu foi uma indução em erro, a uma boa parte desta Assembleia, por parte do Senhor Presidente da Câmara. Porque naturalmente, mantendo em termos nominais, o mesmo valor a transferir para as freguesias daquele que foi transferido em dois mil e treze. Aquilo que seria expectável face às suas declarações aquando da votação do IMI foi que acrescesse a percentagem correspondente à verba a cobrar àquilo que vinha de trás. Efectivamente não ocorreu, e não ocorreu exactamente por estas “*meias palavras*” por estas indefinições em que nos estamos habituando a singrar. Poderíamos efectivamente e temos em muito boa conta, este compromisso que agora foi assumido e com toda a clareza, esperemos, que não seja um compromisso idêntico àquele que foi adoptado aquando da votação do IMI.”

Ponto 3 - Aprovação dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2014:

3 1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento.

3.2 - Mapa de pessoal da SMTUC

Deliberação n.º4/2014 (2/01/2014)

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria (47 votos a favor e 4 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia vinte de dezembro, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da lei n.º75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do artigo 10.º, do n.º2 do artigo 12.º e do artigo 14.º, todos da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro e respectivas alterações, e da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento” dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2014, que integra o mapa de pessoal, para o ano de 2014.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4 - Apoios e incentivos às acções de reabilitação urbana:

Intervenção do deputado municipal António Bandeirinha (CpC):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores e Senhoras Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e Senhoras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vereadoras, eu tenho só uma pequena declaração a fazer, estou, enquanto membro do grupo de Cidadãos por Coimbra, genericamente de acordo com todas as questões que são postas em relação às taxas referentes à licença, comunicação prévia, autorização de utilização de operações urbanísticas que discriminam positivamente aquilo que designado, como Centro Histórico e esta designação, histórica, é a primeira que me suscita algumas dúvidas porque na verdade toda a cidade é histórica, se fizermos essa discriminação temporal, onde é que acaba a história, a cidade foi construída nos anos sessenta, neste momento, também já é histórica. Portanto, eu acho que a única questão e, é essa a nossa intervenção, é que este ponto, já indicia aquilo que pensamos que deve ser a discriminação positiva da cidade consolidada, daquela cidade, onde é mais barato, onde é mais sustentável, densificar e que está neste momento completamente deserta, porque as infra-estruturas estão feitas, porque tudo aquilo que é necessário fazer, já está feito e portanto, esta discriminação positiva não tem nada de cultural, tem, tão só, uma questão económica, de sustentabilidade económica. A discriminação positiva do centro da cidade e não daquilo que se designa Centro Histórico. Estas definições de fronteiras são completamente aleatórias! Mesmo aquelas que dizem respeito às freguesias. Deixem-me só dar um exemplo, e até aproveito para estarem os principais responsáveis das freguesias! Eu moro numa rua em que de um lado, os passeios estão todos completamente acabados, estão muito bem definidos, o escoamento de águas está perfeito e do outro lado está completamente por fazer! Sabem porquê? Porque é uma rua que delimita duas freguesias! Uma faz e a outra não faz! Quem coordena isto? A quem compete esta coordenação? Estas delimitações são completamente artificiais, muitas vezes artificiosas!

Concluindo, achamos que é muito pouco! Pode-se ir mais além! Noventa e cinco por cento de isenção, também na chamada zona de protecção, não seria demais e, também deveríamos discriminar positivamente aquilo a que é considerada a chamada cidade consolidada. É fácil delimitar! Essa sim tem delimitações possíveis e claras! E portanto, o que achamos em relação a este ponto, é que é pouco! É tímido! É um primeiro passo! Mas o fomento da densidade urbana como medida sustentabilidade económica e ambiental merece mais, precisa de mais e precisa do empenho de todos e de todas os membros desta Assembleia Municipal e também do Executivo Municipal.

Regular a qualidade das intervenções feitas ao abrigo destas isenções é mais difícil! E, é aí que eu apelo ao Executivo Municipal no sentido de criar mecanismos, de condicionar esta isenção a uma actuação, genericamente, embora tímida, parece-nos bem esta medida de isenção das taxas nesta cidade consolidada, para a qual devia ser aumentado, ampliado, este limite. Chamava porém à atenção de todos, e sobretudo à atenção e a capacidade reguladora do executivo municipal, para que esta isenção tenha que ter como contrapartida, uma qualificação absoluta e rigorosa de todas as intervenções.

Nós, não podemos estar a isentar de taxas, pessoas que estão a fazer intervenções medíocres no centro. Portanto, a isenção de taxas obriga os utentes, obriga-nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

todos, enquanto cidadãos, enquanto pessoas, que devem investir no Centro Histórico, a uma qualidade acima de toda a prova e, essa qualidade deve ser regulada pelo Executivo Municipal.”

Deliberação nº 5/2014 (2/01/2014)

Para o processo acima referenciado a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada de 20 de Dezembro último, Reduzir em 95% do seu valor as taxas referentes a licença, comunicação prévia e autorização de utilização de operações urbanísticas das áreas integradas no limite correspondente às Áreas de Reabilitação Coimbra Alta, Coimbra Baixa e Coimbra Rio, Área Classificada como Património Mundial da UNESCO (com exclusão da Zona Especial de Proteção) e Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística do Centro Histórico e imóveis classificados como monumentos nacionais, de interesse público e de interesse municipal;

- Reduzir em 50% do seu valor as taxas referentes a licença, comunicação prévia e autorização de utilização de operações urbanísticas das áreas correspondentes às Zonas de Proteção da Área Classificada como Património Mundial da UNESCO e áreas de proteção dos imóveis classificados como monumentos nacionais, de interesse público e de interesse municipal;

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Ponto 5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem:

Deliberação nº 6/2014 (2/01/2014)

Posto à votação a Assembleia deliberou, por maioria (39 votos a favor, 8 votos contra e 4 abstenções), e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia nove de dezembro aplicar, para o ano de 2014, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDT) no percentual de 0,25% através das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, nos termos do artigo 106º da Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro e tendo em consideração as disposições do Regulamento nº 38/2004 de 29 de Setembro e o artigo 152º do RMUE — Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra;

Disponibilizar às referidas empresas a tabela de conversão entre números de código postal e áreas do Município de Coimbra (a fornecer pelos CTT) nos termos do nº 5 do artigo 4º do Regulamento nº 38/2004 de 29 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

E sendo vinte e uma hora, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.